

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 021016	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08807432000110
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 3330028205-0		
7 - SITE www.estacioparticipacoes.com		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Ruy Frazão Soares, 80		2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca		
3 - CEP 22793-074	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ	
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 2433-9700	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 21	12 - FAX 2433-9722	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Cesar Lage da Silva				
2 - CARGO Diretor de Relações com Investidores				
3 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Ruy Frazão Soares, 80		4 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca		
5 - CEP 22793-074	6 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		7 - UF RJ	
8 - DDD 021	9 - TELEFONE 2433-9700	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD 21	14 - FAX 2433-9722	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Itaú S.A.				
19 - CONTATO José Nilson Cordeiro				
20 - ENDEREÇO COMPLETO Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha		21 - BAIRRO OU DISTRITO Jabaquara		
22 - CEP 04344-902	23 - MUNICÍPIO São Paulo		24 - UF SP	
25 - DDD 011	26 - TELEFONE 5029-1317	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD 011	31 - FAX 5029-1917	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL jose-nilson.cordeiro@itau.com.br				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME César Lage da Silva					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Ruy Frazão Soares, 80				3 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
4 - CEP 22793-074		5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 21	8 - TELEFONE 2433-9700	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX	
12 - DDD 21	13 - FAX 2433-9722	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 837.406.787-04	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 30/03/2007		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/03/2007		
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/04/2007		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2007		
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S.			6 - CÓDIGO CVM 00471-5	
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mauro Moreira			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 510.931.467-53	

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO					
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST	
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA		
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa					
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional					
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 3380 - Emp. Adm. Part. - Educação					
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Participação em outras sociedades.				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 30/05/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Mercantil	RJ
02	DOERJ	RJ

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 28/09/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	João Clemente Baena Soares	042.223.341-20	31/03/2007	31/03/2009	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	820.674.577-72	31/03/2007	31/03/2009	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
03	João Baptista de Carvalho Athayde	002.510.467-53	31/03/2007	31/03/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	Dilson Gomes Navarro Dias	007.388.757-91	31/03/2007	31/03/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Gilberto Mendes de Oliveira Castro	185.012.907-00	31/03/2007	31/03/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	João Paulo dos Reis Velloso	019.687.267-72	30/04/2007	31/03/2009	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
07	Carlos Roberto del Nero	712.377.638-00	30/04/2007	31/03/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	Renato Galvão Flôres Júnior	298.423.367-00	30/04/2007	31/03/2009	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)
09	Nelson Manoel de Mello Souza	012.683.507-10	30/04/2007	31/03/2009	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
10	César Lage da Silva	837.406.787-04	07/04/2007	07/04/2009	1		19	Diretor Executivo Financeiro e de RI
11	Roberta Arantes Nunes Fransosi	142.086.418-19	07/04/2007	07/04/2009	1		19	Diretora Executiva de Administração
12	José Roberto Gonçalves de Vasconcelos	144.946.394-00	07/04/2007	07/04/2009	1		19	D. Executivo de Administração Acadêmica
13	Oscar Vicente Simões de Oliveira	589.601.208-04	07/04/2007	07/04/2009	1		19	Diretor Executivo de Ensino
14	Marco Flávio de Alencar	594.157.627-72	07/04/2007	07/04/2009	1		19	Diretor Executivo de Mercado
15	Marcio Augusto Romeiro da Roza	181.107.207-06	07/04/2007	07/04/2009	1		19	Diretor Executivo de Operações

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
 2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
 3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Clemente Baena Soares. O Sr. Baena Soares, de 76 anos, além de Presidente do nosso Conselho de Administração, é Presidente da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá e da Sociedade de Ensino Superior do Ceará, desde 2002 e 2006, respectivamente. É diplomata, advogado e professor. Foi Secretário Geral da OEA, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e Ministro Interino das Relações Exteriores. É Doutor "Honoris Causa" da *Université du Québec*, Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal de Pelotas; e membro e ex-Presidente da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. O Sr. Baena Soares possui 18 condecorações nacionais, inclusive a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, e 30 internacionais.

Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti. O Sr. Cavalcanti, de 42 anos, além de membro do nosso Conselho de Administração, é o nosso Diretor Presidente. Há 25 anos acompanha o desenvolvimento das nossas unidades, além de outras empresas detidas pelos mesmos sócios, no Brasil e no exterior. A partir de 1996, passou a dirigir o processo de expansão das instituições de ensino superior do grupo. Seus esforços ajudaram a conduzir, com êxito, a expansão regional e, posteriormente, internacional dos negócios, aumentando o número de alunos de cerca de 17 mil para os mais de 180 mil hoje existentes. Igualmente sob sua orientação iniciou-se a reestruturação do grupo na transição de sociedade *filantrópica* para *com fins de lucro* e a posterior abertura de capital, objeto deste projeto.

João Baptista de Carvalho Athayde. O Sr. Athayde, de 74 anos, além de membro do nosso Conselho de Administração, é diretor não estatutário da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, responsável pelo planejamento estratégico das finanças desta instituição, desde 2003. Ele se graduou em engenharia econômica, na antiga Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Serviu no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica do Governo Federal, de 1964 a 1967, onde coordenou o Setor de Orçamento e Finanças. Foi professor de Organização e Administração de Empresas na Escola Nacional de Engenharia e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ocupou cargos de Diretor e de membro de conselhos de administração de instituições financeiras e industriais, tendo sido Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e da Associação Brasileira das Companhias Abertas. Foi Coordenador de Planejamento da Secretaria das Culturas do Município do Rio de Janeiro.

Dilson Gomes Navarro Dias. O Sr. Dias, de 77 anos, além de membro do nosso Conselho de Administração, é Vice-Presidente da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, desde 2000. Graduou-se em Direito pela Faculdade Federal Fluminense. É advogado e magistrado. Foi Juiz e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com inúmeros acórdãos publicados em publicações de jurisprudência, medalhas de Mérito do Tribunal de Justiça e medalha de Mérito do Estado da Guanabara.

Gilberto Mendes de Oliveira Castro. O Sr. Castro, de 66 anos, além de membro do nosso Conselho de Administração, é Reitor da Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) desde 1997. É graduado em Medicina pela Faculdade Nacional de Universidade do Brasil. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Brasileira de Medicina, da Academia Brasileira de Educação, Conselheiro da Associação Nacional de Universidades Particulares, ex-diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. Foi membro dos Conselhos Técnico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. Formou mestres e doutores por mais de 20 anos.

João Paulo dos Reis Velloso. O Sr. Velloso, de 75 anos, é membro do nosso Conselho de Administração. Ele se graduou em Ciências Econômicas pela Universidade do Rio de Janeiro, tendo pós-graduação em

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Economia pela Universidade de Yale. Foi Secretário Geral do Ministério do Planejamento, e Ministro do Planejamento, Governo Federal, de 1969 a 1979. Atualmente, também é Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC, Professor da Escola de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e Presidente do Fórum Nacional.

Carlos Roberto Del Nero. O Dr. Del Nero, de 54 anos, é membro do nosso Conselho de Administração. Ele é diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Jundiaí, com Mestrado pela *Yale University* e doutorado pela *London School of Economics and Political Sciences*. Além disto, o Dr. Del Nero é consultor sênior da *K2 Achievements*, empresa líder na consultoria de gestão para o setor de serviços. Sua experiência em consultoria e gestão é ampla, tanto no setor de saúde quanto no de educação, tendo incluído posições executivas no setor público e na iniciativa privada. O Dr. Del Nero foi diretor dos programas de saúde para a América Latina da *Booz Allen Hamilton*. Foi diretor de educação corporativa do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, e também diretor do Instituto do Coração da Universidade de São Paulo e do Hospital Sírio Libanês.

Renato Galvão Flôres Junior. O Sr. Flores Junior, de 58 anos, é membro do nosso Conselho de Administração. Graduiu-se em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Militar de Engenharia – IME no Rio de Janeiro e possui pós graduação em estatística matemática no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA no Rio de Janeiro. Ele é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, onde já ocupou as posições de Diretor de Pesquisa e Coordenador de Relações Internacionais. Foi *expert* eleito da Organização Mundial de Comércio e membro, também eleito, do conselho da *Society for Computational Economics*, nos Estados Unidos. É membro do Conselho Acadêmico do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI e do Conselho da Chaire Mercosul, no Instituto de Ciências Políticas de Paris (*Sciences Po*). Vem também se dedicando à relação entre economia e direito, no contexto das relações internacionais. Dirigiu diversas teses de doutorado no Brasil e no exterior, é autor de livros e de mais de cem artigos nas suas especialidades. Atua em consultas e na coordenação de projetos junto a organismos como o Banco Mundial, a Comissão Européia, a OECD e o BID.

Nelson Manoel de Mello Souza. O Sr. Mello Souza, de 81 anos, além de membro do nosso Conselho de Administração, é chanceler da Universidade Estácio de Sá desde 2004 e Presidente da Sociedade de Ensino Superior do Pará, Sociedade Tecnopolitana da Bahia e Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco desde 2006. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com pós-graduação, nível Mestrado, pela *University of Southern California*. Foi Diretor da Escola Interamericana de Administração da Fundação Getúlio Vargas, Diretor de Planejamento, Recursos Humanos e Inspetor Geral da OEA, Diretor da Fundação Roberto Marinho, Professor Fundador da Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas, professor Conferencista da Universidade de Caracas, da *George Washington University* e da *University of Connecticut*; é comendador da Ordem de Rio Branco, com livros e artigos técnicos nas áreas de administração, sociologia e cultura brasileira.

O endereço comercial dos membros do nosso Conselho de Administração é Av. Ruy Frazão Soares, 80, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

MEMBROS DA DIRETORIA

Apresentamos abaixo as ocupações principais e currículos resumidos de nossos diretores, exceto os currículos dos diretores que também pertencem ao Conselho de Administração.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

César Lage da Silva. O Sr. Silva, de 42 anos, é o nosso Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores. Graduiu-se em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desenvolveu grande parte de sua carreira na BHP-Billiton nas áreas de custos e operações, tendo atuado no planejamento estratégico e financeiro. Foi gerente financeiro e de controle da Valesul Alumínio S. A. (joint-venture entre Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e Billiton). De 2001 a 2007, foi controller da Rexam Beverage Can South America (antiga Latasa S.A.).

Roberta Arantes Nunes Fransosi. A Sra. Fransosi, de 38 anos, é nossa Diretora Executiva de Administração. Graduiu-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e tem pós-graduação em Marketing Estratégico na Universidade Estácio de Sá. Na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, foi Gerente Geral para a Internet, Diretora de Tecnologia da Informação e Diretora de Operações, quando supervisionou a operação de 39 campus e supervisionou a implementação do Orçamento Participativo. Trabalha conosco desenvolvendo diversas atividades desde 1996.

José Roberto Gonçalves de Vasconcelos. O Sr. Vasconcelos, de 51 anos, é o nosso Diretor Executivo de Administração Acadêmica. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Alagoas com Mestrado e pós-graduação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Oscar Vicente Simões de Oliveira. O Sr. Oliveira, de 53 anos, é o nosso Diretor Executivo de Ensino. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu e cursou Mestrado em Administração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem especialização em Gestão Avançada pelo INSEAD. Exerceu, por mais de 15 anos, funções de direção executiva em organizações como Método Engenharia, Globo Cabo e Grupo Semco. Foi Presidente do SETA-Sindicato das Empresas de T.V. por Assinatura e Diretor da ABTA - Associação Brasileira de T.V. por assinatura.

Marco Flávio de Alencar. O Sr. Alencar, de 46 anos, é o nosso Diretor Executivo de Mercado, tendo exercido várias funções de direção na Sociedade de Ensino Estácio de Sá, como Diretor Administrativo e Diretor Financeiro. Trabalha conosco desenvolvendo diversas atividades desde 1981.

Marcio Augusto Romeiro da Roza. O Sr. Roza, de 59 anos, é o nosso Diretor Executivo de Operações. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Faculdades de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com diversas extensões. Foi Presidente e Diretor Presidente da Telemar - Rio, Diretor Executivo Operacional da Globocabo S.A., Diretor Presidente da Net São Paulo, Diretor Presidente da TV Cabo Rio Telecomunicações S.A. (atual NET RIO), tendo dirigido várias empresas industriais, comerciais e de serviços. Foi Fundador e Presidente da CTAM - Cable and Telecommunications Marketing Association (Brazilian Chapter).

O endereço comercial dos membros da nossa Diretoria é Av. Ruy Frazão Soares, 80, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE RCA	2 - DATA DO EVENTO 27/07/2007	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 2.100	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 140	5 - ACORDO DE ACIONISTAS NÃO	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO RESTRITO
------------------------	----------------------------------	--	--	---------------------------------	--

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO PN	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
--	---

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO SIM	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade) 19.864.000	11 - PERCENTUAL 12,27	12 - QUANTIDADE (Unidade) 39.728.000	13 - PERCENTUAL 53,81	14 - QUANTIDADE (Unidade) 59.592.000	15 - PERCENTUAL 25,28

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS						
001	João Uchôa Cavalcanti Netto	034.733.097-53	Brasileiro	RJ				
	137.554.397	84,95	32.608.795	44,16	170.163.192	72,18		SIM
997	AÇÕES EM TESOURARIA							
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
998	OUTROS							
	24.364.003	15,05	41.228.005	55,84	65.592.008	27,82		
999	TOTAL							
	161.918.400	100,00	73.836.800	100,00	235.755.200	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 27/07/2007

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		161.918.400	202.771	202.771
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		73.836.800	92.466	92.466
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			235.755.200	295.237	295.237

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/03/2007	1	1	Subscrição Particular em Dinheiro	1	1,0000000000
02	31/03/2007	27.073	27.072	Subscrição em Bens ou Créditos	399.999	0,0676825000
03	27/07/2007	295.237	268.164	Subscrição Pública em Dinheiro	35.755	7,5000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	21/06/2007	0,0676825000	0,1356500000	400.000	200.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
1.000.000	0	31/03/2007

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
---------	-------------	------------	---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		68,68	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						
02	PREFERENCIAL		31,32	NÃO		RESTRITO	100,00	SIM	
	NÃO MÍNIMO	25,00	0,00000	NÃO	SIM	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
21/06/2007	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	150	MENSAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/03/2007

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	(Mil)	
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL
		(Mil)			(Mil)
01	SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ	34.075.739/0001-84	FECHADA CONTROLADA	99,99	73,04
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	30/03/2007	31/03/2007		11.750
		0			0
02	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ	01.239.996/0001-55	FECHADA CONTROLADA	99,99	5,78
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	30/03/2007	31/03/2007		6.897
		0			0
03	SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO	01.189.494/0001-67	FECHADA CONTROLADA	99,99	4,16
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	30/03/2007	31/03/2007		3.727
		0			0
04	SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA	01.188.034/0001-14	FECHADA CONTROLADA	99,99	11,25
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	30/03/2007	31/03/2007		3.371
		0			0
05	SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ	04.368.590/0001-60	FECHADA CONTROLADA	99,99	5,77
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	30/03/2007	31/03/2007		964
		0			0

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Somos uma instituição com 37 anos de história. A Faculdade de Direito Estácio de Sá – origem do nosso grupo – foi criada em 1970 com o nome do fundador da cidade do Rio de Janeiro. Éramos uma sociedade sem fins lucrativos localizada numa pequena casa num bairro da zona norte da cidade. O idealizador do projeto, o magistrado João Uchôa Cavalcanti Netto, hoje o principal acionista do grupo, concebeu na época uma faculdade de Direito com um projeto pedagógico inovador. Em pouco tempo o curso transformou-se em um paradigma do ensino do Direito no Brasil.

Em 1972, nos transformamos em Faculdades Integradas Estácio de Sá com a incorporação de novos cursos superiores. Em 1988, conquistamos o status de Universidade. Tais transformações refletem a expansão de nossas atividades, na medida em que a classificação das instituições de ensino superior é dividida de acordo com as suas ofertas de atividades de ensino, pesquisa e extensão entre: (i) universidades; (ii) centros universitários; e (iii) faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

Em 1992, iniciamos nossa expansão pelo município do Rio de Janeiro com a abertura de um campus no bairro da Barra da Tijuca e, já em 1996, ultrapassamos os limites municipais com a criação das unidades nas cidades de Resende, Niterói e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época também foi criada uma diretoria para cuidar exclusivamente do aperfeiçoamento e da inovação dos processos de captação, admissão e manutenção de alunos.

Ainda em 1996 obtivemos autorização para a criação do curso de medicina da Universidade Estácio de Sá, implantado no ano seguinte. Seu projeto pedagógico está focado na formação de profissionais de alto nível técnico e com sólida base ética e humanista. O currículo do curso tem como eixo principal a saúde da família e segue uma filosofia de ensino onde são consideradas as interações do indivíduo com seus familiares e seu ambiente social na análise e diagnóstico dos pacientes.

No ano de 1997, fomos pioneiros na criação do Instituto Politécnico Universitário – o primeiro centro superior de formação para o trabalho do País. O Instituto foi responsável pela oferta de cursos com foco no ensino de competências e habilidades práticas voltadas para nichos específicos do mercado de trabalho, conhecidos como cursos de graduação tecnológica. Tal inovação incentivou o Ministério da Educação (“MEC”) a emitir regulamentação própria, onde passou a equiparar esses cursos aos de graduação tradicional. Além de possibilitarem uma formação superior em menos tempo que a graduação tradicional - até 2,5 anos - permitem que os alunos possam cursar especialização e mestrado.

O ano de 1998 foi marcado pela criação do primeiro Conselho de Integração Social para estreitar as relações do grupo com a sociedade civil. Hoje existem seis desses Conselhos distribuídos pelo País. Deles participam empresários, representantes do governo, membros de academias e de entidades culturais, além de autoridades, personalidades públicas e formadores de opinião.

Em agosto de 1999 foi implantado o Programa de Treinamento Profissional (“PTP”) como parte da estrutura curricular dos cursos. O PTP proporciona aos alunos da graduação tradicional e da graduação tecnológica contato com a realidade social e o mercado de trabalho desde o primeiro período de curso. Ao final de seu curso, o aluno é obrigado a cumprir cerca de 80 horas de atividades complementares relacionadas à profissão escolhida.

A partir de 1998, começamos nossa expansão nacional com a criação dos novos *campi*/unidades nos seguintes estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará, onde, em Juazeiro do Norte, implementamos a primeira faculdade de Medicina privada da região nordeste do País. Nossa última instalação foi em 2004 no Estado de Goiás. No ano de 2000 obtivemos recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (“CAPES”) para

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

o curso de mestrado em Direito, em 2002, para os cursos de mestrado em Administração, Odontologia e Educação e em 2006 para o curso de Doutorado em Direito, que juntos totalizam aproximadamente 500 alunos matriculados.

Em 2005 iniciamos o processo de transformação das nossas subsidiárias para sociedades com fins de lucrativos, processo esse finalizado ao longo de 2007.

Em relação a essa questão da transformação de sociedades civis sem fins lucrativos em sociedades empresariais com fins lucrativos, a Receita Federal do Brasil tem respondido consultas de terceiros afirmando entender ser impossível tal transformação. Em consequência desse raciocínio, a Receita Federal do Brasil tem recomendado que a primeira sociedade seja extinta e seus ativos restituídos aos sócios para que depois seja constituída uma nova sociedade, integralizando-se os referidos ativos ao capital social. Nesse sentido, caso haja divergência quanto a avaliação e classificação dada ao nosso patrimônio quando da transformação da sociedade civil sem fins lucrativos em uma sociedade empresarial com fins lucrativos, a Receita Federal do Brasil pode vir a apurar o eventual ganho de capital da sociedade civil sem fins lucrativos na devolução do capital aos sócios, bem como o eventual ganho de capital dos sócios ao integralizar os bens na nova sociedade empresarial com fins lucrativos.

Nosso entendimento, baseado em pareceres solicitados por nós a renomados especialistas em direito comercial e tributário, é o de que a transformação de sociedades civis sem fins lucrativos em sociedades empresariais com fins lucrativos é legítima, na medida em que a transformação dependente de registro em outro órgão que não aquele onde a sociedade foi constituída, não altera a natureza essencial do ato, que mantém a existência da mesma pessoa jurídica, razão pela qual, inclusive, todos os atos societários de transformação da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá ("SESES") foram arquivados pela Junta Comercial do Rio de Janeiro. Em adição, entendemos que a simples transformação da SESES em sociedade lucrativa não é fato gerador de tributos e que somente os lucros, rendimentos, receitas e ganhos de capital gerados após essa transformação é que serão tributados, ressalvados os benefícios fiscais do PROUNI. Por fim, ainda baseados nos pareceres jurídicos de nossos advogados, acreditamos que a possibilidade de sermos autuados pela Receita Federal do Brasil com relação à transformação da SESES em sociedade limitada com fins lucrativos é remota.

Em 2006 integramos duas importantes instituições internacionais em nossos programas acadêmicos. Em caráter pioneiro foram estabelecidas parcerias com a *École Hôtelière de Lausanne*, na Suíça, com concessão de dupla titulação (grau válido nos dois países) em Hotelaria para os nossos alunos, e com a *Alain Ducasse Formation*, na área de gastronomia. Também em 2006 estabelecemos uma importante e pioneira parceria acadêmica com a Microsoft, que compreende a inclusão de tecnologia desta empresa nos conteúdos programáticos de disciplinas dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, treinamento de professores, realização de eventos acadêmicos, além de diversos outros projetos em desenvolvimento.

Enfim, coerentes com os princípios de pioneirismo e inovação introduzidos por nosso fundador, as instituições de ensino do grupo atingiram um patamar de qualidade significativo ao longo dos nossos 37 anos de história. Nosso grupo possui hoje uma Universidade, um Centro Universitário e 12 Faculdades isoladas, que atuam nas áreas das Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Letras e Artes. Em 31 de março de 2007, oferecíamos mais de 90 cursos de graduação, sendo mais de 45 em graduação tradicional e mais de 45 em graduação tecnológica, aproximadamente 140 cursos de pós-graduação *lato sensu*, seis cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cinco Mestrados e um Doutorado) e centenas de cursos de extensão, reunindo uma comunidade que já ultrapassa 200.000 pessoas, entre estudantes, professores e funcionários administrativos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A transformação da SESES de sociedade beneficente sem fins lucrativos para sociedade com fins lucrativos

A SESES foi constituída como sociedade civil, e reconhecida como sociedade beneficente sem fins lucrativos em 1974, por meio de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, situação que legalmente perdurou até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade empresarial limitada com fins lucrativos. As sociedades mantenedoras Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. ("SESCE"), Sociedade de Ensino Superior do Pará ("SESPA"), Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco Ltda. ("SESPE") e Sociedade Tecnopolitana da Bahia Ltda. ("STB") foram sociedades sem fins lucrativos até outubro de 2005, quando também foram transformadas em sociedades empresárias.

A Receita Federal do Brasil, ao responder certas consultas feitas por terceiros, manifestou entendimento de que a transformação de uma sociedade civil sem fins lucrativos em sociedade empresária equivaleria a uma dissolução, com devolução do patrimônio aos sócios, e subsequente criação de uma nova sociedade. Nesse caso, a consequência – se adotada a linha de entendimento manifestada pela Receita Federal do Brasil – seria a tributação da suposta devolução de capital aos sócios, sujeita à incidência do imposto de renda à alíquota de 15%. Ou seja, o fato gerador do imposto de renda ocorreria à medida que se verificasse percepção de renda – acréscimo patrimonial – pelos controladores das sociedades, à época da sua transformação.

Nosso entendimento sobre a legitimidade da transformação, baseado em pareceres de nosso assessor jurídico, o escritório de advocacia Lobo & Ibeas Advogados, e ainda de nosso consultor contábil, a PriceWaterhouseCoopers Outsourcing Ltda., que obtivemos antes da transformação da SESES em sociedade empresária com fins lucrativos, diverge do entendimento da Receita Federal do Brasil. Segundo mencionado no parecer emitido pelo escritório de advocacia Lobo & Ibeas Advogados, não seria factível desconsiderar atos ou negócios lícitos com o intuito de cobrar tributos. Além disso, a legislação tributária prevê a destinação específica do patrimônio das entidades imunes apenas nos casos de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de atividades e, tratando-se de transformação, nenhuma dessas situações teria ocorrido. Nessa mesma linha, conforme atestado no parecer emitido pela PriceWaterhouseCoopers Outsourcing Ltda., a transformação, sem que os superávits gerados anteriormente sejam atribuídos ao capital dos sócios, mitigaria os riscos de tributação de tais superávits, tanto das entidades quanto dos sócios à época da transformação.

A nosso ver, com base nos pareceres acima referidos, a posição manifestada pela Receita Federal conflita com a Instrução Normativa 113/98, que norteia fiscal e contabilmente as transformações de sociedades. Ainda, a lei que institui o PROUNI prevê expressamente a transformação da natureza jurídica das sociedades mantenedoras e instituições de ensino superior em sociedades de fins econômicos, o que entendemos ser mais um elemento que embasa o curso de ação adotado por nós. Por fim, entendemos que o tributo, se devido, seria de responsabilidade dos quotistas das sociedades transformadas, e não das sociedades em si.

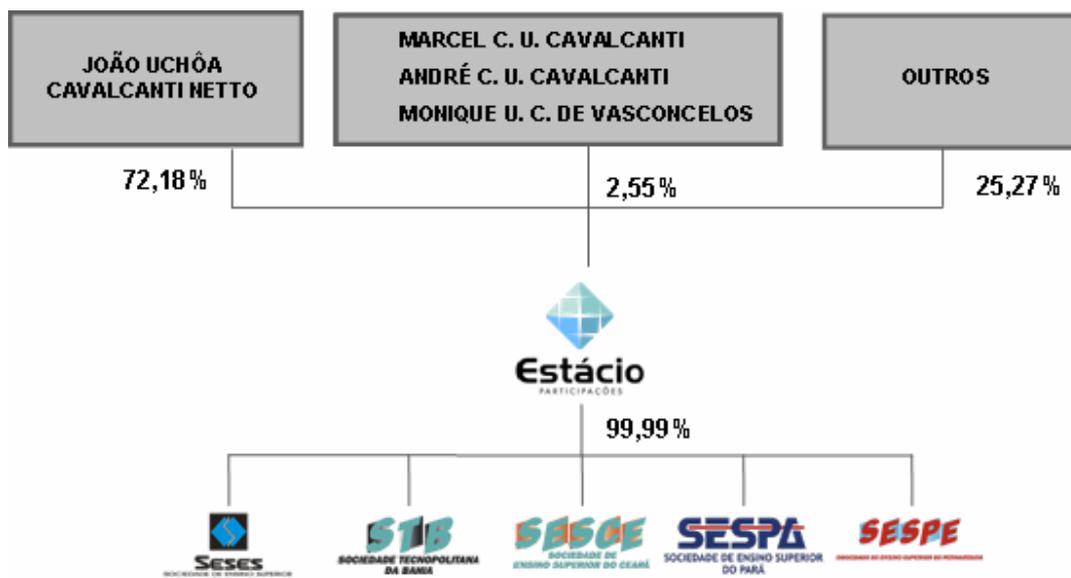
Ainda assim, a Receita Federal do Brasil poderá vir a questionar a transformação da SESES de sociedade beneficente sem fins lucrativos em sociedade empresária limitada com fins lucrativos, e até mesmo nos autuar, pretendendo a tributação conforme descrito acima. Caso a SESES ou alguma das mantenedoras venha a ser autuada em função da desconsideração da transformação efetuada, com base no entendimento de nossos assessores jurídicos, e ainda de nossos assessores contábeis conforme acima, entendemos serem remotas as chances de êxito de tal autuação. Entretanto, caso o entendimento da Receita Federal venha a prevalecer, entendemos, calcados na opinião de nossos assessores contábeis PriceWaterhouseCoopers Outsourcing Ltda., que o ônus tributário em questão deverá ser atribuído aos acionistas fundadores, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Atualmente, nossa estrutura acionária é a seguinte:



Somos uma companhia *holding* cujos únicos ativos são as participações societárias na SESES, STB, SESPA, SESCE e SESPE, detendo 99,99% do capital social de cada uma delas. Fomos constituídos em março de 2007 a partir de uma reorganização societária, cujo propósito foi o de concentrar as atividades de ensino superior desenvolvidas pelas sociedades SESES, STB, SESPA, SESCE e SESPE, sujeitas ao nosso controle. Anteriormente a esta reorganização societária, nossas subsidiárias foram transformadas em sociedades com fins lucrativos, tendo sido a STB, a SESPA, a SESCE e a SESPE, transformadas em outubro de 2005, e a SESES transformada em fevereiro de 2007.

Segue abaixo uma breve descrição das nossas subsidiárias:

- A SESES possui 47 unidades em sete estados brasileiros e é composta por uma universidade - Universidade Estácio de Sá - e oito faculdades com mais de 146 mil alunos de graduação matriculados em 43 cursos de graduação tradicional e 48 de graduação tecnológica em 31 de março de 2007. A Universidade Estácio de Sá conta com 38 unidades espalhadas no Estado do Rio de Janeiro com mais de 122 mil alunos de graduação em 31 de março de 2007. As faculdades mantidas pela SESES são: (i) Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul; (ii) Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais; (iii) Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais; (iv) Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, no Estado de São Paulo; (v) Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, no Estado de Santa Catarina; (vi) Faculdade Estácio de Sá de Vitória, no Estado do Espírito Santo; (vii) Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo; e (viii) Faculdade de Goiás, no Estado de Goiás.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

- A STB é a mantenedora do Centro Universitário da Bahia – FIB, que possui aproximadamente 11 mil alunos de graduação matriculados em 19 cursos de graduação tradicional e 12 de graduação tecnológica em 31 de março de 2007. O Centro Universitário da Bahia – FIB possui duas unidades (Campus Gilberto Gil e Hospitalidade), ambas localizadas em Salvador.
- A SESPE é a mantenedora da Faculdade Integrada do Recife – FIR, que oferece nove cursos de graduação tradicional com aproximadamente cinco mil alunos matriculados em 31 de março de 2007.
- A SESCE é a mantenedora de duas faculdades, com mais de 11 mil alunos de graduação matriculados em 31 de março de 2007 - Faculdade Integrada do Ceará - FIC, localizada em Fortaleza, e Faculdade de Medicina de Juazeiro - FMJ, localizada em Juazeiro do Norte. A Faculdade Integrada do Ceará possui duas unidades (Unidades Moreira Campos e ViaCorpus), oferecendo 13 cursos de graduação tradicional e nove cursos de graduação tecnológica com mais de 11 mil alunos matriculados em 31 de março de 2007. A Faculdade de Medicina de Juazeiro oferece apenas o curso de medicina e possui 672 alunos matriculados em 31 de março de 2007.
- A SESPA é a mantenedora da Faculdade do Pará – FAP, que conta com mais de 2 mil alunos de graduação matriculados em sete cursos de graduação tradicional e dois cursos de graduação tecnológica em 31 de março de 2007.

Em 20/08/2007, através de fato relevante divulgado ao mercado, a Estácio Participações informou que assinou instrumento de compra e venda de quotas da Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e da Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda, mantenedoras do **CENTRO UNIVERSITÁRIO RADIAL**. O Centro conta com 06 *campi* na cidade de São Paulo, 01 campus no ABC Paulista e 01 campus em Curitiba, com um total de 10.800 alunos. O total acordado para a aquisição é de R\$56,7 milhões. O objetivo da Estácio com a aquisição é expandir suas atividades para os estados de São Paulo e do Paraná, dois dos mais importantes mercados no setor de educação superior no país.

Pretendemos adquirir outras instituições de ensino superior detidas pelo nosso Acionista Controlador, e pelos acionistas Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, no Brasil (Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Amapá) e no exterior (Paraguai e Uruguai), que, por estarem em fase de organização pré-operacional e com os sistemas contábeis ainda não plenamente estruturados, ainda não foram incluídas no nosso processo de reestruturação societária. Em 07 de abril de 2007, firmamos um Memorando de Intenções com o Acionista Controlador, e com os acionistas Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, na qualidade de sócios de tais sociedades de ensino superior, objetivando a aquisição, mediante pagamento em dinheiro, dessas sociedades a valor patrimonial contábil tão logo estas apresentem patrimônio líquido positivo. Acreditamos que tais aquisições se efetivem até o final de 2008.

Nossa sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e o telefone de nosso departamento de atendimento aos acionistas é +55 21 2433-9700. Nosso website é www.estacioparticipacoes.com.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que a nossa liderança no mercado de ensino superior no Brasil explica-se pela nossa credibilidade e nosso foco nos três pilares “QUALIDADE, PREÇO E LOCALIZAÇÃO”. Entendemos que nossos principais pontos fortes são:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Portfólio Pioneiro, Diversificado e Flexível de Cursos. Atualmente dispomos de um *portfolio* com mais de 40 cursos de graduação tradicional, 40 cursos de graduação tecnológica, com destaque para os cursos de Direito, Administração e Comunicação Social, 145 cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e diversos cursos de extensão nas áreas das Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas. Fomos pioneiros na criação dos cursos de Arqueologia, Fonoaudiologia, Relações Internacionais, Turismo e Hotelaria, entre outros, e, recentemente, firmamos contratos com instituições de ensino estrangeiras (*École Hoteliere de Lausanne*, na Suíça, e *Alain Ducasse Formation*, na França) para proporcionarmos certificações internacionais aos nossos alunos. Também possuímos destacada experiência na gestão de cursos ligados à saúde, tais como Medicina, Odontologia e Fisioterapia, entre outros, que geralmente não são adotados por nossos concorrentes. Essa grande variedade de cursos nos possibilita capturar uma maior parcela do mercado, principalmente por meio dos cursos de graduação tecnológica. Os cursos de graduação tecnológica, voltados para as necessidades imediatas do mercado de trabalho, com curta duração e preços geralmente inferiores aos

cursos de graduação tradicional, são atrativos para os alunos que já se encontram empregados e que buscam qualificação e especialização, bem como a melhoria de sua empregabilidade. Estamos sempre atentos às novas demandas do mercado e possuímos histórico de sucesso na identificação e abertura de novos cursos, visando capturar demanda reprimida. Possuímos sistemas de gestão e controle que nos permitem avaliar o desenvolvimento e retorno econômico de todos os cursos, de forma a verificar critérios mínimos de rentabilidade, e, caso necessário, decidir pelo encerramento dos cursos que não se mostrem lucrativos.

Qualidade do Ensino, do Corpo Docente e das Instalações Físicas. Nossos cursos, corpo docente e instalações têm sido avaliados de forma positiva pelo MEC. O desempenho acadêmico de nossos estudantes também tem sido avaliado positivamente por meio de resultados significativos em exames de classe, como por exemplo a aprovação de 76,1% dos nossos formandos em Direito no 30º exame da seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, em comparação a um índice médio de aprovação de 59,59% das demais instituições privadas de ensino superior. Nosso corpo docente é formado por 7.600 professores, escolhidos com base na respectiva formação acadêmica e profissional de tais professores. Em 31 de março de 2007, nossas instalações físicas abrangiam 3.157 salas de aula, 1.039 laboratórios, 54 bibliotecas, 53 auditórios e 35 núcleos prestadores de assistência jurídica gratuita, dos quais 18 estão localizados em nossas unidades e 17 em juizados especiais cíveis conveniados. Todas as nossas unidades estão equipadas com instalações que são regularmente renovadas, que acreditamos serem adequadas aos cursos oferecidos em cada unidade.

Liderança no Mercado do Rio de Janeiro e Ganhos de Escala. Nosso modelo de negócio é baseado na operação de múltiplas unidades no território brasileiro, com a administração e o desenvolvimento acadêmico centralizados em nossa sede, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Atualmente desenvolvemos nossas atividades em 11 Estados Brasileiros. Este modelo de negócio centralizado tem nos permitido: (i) oferecer um ensino padronizado de alta qualidade em nossas unidades, sempre respeitando as características regionais; (ii) manter um rígido controle de qualidade e consistência do nosso método de ensino; (iii) aplicar processos padronizados, reduzindo custos operacionais e beneficiando-se de ganhos de escala; e (iv) implementar nosso plano de expansão de forma eficiente, mediante a replicação de nosso modelo de negócio em novas localidades. No Estado do Rio de Janeiro, onde nossa presença é mais concentrada, temos 38 unidades que nos possibilitam grande penetração nos mercados carioca e fluminense. Nos demais Estados, contamos com 16 unidades educacionais, o que nos auxilia na consolidação de nossa presença em nível nacional. Com isso, ganhamos escala, conseguimos diluir nossos custos fixos, e podemos oferecer aos nossos alunos cursos de qualidade a preços mais competitivos. Adicionalmente a dispersão de nossas unidades pelo território nacional, segundo nosso modelo de negócios, facilita a divulgação de nossa presença e de nossa marca.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Tradição e Qualidade Comprovada. Atuamos no mercado de educação há 37 anos, sempre oferecendo cursos de qualidade, ministrados por profissionais de renome, com a necessária experiência e qualificação. Acreditamos que nosso status de “universidade” representa qualidade comprovada, tendo em vista os rígidos requisitos impostos pelo MEC para o alcance de tal classificação, especialmente em relação ao desenvolvimento de pesquisas, regime de trabalho e titulação do corpo docente. Além disso, o status de “universidade” exige, no mínimo, 10 anos de funcionamento como faculdade ou centro universitário, o que só pode ser alcançado por instituições tradicionais e sólidas no mercado.

Eficiência na Gestão do Processo Regulatório. O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental, que tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, da infra-estrutura das instituições de ensino e do corpo docente, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades e novos cursos. Ao longo de nossa história, acreditamos ter adquirido conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro, que nos permite reduzir

significativamente o prazo médio para obtenção de autorizações para novas unidades e cursos que consideramos abrir. Fomos ainda os pioneiros nos cursos de graduação tecnológica, que serviu de modelo para a criação de regulamentação específica por parte do MEC para acomodar tal tipo de oferta.

Capacidade de Oferecer Programas de Estágios e Oportunidades de Emprego aos Nossos Alunos. Dispomos de um departamento responsável pela disponibilização de ofertas de estágios e empregos, focado na empregabilidade de nossos alunos e baseado na manutenção e ampliação de nosso relacionamento com empresas dos mais diversos setores, incluindo, dentre outras, Furnas Centrais Elétricas, Banco ABN Amro Real, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Laboratórios B. Braun, Petrobras, Renaissance do Brasil Hotelaria, IBM Brasil, White Martins, Rio de Janeiro Marriot Hotel, Brascan Imobiliária, Eletrobrás Termonuclear e Globex Utilidades (Ponto Frio). Em 2006, estimamos ter desenvolvido parcerias e convênios com aproximadamente 19 mil empresas, com 9 mil delas oferecendo aproximadamente 43 mil vagas de estágio e mais de 18 mil de nossos alunos sendo aprovados em processos seletivos em nosso programa de estágio.

Parcerias Imobiliárias. Ao ampliar nossa rede, celebramos contratos de parceria com proprietários de imóveis onde temos a intenção de instalar novas unidades. Dessa forma, os proprietários compartilham o risco do negócio através do recebimento de aluguéis com base no faturamento da respectiva unidade, sendo um negócio bastante atrativo na medida em que o aluguel aumenta de acordo com o crescimento do faturamento das nossas unidades. Este modelo propicia maior agilidade na operacionalização da abertura de unidades e garante flexibilidade na estruturação e gestão de nossa rede. Nossas parcerias imobiliárias reduzem a necessidade de aquisição e imobilização de ativos, com a conseqüente redução de custos.

NOSSA ESTRATÉGIA

Tendo como base de nossa estratégia os pilares “QUALIDADE, PREÇO E LOCALIZAÇÃO”, a fim de aprimorarmos nossa eficiência operacional e expandirmos os nossos negócios, desenvolveremos as seguintes iniciativas:

Foco na Qualidade e Preços Atrativos. Pretendemos continuar oferecendo ensino universitário de qualidade, por um preço mais atrativo que o de nossos principais concorrentes, em cursos constantemente atualizados às necessidades e perfis de nossos alunos, ministrados por corpo docente de renome e experiência, em instalações de qualidade, convenientemente localizadas, o que acreditamos que nos permite superar a concorrência ao mesmo tempo em que mantemos a rentabilidade atrativa do negócio. Além disso,

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

pretendemos aumentar a oferta de cursos de extensão de acordo com a demanda do mercado. Continuaremos a aperfeiçoar nosso modelo de negócio visando a aumentar nossa eficiência operacional, nossos ganhos de escala, manter estrito controle sobre custos e ao mesmo tempo preservar e aumentar a qualidade de nossos cursos e dos serviços de apoio aos alunos e ex-alunos. Pretendemos, ainda, continuar a investir em nossas instalações, ampliando-as e atualizando-as de acordo com as novas necessidades, em consonância com as demandas do mercado de trabalho.

Expansão de Nossas Atividades. Para aproveitarmos as oportunidades de crescimento e consolidação do setor de ensino brasileiro, pretendemos expandir nossas atividades por meio de:

- **Aumento da base de alunos matriculados.** Trabalhamos constantemente para aumentar o número de alunos matriculados em nossas unidades já existentes, sempre com a preocupação da manutenção da qualidade do ensino. Acreditamos que o amadurecimento das nossas unidades existentes e o desenvolvimento de novos cursos resultará em um crescimento do número de alunos nos próximos anos. Continuaremos a implementar nossa estratégia de captação de novos alunos (por meio de programas de marketing, feiras universitárias, parcerias com empresas privadas, entre outras políticas) e retenção dos atuais.
- **Abertura e/ou aquisições de novas unidades.** Pretendemos abrir ou adquirir novas unidades em localidades que apresentem demanda não atendida pelas instituições locais, bem como adquirir unidades em funcionamento em localidades onde a demanda já estiver atendida e não houver espaço para entrada de mais um concorrente. Pretendemos expandir nossas atividades em todo o País (sobretudo no Estado de São Paulo, o estado brasileiro com maior renda *per capita*), bem como na América Latina, em países que consideramos estratégicos para os nossos negócios. Acreditamos que a nossa classificação como “universidade” no Rio de Janeiro constitui um diferencial em relação aos nossos concorrentes, o que nos confere prerrogativas para criar, organizar e extinguir cursos de educação superior dentro do município onde a nossa sede está localizada, sem necessidade de autorização prévia do MEC, e fora do município onde se situa nossa sede, mediante autorização do MEC. Além disso, pretendemos transformar algumas de nossas unidades, atualmente classificadas como “faculdades”, em “centros universitários”, a fim de ampliar a autonomia de nossa rede de ensino dentro dos municípios em que atuamos.
- **Inovação na oferta de cursos.** Reavaliamos regularmente o conjunto de cursos que oferecemos em nossas unidades com base em pesquisas de mercado, no desenvolvimento econômico de cada região em que atuamos e nas ofertas de nossos concorrentes. Pretendemos dar seguimento à nossa atual política de verificar constantemente a demanda para renovarmos e ampliarmos nosso portfólio de cursos mantendo nossos critérios de avaliação do retorno do investimento com vistas a garantir a rentabilidade mínima pretendida, encerrando aqueles que não sem mostrem rentáveis.

Continuar Investindo em Tecnologia. Pretendemos continuar a investir e a utilizar a tecnologia de ensino, de forma a: (i) oferecer cursos semipresenciais, compostos de aulas presenciais e por acesso remoto, aumentando a qualidade do ensino e facilitando a experiência de aprendizagem; e (ii) oferecer cursos integralmente ministrados à distância, modalidade esta que se encontra em fase de credenciamento final junto ao MEC. Isso possibilitará, além da redução de custos com instalações e corpo docente, a exploração de um novo mercado ainda não explorado no Brasil.

Em 20/08/2007, através de fato relevante divulgado ao mercado, a Estácio Participações informou que assinou instrumento de compra e venda de quotas da Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e da Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda, mantenedoras do **CENTRO UNIVERSITÁRIO RADIAL**. O Centro conta com 06 *campi* na cidade de São Paulo, 01 campus no ABC Paulista e 01 campus em Curitiba, com um total de 10.800 alunos. O total acordado para a aquisição é de

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

R\$56,7 milhões. O objetivo da Estácio com a aquisição é expandir suas atividades para os estados de São Paulo e do Paraná, dois dos mais importantes mercados no setor de educação superior no país.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

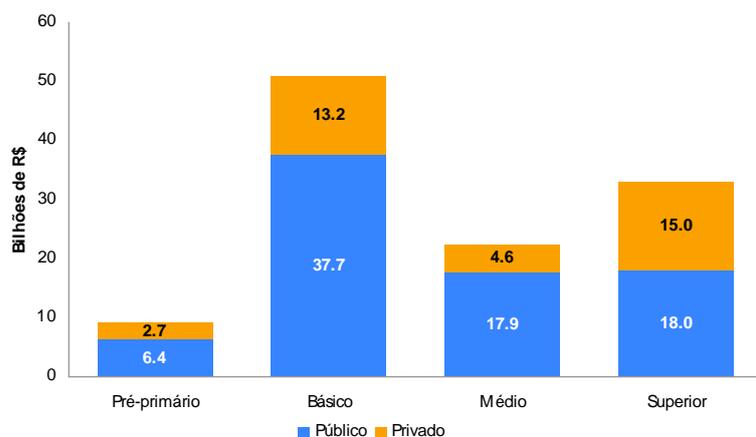
08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Panorama do Setor de Educação no Brasil

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de sua população. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), em 2005, o Brasil apresentou um total de 60,92 milhões de matrículas, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e ensino superior. Deste total, 33,53 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 9,03 milhões ao ensino médio e 7,21 milhões ao ensino fundamental, os três maiores setores de ensino do mercado brasileiro. O ensino superior, por sua vez, representou um total de 4,45 milhões de matrículas em 2005.

De acordo com a Hoper Educacional, o faturamento total do setor em 2005 ultrapassou R\$115 bilhões, incluindo gastos governamentais de aproximadamente R\$80 bilhões. Deste total, 44,1% foram investidos em educação básica, 28,6% no ensino superior, 19,5% no ensino médio e 7,9% em educação pré-primária.



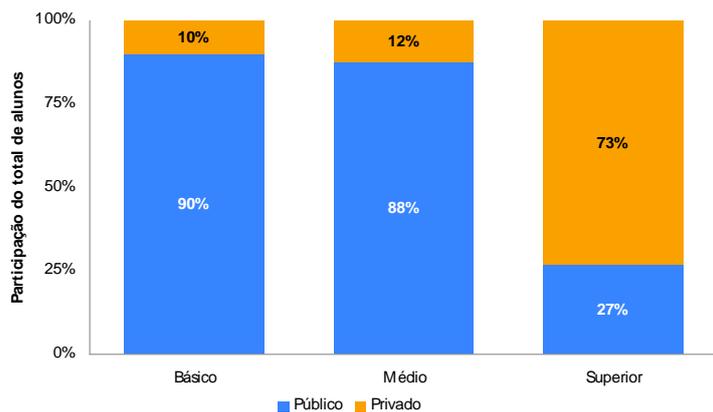
Fonte: Hoper Educacional

Vale destacar que a participação governamental é muito importante no ensino básico e médio, o que pode ser verificado pela taxa de frequência dos alunos. Segundo o IBGE em 2005, 90% dos alunos frequentavam instituições públicas na educação básica e 88% no ensino médio. A política implantada inicialmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso desde 1995 e que perdura até os dias atuais ampliou os investimentos na educação básica, com vistas a superar as deficiências no grau de instrução desde o princípio da formação acadêmica. O gráfico a seguir demonstra a taxa de frequência a instituições públicas e privadas por categoria de ensino:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

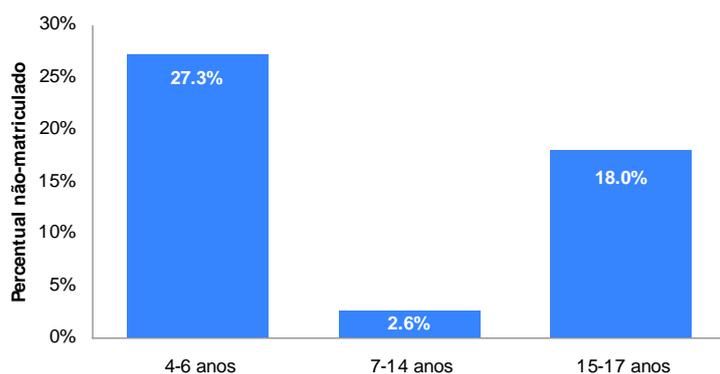
08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



Fonte: Hoper Educacional

A concentração dos investimentos governamentais no ensino básico e médio pode ser verificada pela taxa de população não-matriculada. Segundo dados do IBGE em 2005, dentre a população de 7 a 14 anos de idade, aquela que deveria estar cursando o nível básico, apenas 2,6% não está matriculada em algum nível educacional. Ainda há possível espaço para o crescimento da educação, especialmente na faixa de idade mais reduzida, entre a população de 5 a 6 anos de idade, aquela que deveria estar cursando cursos pré-primários, no qual há ainda um total de 17,3% de alunos não-matriculados. O gráfico a seguir demonstra o percentual de população não-matriculada por faixa etária:



Fonte: IBGE

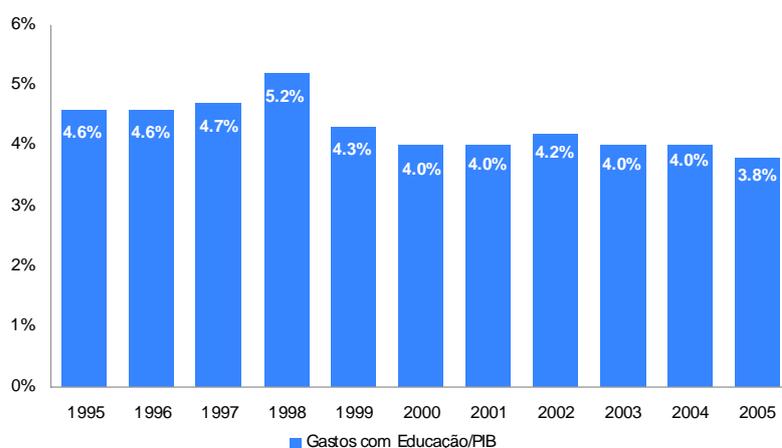
Do total dos investimentos governamentais, R\$37,7 bilhões foram aplicados no ensino básico e R\$17,9 bilhões no ensino médio, representando 69,5% de todos os gastos governamentais com educação em 2005.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Em relação ao investimento governamental em educação, este vem apresentando tendência de declínio nos últimos anos, conforme pode ser verificado a partir de 1998:



Fonte: INEP/MEC

O declínio dos gastos governamentais com educação é aparente, devido a uma série de dificuldades governamentais para incrementar estes investimentos. Dentre estas se destaca; (i) o elevado nível de despesas correntes do governo, (ii) a necessidade de incorrer em elevados gastos com pagamentos de dívidas públicas e (iii) a atitude de priorizar ações de curto-prazo e de resultado imediato ao invés de realizar investimentos com foco nos resultados de longo-prazo, a exemplo da educação.

Adicionalmente, a concentração dos gastos governamentais é explicada pelo montante de recursos necessários para cada esfera educacional. No caso do ensino básico, os investimentos direcionam-se principalmente à infra-estrutura (instalações, salas de aula, equipamento básico, dentre outros) e ao corpo docente. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ("INEP") em 2004, os gastos do governo com educação infantil somavam R\$1.372 por aluno por ano, com ensino fundamental de R\$ 1359 por ano para a 1ª a 4ª série, e de R\$1.374 por ano para 5ª a 8ª série e com ensino médio de R\$939 por ano. Tais valores são reduzidos se comparados à média de gasto por aluno de R\$10.193 por ano no ensino superior em 2004, acima da média de gastos com aluno no Brasil para qualquer outro nível educacional. Tal diferença é resultado dos elevados gastos com pesquisa e desenvolvimento, característico nas instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas. Portanto, no ensino básico e médio, 90% e 88% respectivamente dos alunos é atendida por recursos governamentais de aproximadamente R\$62 bilhões, para um total de aproximadamente, segundo dados do IBGE em 2005, 49,94 milhões de alunos em instituições públicas de um total de 56,47 milhões de alunos, enquanto que, no ensino superior, 1,19 milhões de alunos são atendidos por instituições públicas com recursos de aproximadamente R\$ 18 bilhões, para um total de aproximadamente 4,45 milhões de alunos.

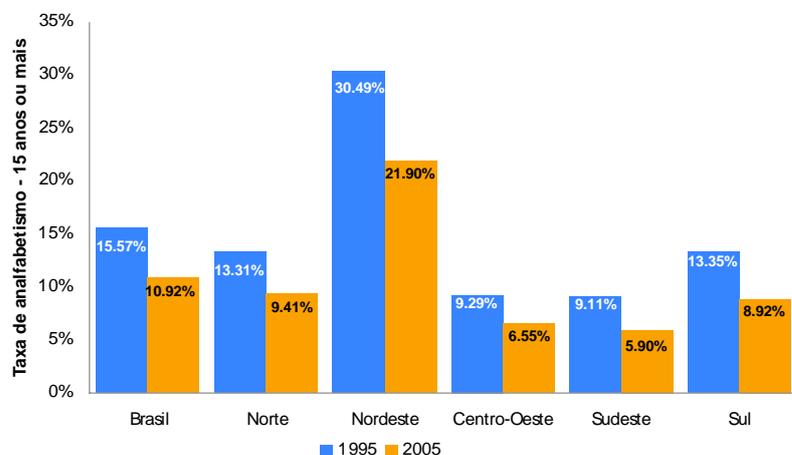
No entanto, apesar de a educação estar evoluindo no país, o Brasil ainda é um país que apresenta índices educacionais considerados pouco evoluídos em função, principalmente, da ausência de investimentos

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

eficientes no setor. Consequentemente, o Brasil ainda apresenta elevados níveis de analfabetismo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, motivo pelo quais essas são regiões onde grande volume de recursos governamentais é destinado. Segundo dados do IBGE para 2005, a taxa de analfabetismo brasileira estava em torno de 10,92% para a população de 15 anos ou mais:



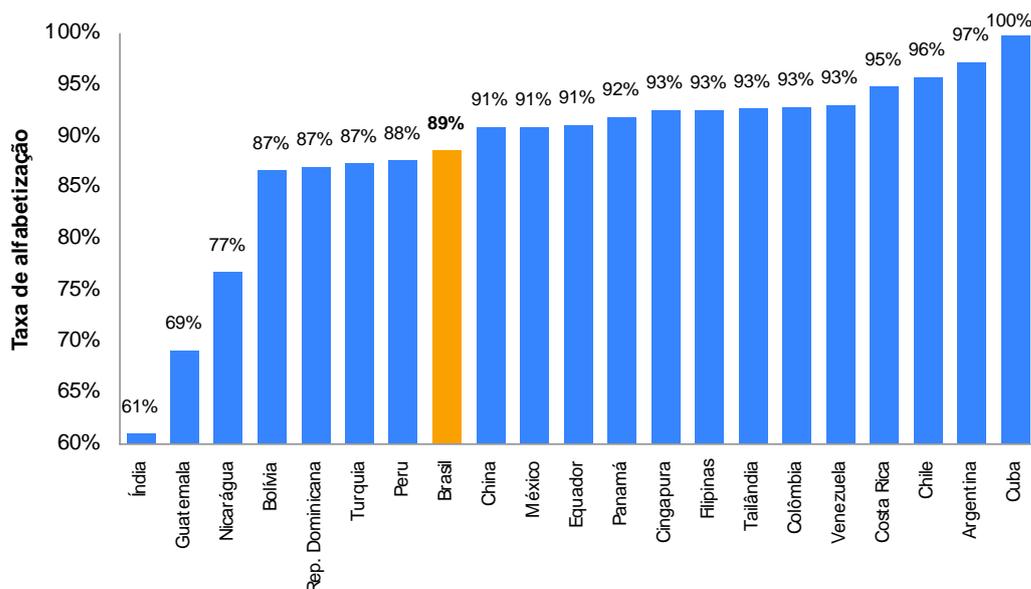
Fonte: IBGE

Apesar dos progressos já realizados, ressaltados pela melhoria nos índices de analfabetismo no período entre 1995 e 2005, a melhoria dos indicadores educacionais ainda não atingiu patamares elevados, o que pode ser percebido ao comparar a taxa de alfabetização do Brasil com a de outros países, especialmente países semelhantes na região da América Latina e outras economias em desenvolvimento. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (“UNESCO”), em 2004, dentre os países considerados da região, o Brasil se destaca apenas frente à Guatemala e Bolívia, com uma taxa de alfabetização de 89% contra 69% e 87% respectivamente, e situa-se ainda muito distante de países como Chile e Argentina, com taxas de alfabetização de 96% e 97%, respectivamente. O gráfico a seguir demonstra o nível de alfabetização da população de 15 anos ou mais de países comparáveis ao Brasil, em especial países em desenvolvimento:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



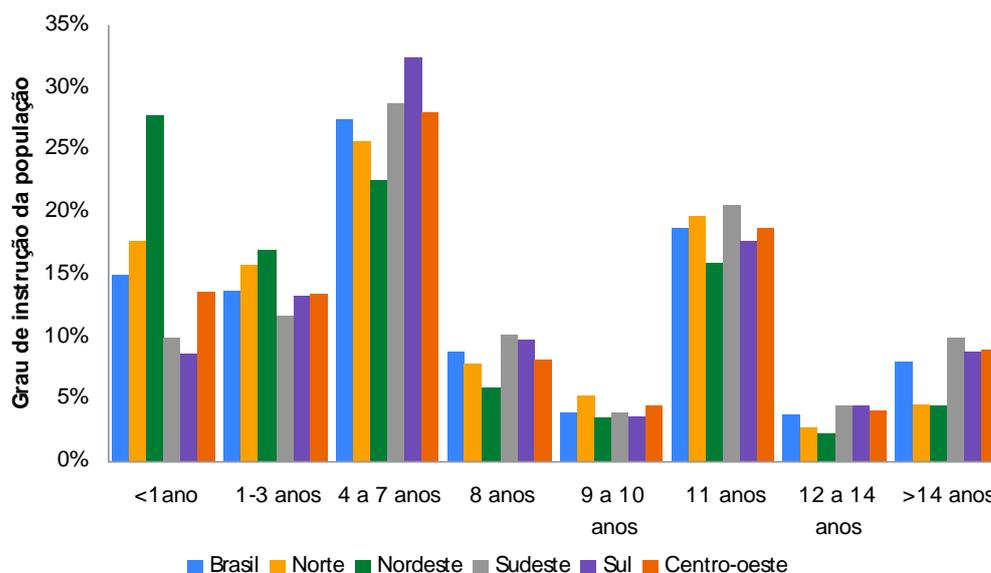
Fonte: UNESCO

Apesar de ainda abaixo do nível de outros países, o Brasil continua seu processo evolutivo com relação ao ensino. Tal fato é constatado pela melhoria do nível de anos de educação de sua população e pela melhoria do grau de instrução da população como um todo. Quanto ao grau de instrução, no ano de 2005, segundo dados do IBGE, 27,5% da população apresentava de 4 a 7 anos de instrução, 18,8% apresentava 11 anos de instrução e 13,6% apresentava de 1 a 3 anos. O índice é ainda mais representativo na região Sudeste, em que 20,6% de sua população apresentam 11 anos de instrução, índice superior à média nacional e que demonstra o desenvolvimento, a qualidade e o acesso ao ensino na região, bem como a maior disponibilidade de renda para efetuar todo o processo educativo até a conclusão do ensino médio. O gráfico a seguir demonstra o grau de instrução da população do Brasil e de suas regiões, com destaque para a região Sudeste nos níveis de instrução elevados, bem como para a região Sul e Centro-Oeste:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



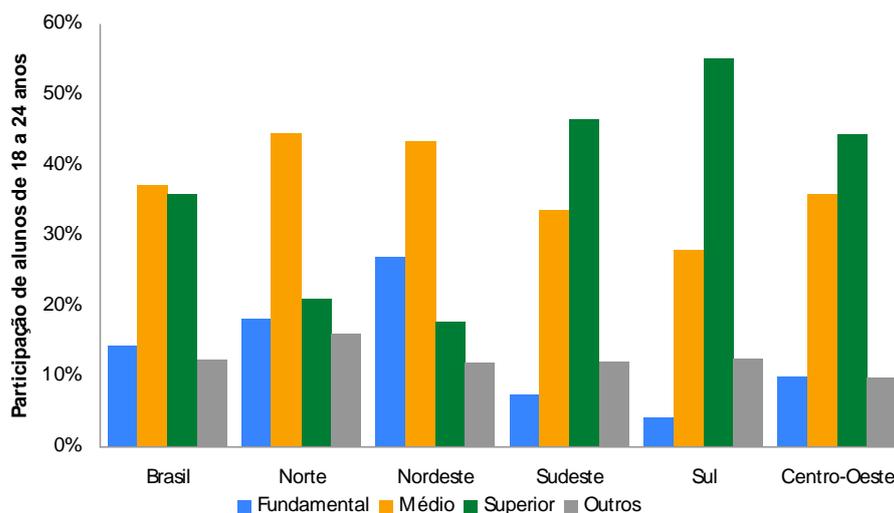
Fonte: IBGE

Além disso, a população jovem, em especial, tem se dedicado cada vez mais ao estudo, de acordo com o IBGE. Dentre as razões que induzem este movimento tem-se (i) o aumento da empregabilidade dos estudantes, (ii) o aumento da renda potencial dos estudantes, especialmente nos casos de cursos universitários e de especialização, (iii) as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho bem como o aumento da competitividade deste e (iv) a disponibilização de alternativas de ensino que permitem ao aluno conciliar os estudos e sua vida profissional em curso. De acordo com dados do IBGE em 2005, 36% dos jovens estudantes de 18 a 24 anos de idade estão cursando o ensino superior, taxa esta que alcança 47% na região Sudeste e 55% na região Sul. O gráfico a seguir demonstra a porcentagem de alunos de 18 a 24 anos no Brasil e em suas regiões de acordo com o nível educacional freqüentado:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



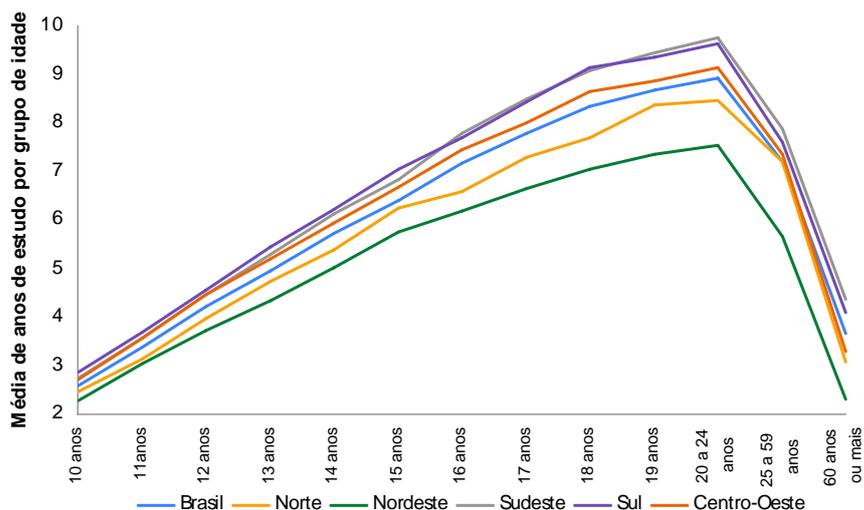
Fonte: IBGE

Esta melhoria do nível educacional, especialmente entre os jovens já beneficiados pelos maiores investimentos em educação, bem como por novas políticas de incentivo, como o Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), leva a uma evidente melhoria do nível educacional da população representado pela média de anos de estudo. Segundo dados do IBGE em 2005, a população de 10 anos apresentava uma média de 2,57 anos de estudo, enquanto que a população de 18 anos apresentava uma média de 8,33 anos de estudo e aqueles com 60 anos ou mais apresentavam uma média de 3,67 anos de estudo. Vale ressaltar que nas regiões mais desenvolvidas do país, região Sudeste e Sul, a taxa era de 2,72 anos, 9,09 anos e 4,37 anos, respectivamente. Para a região Sudeste e 2,86 anos, 9,14 anos e 4,09 anos para a região Sul, respectivamente. Esta melhoria no grau de instrução, especialmente ao se considerar a diferença existente entre a população mais jovem, de até 10 anos, e os mais idosos, demonstra que a evolução do ensino vem ocorrendo desde o início do processo de formação acadêmica do indivíduo, o que resultará em uma população mais instruída no futuro e com níveis de educação cada vez maior. O gráfico a seguir demonstra a média dos anos de estudo de acordo com o grupo de idade ou faixa etária da população segundo dados do IBGE em 2005:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

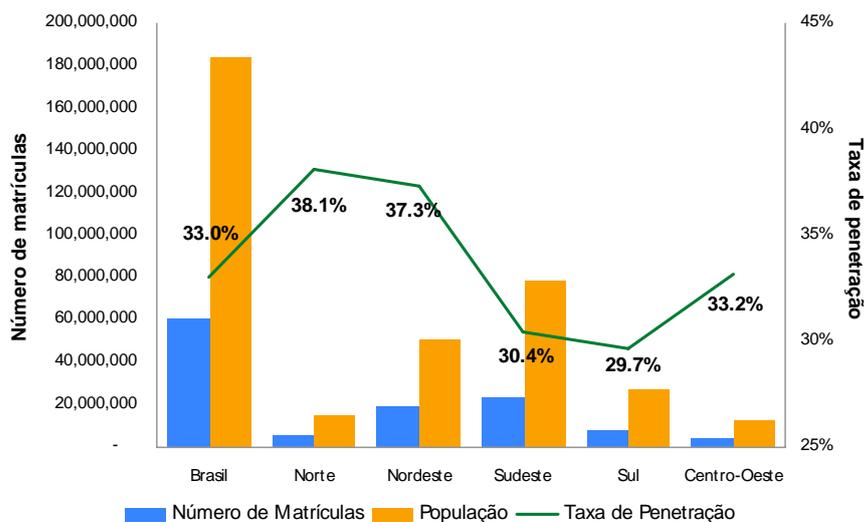
08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE

No território nacional, vale destacar que a taxa de penetração do ensino, medida pelo número total de matrículas por região sobre sua população, segundo dados do IBGE em 2005, é mais significativa nas regiões Norte e Nordeste em função, principalmente, do maior foco dado a essas regiões no momento da implementação de uma política mais eficaz para a educação, por serem as áreas menos desenvolvidas do País. Motivada por este esforço concentrado, a taxa de penetração do ensino atingiu o nível de 38,1% e 37,3%, respectivamente, sendo superiores à média nacional de 33%:



Fonte: IBGE

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

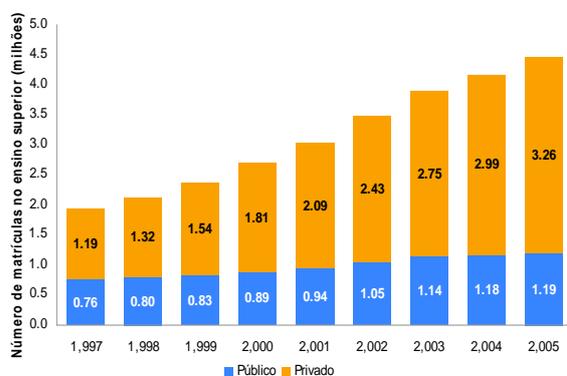
09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Aspectos do Ensino Superior no Brasil

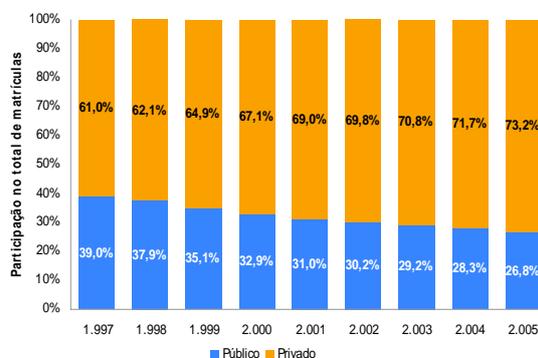
O ensino superior encontra-se em expansão no Brasil. É um setor amplo, com forte potencial de crescimento, especialmente ao se considerar os avanços percorridos nos últimos anos. Além disso, é atendido por inúmeras instituições dentre faculdades, centros universitários e universidades, sendo estas, em sua maioria, instituições privadas. Os elevados investimentos necessários para a constituição de uma instituição de ensino superior, seja em infra-estrutura, laboratórios, tecnologia de informação, qualificação do corpo docente, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros, inviabiliza a expansão do papel do governo no setor. As restrições orçamentárias com relação aos gastos governamentais como um todo impedem que este venha a ampliar seus gastos com educação, fornecendo uma oportunidade atrativa a instituições privadas qualificadas. Além disso, a redução crescente do papel do Estado em todos os setores da economia e sua crescente necessidade de reduzir gastos fornece um panorama estável ao papel do setor privado no ensino, o qual deve a se elevar cada vez mais no futuro.

Segundo dados da UNESCO e do MEC/INEP em 2004, o Brasil apresentava o maior mercado educacional da América Latina, apesar de ainda possuir níveis de escolaridade inferior a muitos países da região, a exemplo do Chile e Argentina; e o quinto maior mercado do mundo, especialmente devido a sua elevada densidade demográfica, dado que a taxa de penetração do ensino, medida pelo número total de matrículas dividido pela população em 2005 estava em apenas 33,0%.

Dados divulgados pelo IBGE demonstram que o ensino superior tem crescido a uma taxa anual composta de 10,9% desde 1997 a 2005, com um total de alunos de aproximadamente 4,45 milhões. No entanto, a participação dos segmentos público e privado neste total apresenta dinâmica que corrobora as expectativas de participação cada vez maior do capital privado no ensino superior. O setor privado tem apresentado um crescimento anual composto de 13,5% de 1997 a 2005, enquanto o setor público cresce a taxas de 5,8% ao ano no mesmo período. Com isso, o setor privado elevou sua participação de mercado de 61,0% para 73,2% de 1997 a 2005, enquanto que o setor público teve sua participação reduzida de 39,0% para 26,8%. Os gráficos a seguir demonstram o crescimento do setor público no total de alunos matriculados, bem como a participação relativa de cada setor no total da educação no Brasil:



Fonte: MEC



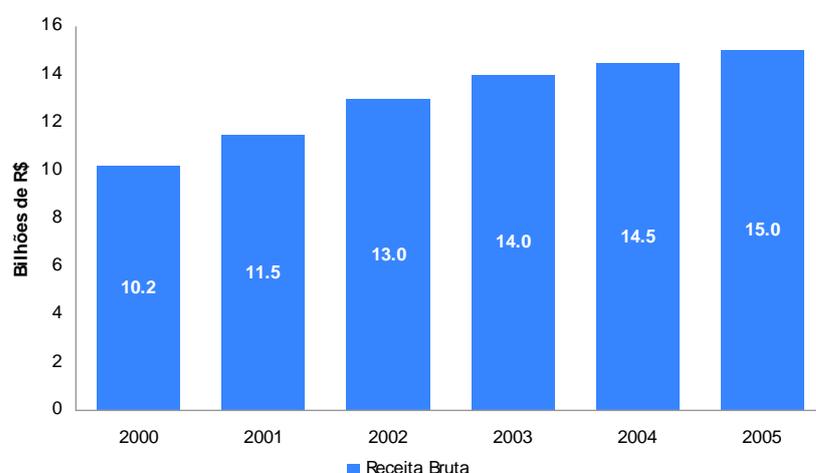
Fonte: MEC

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Este crescimento consistente do ensino superior no Brasil tem elevado os níveis de receita no setor privado a uma taxa composta anual de 8% no período entre 2000 e 2005, segundo dados da Hoper Educacional:



Fonte: Hoper Educacional

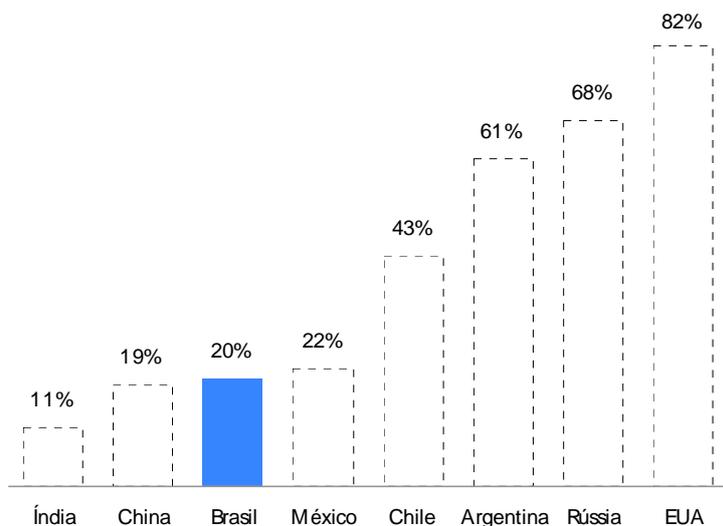
Este nível de receitas deve crescer em função do número de novas matrículas futuras, direcionadas principalmente devido (i) ao crescimento da renda real da população; (ii) aos ainda baixos níveis de penetração, matrículas e instituições na região Norte e Nordeste, principalmente; (iii) às novas exigências por parte do mercado de trabalho com relação à qualificação da mão-de-obra; (iv) ao crescimento da demanda de cursos de especialização de curta e média duração; (v) ao ingresso de trabalhadores em cursos de reciclagem; (vi) à meta governamental de crescimento da participação da população entre 18 e 24 anos no ensino superior de 30% até 2010 com conseqüente elevação da participação destes no ensino superior; (vii) ao crescimento do grau de escolarização da população, com conseqüente elevação da média de anos cursados; (viii) ao aumento da taxa de conclusão do ensino médio com posterior ingresso no ensino superior, seja por cursos tradicionais de graduação, ou por cursos de curta e média duração, bem como pela oferta de cursos ministrados à distância; e (ix) pelo aumento do investimento privado no ensino superior, bem como pelo movimento de consolidação deste fragmentado setor em instituições de porte e qualidade assegurada.

Apesar do número de matrículas estar crescendo vigorosamente, o Brasil apresenta uma taxa bruta de alunos entrantes formados no ensino médio e ingressando no ensino superior de apenas 20%, segundo dados da UNESCO em 2004. Em relação a outros países da América Latina como Chile e Argentina, com taxas de 43% e 61% respectivamente, a entrada de alunos no ensino superior é ainda considerada baixa, tendo forte potencial de crescimento futuro, alcançando níveis como o dos Estados Unidos de 82%. O gráfico a seguir mostra o ingresso de alunos formados no ensino médio no ensino superior em países selecionados:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



Fonte: UNESCO

O ensino superior é fortemente correlacionado com o ensino médio sendo que impactos positivos neste podem vir a representar oportunidade futura de crescimento para o setor.

Quando considerada a expansão no mercado das classes mais baixas de 18 a 24 anos, o potencial de crescimento do ensino superior no Brasil é positivo. Segundo projeções da Gismarket Estudos de Mercado ("Gismarket"), a população da classe C, D e E, com renda de até 10 salários mínimos (R\$3,8 mil atualmente), deve representar em torno de 77,5% da população ao fim de 2007. Este é um segmento representativo que deve ser considerado, especialmente tendo em vista que o número de jovens trabalhadores deve aumentar em consequência da (i) presença de alternativas facilitadas de financiamento com a própria instituição de ensino; (ii) aumento potencial da renda gerada pelo maior nível de qualificação; e (iii) maior disponibilidade de cursos, especialmente de especialização, em horários compatíveis com a rotina dos jovens trabalhadores de 18 a 24 anos. As instituições privadas também apresentam diferentes características com relação às instituições públicas porque as últimas são voltadas a se tornarem centros de excelência, baseados, sobretudo, em pesquisa e desenvolvimento de novos conhecimentos, enquanto que as primeiras apresentam foco ao mercado de trabalho e ao aumento da empregabilidade de seus alunos. Devido à compatibilização de seus cursos e programas acadêmicos com as necessidades do mercado, estas instituições devem atrair cada vez mais alunos. A tabela a seguir demonstra a projeção populacional esperada em 2007 de acordo com as classes sociais e renda familiar, demonstrando a grande participação das populações das classes C, D e E no total da população brasileira:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

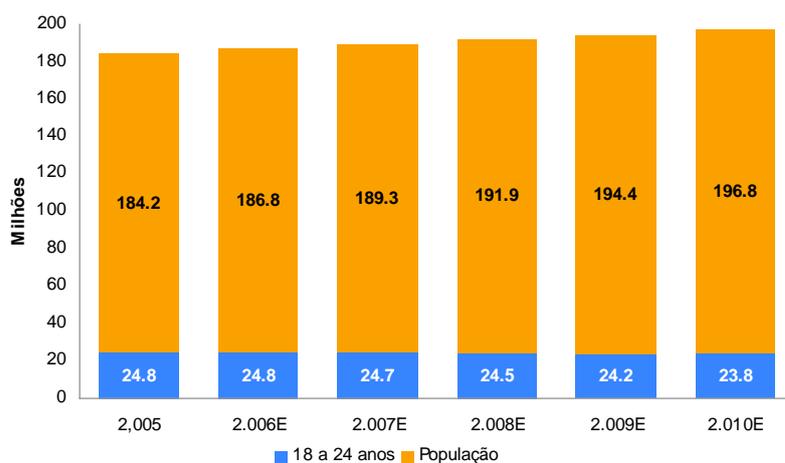
08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Classe Social	Renda Familiar (R\$ mil/mês)	População (milhões)	%
A	> 5,2	0,9	3,6%
B	3,2 - 5,2	5,0	18,9%
C	0,9 - 1,8	11,6	43,9%
D	0,4 - 0,9	7,6	29,0%
E	< 0,4	1,2	4,6%

Fonte: Gismarket – Estudos de Mercado e IBGE

Segundo dados do INEP em 2005, entre os jovens de 18 a 24 anos, representando aproximadamente 24,41 milhões de habitantes, 2,67 milhões cursavam curso de ensino superior, ou seja, um total de frequência de 10,9%. De acordo com a Lei nº 10.172 de 9 de Janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, foi estabelecida a meta de ter 30% de toda a população jovem de 18 a 24 anos cursando o ensino superior até o ano de 2010. Segundo dados do IBGE, a população brasileira deve estar em torno de 196,8 milhões de habitantes em 2010, sendo que a população de 18 a 24 anos deve representar em torno de 23,79 milhões de habitantes. Dessa maneira, uma taxa de matrícula de 30%, a meta estabelecida pelo Ministério da Educação (“MEC”) em 2010, representaria um total de alunos de 18 a 24 anos de 7,14 milhões, ou seja, um crescimento anual composto de 21,71% para o período entre 2005 e 2010. Atualmente, a população de 18 a 24 anos já representa 60,0% de todos os estudantes do ensino superior, sendo que sua participação deve aumentar cada vez mais mantida a meta governamental descrita acima. O gráfico a seguir demonstra as projeções populacionais para o Brasil e, em especial, ao grupo entre 18 e 24 anos de idade:



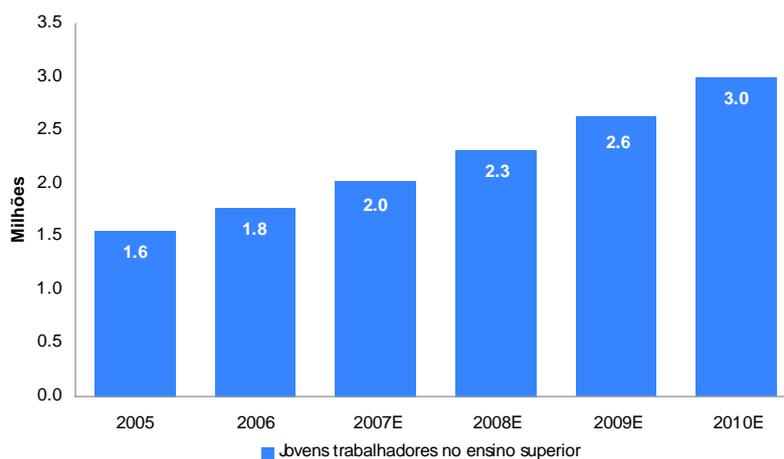
Fonte: IBGE

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Adicionalmente, a participação cada vez maior dos jovens trabalhadores no sistema educacional brasileiro deve ser analisada, em especial, nas instituições de ensino superior. O principal motivo para este movimento de inclusão desta parcela da população é o potencial aumento de sua renda, diretamente influenciado pelo aumento de sua qualificação profissional e especialização. Outros aspectos determinantes para a democratização no ensino entre os jovens trabalhadores são (i) a maior facilidade em realizar os cursos, (ii) a grande disponibilidade de instituições de ensino superior nas proximidades de suas moradias e locais de trabalho, (iii) o aumento na oferta de cursos que se alinham aos interesses ou atividades profissionais de tais jovens, (iv) maior facilidade nas formas de pagamento e (v) preços cada vez mais acessíveis. Segundo análises da Hoper Educacional, o número de jovens trabalhadores deve atingir um total de aproximadamente 3,0 milhões de alunos em 2010, partindo de um total de, aproximadamente, 1,55 milhão de alunos em 2005, com um crescimento anual composto de 14,0%. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de jovens trabalhadores no ensino superior:



Fonte: Gismarket, IBGE e INEP.

Este segmento de alunos representa grande potencial de crescimento futuro devido à melhoria das perspectivas econômicas futuras, com conseqüente elevação de renda e padrão de vida destes segmentos sociais. Desta maneira, espera-se que a maior pressão do mercado de trabalho por mão-de-obra cada vez mais qualificada acabe por inserir cada vez mais este segmento social no ensino superior, como forma dos mesmos manterem e ampliarem a sua empregabilidade.

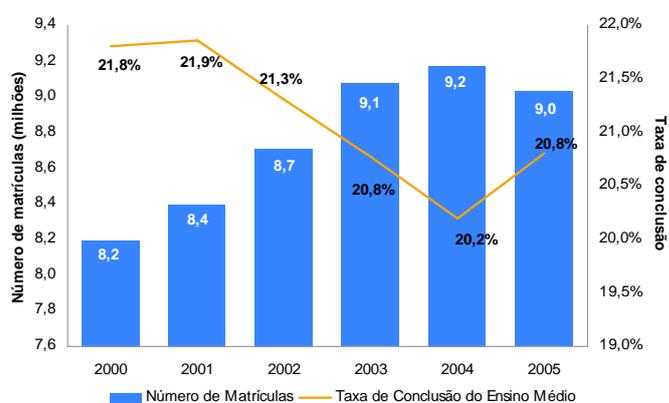
O ensino superior também apresenta forte correlação com o crescimento dos anos de estudo no País e, principalmente, de acordo com a quantidade de novos ingressantes no ensino médio e com o taxa de graduação destes e posterior ingresso no ensino superior. De acordo com dados do IBGE, o número de matrículas no ensino médio cresceu a uma taxa de 2,0% ao ano desde 2000, atingindo um total de 9,0 milhões de matrículas em 2005. Além disso, no mesmo ano, 1,88 milhões de alunos concluíram o ensino médio, representando uma taxa de conclusão, medida pelo número de alunos concluintes sobre o total de matrículas

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

efetuadas no ano, de 20,8%. O gráfico a seguir demonstra a evolução das matrículas no ensino médio e da taxa de conclusão do mesmo:



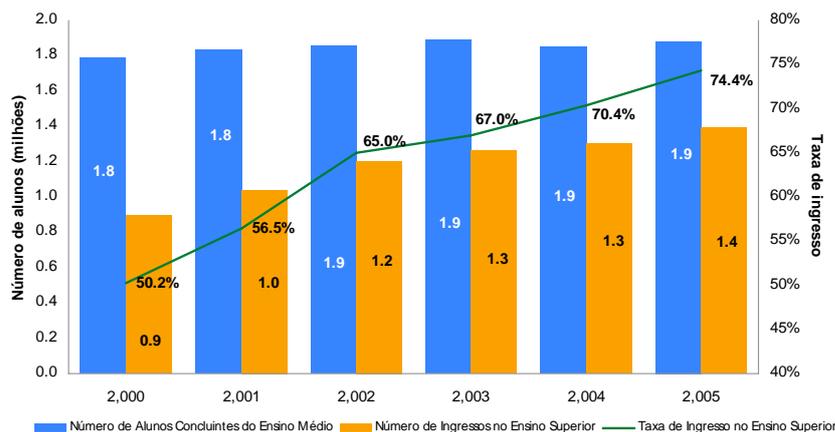
Fonte: IBGE e INEP

No mesmo ano, segundo dados do INEP, houve o ingresso de 1,4 milhões de alunos no ensino superior, representando uma taxa de ingresso no ensino superior após a conclusão do ensino médio de 74,4%, em comparação a uma taxa de ingresso de 50,2% em 2000. Isto representa que o total de indivíduos formados no ensino médio e que ingressam na educação superior em busca de mais qualificação e empregabilidade tem crescido a uma taxa anual de 9,3% no período de 2000 a 2005. No entanto, apesar do crescimento vigoroso, ainda há um total de 25,6% de alunos concluintes do ensino médio que ainda não ingressaram no ensino superior, seja porque não acham que mais qualificação seja necessária, seja por desinteresse no estudo, seja por não encontrarem uma alternativa viável em função de custos ou proposta acadêmica, ou seja, pela dificuldade de se locomoverem a instituições que se encontram longe de sua residência ou trabalho. Portanto, a maior disponibilização de cursos de ensino superior dos mais diversos em instituições espalhadas por todo o ambiente nacional, bem como a busca por maior qualificação cada vez mais demandada pelo mercado deve atrair estes alunos que concluíram o ensino médio, mas ainda não ingressaram no ensino superior. Além disso, a melhoria da educação no Brasil deve elevar a média de anos de estudo da população, contribuindo positivamente ao número de matrículas e conclusão no ensino médio, elevando ainda mais o número de alunos concluintes do ensino médio com potencial de ingressarem no ensino superior. O gráfico abaixo compara o número de ingressos no ensino superior com o número de alunos concluintes do ensino médio e a respectiva taxa de ingresso em instituições de ensino superior dos alunos concluintes do ensino médio:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



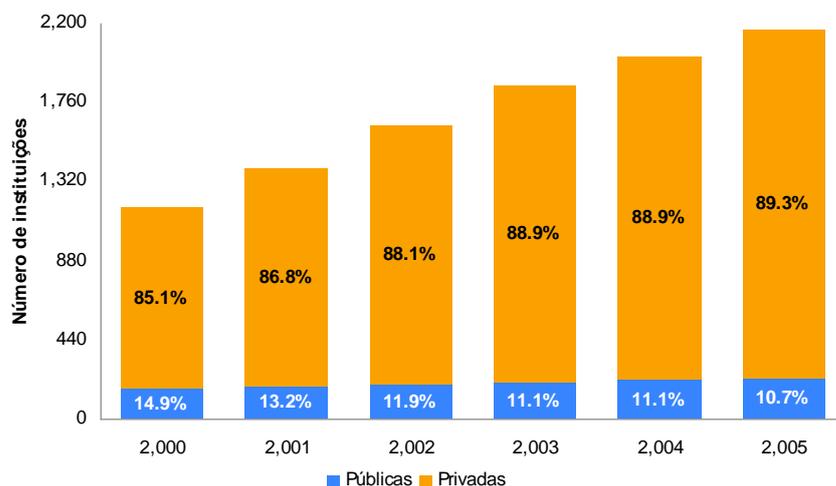
Fonte: IBGE e INEP

O ensino superior também se apresenta muito fragmentado em todo o país. Segundo estimativas do INEP em 2005, existe um total de 2.165 instituições de ensino superior, sendo 1.934 instituições privadas e 231 instituições públicas dentre faculdades, centros universitários e universidades. Segundo o INEP, o crescimento anual composto das instituições de ensino superior no Brasil no período de 2000 a 2005 foi de 12,9%, sendo que o crescimento foi mais robusto no setor privado, com crescimento de aproximadamente 14,0% ao ano, contra um crescimento de apenas 5,6% ao ano das instituições públicas. Vale dizer que, no ano de 2005 foram estabelecidas 152 novas instituições de ensino superior com relação ao ano anterior, sendo apenas 7 públicas e 145 privadas, demonstrando a força do setor particular neste mercado. O elevado grau de investimentos necessários para se estabelecer uma nova unidade de ensino superior impede que o governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, estabeleça mais instituições. Desta maneira, o setor privado vem aproveitando esta oportunidade de crescimento. Em consequência, o número de instituições privadas em relação ao número total de instituições de ensino superior se elevou de 85,1% em 2000 para 89,3% em 2005, segundo dados do INEP. O gráfico a seguir demonstra o total de unidades de ensino superior públicas e privadas bem como sua participação relativa no total de instituições:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

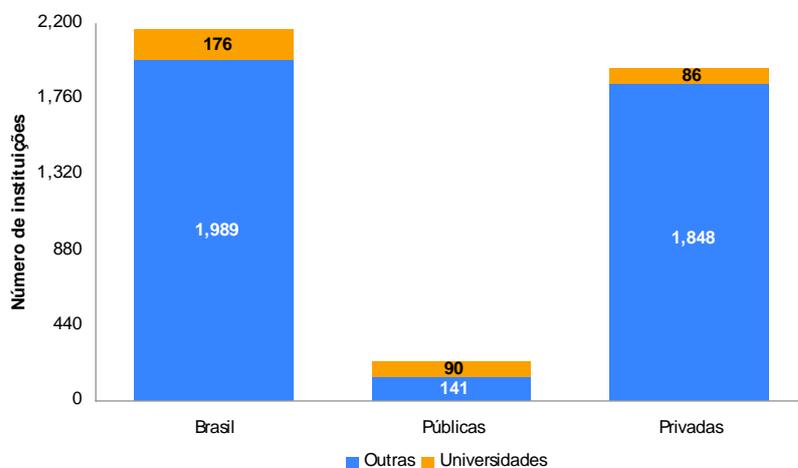
08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



Fonte: INEP

Vale destacar que dentre as 231 instituições públicas em 2005, 90 eram universidades, representando 39% do total. Já para as instituições particulares, do total de 1.934 instituições privadas, apenas 86 eram universidades, representando apenas 4,4% do total. Ao se considerar o total de instituições, sejam públicas ou privadas, das 2.165 instituições em 2005, 176 eram universidades, representado 8,1% do total e 1.989 compreendiam faculdades, centros universitários e centros de educação tecnológica. Essa configuração se deve, sobretudo, pelo fato de o governo centralizar sua atuação na criação de centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento focados na vida e na organização acadêmica. Já as instituições privadas focam sua atuação tanto nas necessidades do mercado de trabalho como de seus alunos, programando cursos mais dinâmicos e voltados às qualificações necessárias para exercer variadas atividades profissionais bem como se localizam próximas ao seu público, com diversas unidades espalhadas pelo país. O gráfico a seguir demonstra o tipo de instituições de ensino superior e sua distribuição dentro das categorias público e privadas em 2005:



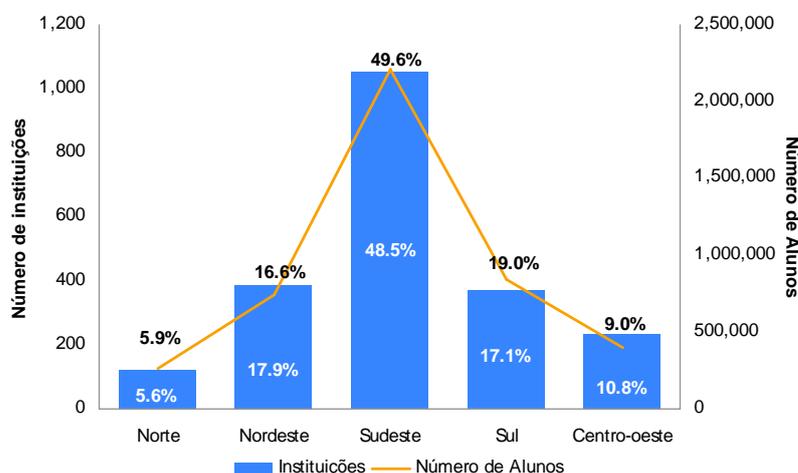
Fonte: INEP

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A concentração regional também é considerável no setor. Segundo dados do INEP em 2005, 48,5% das instituições de ensino superior se concentravam na região Sudeste, 17,9% na região Nordeste e 17,1% na região Sul, as três principais do País. Esta distribuição segue, sobretudo, a três fatores principais: em primeiro lugar a disponibilidade de renda do mercado em que se localizam, em segundo lugar, a população residente no mesmo e, em terceiro lugar, a quantidade de alunos presente em cada região. O gráfico a seguir demonstra a concentração regional de unidades de ensino bem como o número de alunos por região no ano de 2005:



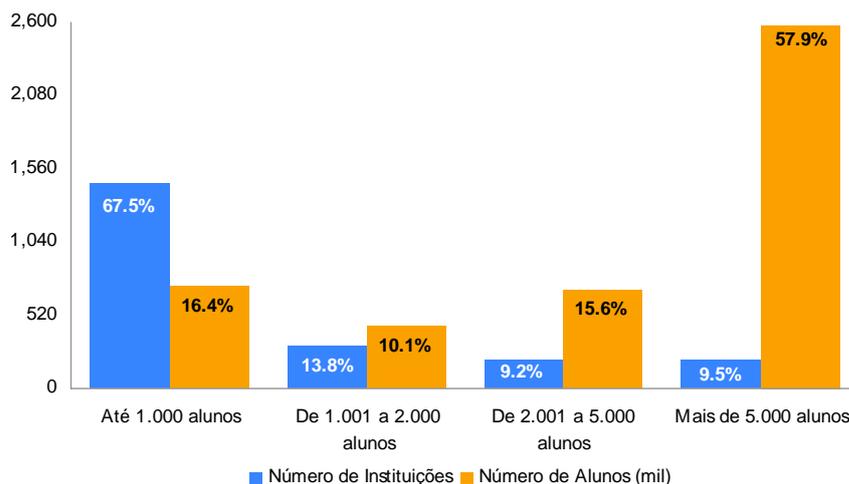
Fonte: INEP

Quanto ao porte das instituições, a fragmentação do mercado também é muito considerável. Segundo dados do INEP em 2005, do total das 2.165 instituições, 67,5% (1.461 instituições) apresentavam até 1.000 alunos, enquanto que um total de 9,5% (206 instituições) apresentava mais de 5.000 alunos. Segundo dados do INEP, as 206 maiores instituições de ensino devem apresentar em torno de 12.513 alunos cada, em comparação a uma média de 886,5 alunos para as outras 1.959 instituições presentes em 2005. Percebe-se, portanto uma grande fragmentação em que apenas pequena parcela das instituições, em torno de 9,5%, apresenta aproximadamente 57,9% de todos os alunos matriculados em 2005, enquanto que os restantes 90,5% das instituições de ensino superior detêm um total de 42,1% dos alunos. O gráfico a seguir demonstra o número de instituições de ensino por tamanho em número de alunos e sua participação, bem como o número de alunos total por tamanho da instituição de ensino e sua participação no total do número de alunos:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



Fonte: INEP e IBGE

Além disso, a Hoper Educacional estima que, em 2004, as 50 maiores instituições privadas de ensino do Brasil, representando menos de 3% do total de todas as instituições de ensino superior, apresentavam um total de aproximadamente 28% do total do número de alunos matriculados no ensino superior. Além disso, a quantidade de alunos detida por estas, de 1,18 milhões de alunos é praticamente a mesma de todas as 224 instituições de ensino públicas do país. Tais dados revelam a forte fragmentação do setor de ensino superior, na qual, em 2.004, segundo dados da Hoper Educacional e INEP, as 50 maiores instituições de ensino superior, ou 2,5% do total do número de instituições de ensino superior, apresentavam uma média de 23.543 alunos e 28,3% do total de alunos matriculados em 2004, e as restantes 1.963 instituições de ensino superior, ou 97,5% do total das instituições de ensino superior, apresentavam uma média de 1.521 alunos e 71,7% do total do número de alunos matriculados no ensino superior. Esta elevada fragmentação representa forte potencial de consolidação futuro do setor, o qual deve ser liderado pelas instituições que apresentam maior porte, recursos financeiros e capacidade instalada atualmente.

As alternativas educacionais também se ampliam para o ensino à distância. Segundo dados do INEP, no ano 2000 havia apenas 10 cursos de educação à distância para um total de 1.682 matrículas. Em 2005, a oferta de cursos foi ampliada para 189 cursos, com um total de 114.642 alunos, representando um crescimento anual composto de 80,0% para a oferta de cursos e de 132,7% no número de matrículas efetuadas. Trata-se de um setor com forte potencial de crescimento dada a ampliação da internet pelo território brasileiro, a qual atingia em torno de 32,1 milhões de usuários em 2006, segundo dados do IBGE, sendo que 66,9% dos usuários a utilizavam com fins educacionais e de aprendizado, representando enorme potencial de utilização da internet como meio de ensino, principalmente à distância. É uma categoria de ensino que deve crescer devido à falta de tempo e das dificuldades impostas pela locomoção dos alunos às instituições de ensino, bem como pela possibilidade de acesso em qualquer lugar do mundo, efetuando a troca de experiência com as mais variadas instituições de ensino e especialistas pelo mundo. A tabela a seguir demonstra o número de cursos e de matrículas no ensino à distância:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	CAGR
Cursos	10	16	46	52	107	189	80.0%
Matrículas	1,682	5,359	40,714	49,911	59,611	114,642	132.7%

Fonte: INEP

O papel regulatório também é muito importante no ensino. Em especial estão àqueles voltados para o fornecimento de financiamento para o estudo, a exemplo do PROUNI e do Financiamento Estudantil (“FIES”). O primeiro concede benefícios às instituições privadas de ensino superior, concedendo isenção de tributos por um período de 10 anos renováveis, compreendendo o IRPJ, CSLL sobre o lucro líquido, COFINS e PIS/PASEP sobre os lucros provenientes de cursos de graduação e de graduação tecnológica. Para tanto, as instituições de ensino devem conceder 1 bolsa de estudo para cada 10,7 alunos ingressantes, no caso das instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes. O objetivo principal deste programa é o de conceder bolsas integrais e parciais de 50% a estudantes a fim de ampliar o acesso ao ensino. A isenção de tributos permitida pelo programa permitiu a elevação dos investimentos, especialmente por instituições privadas, já que esta permite a manutenção de custos mais reduzidos e preços competitivos a fim de enfrentar a concorrência bem como elevar a oferta de curso para indivíduos de renda baixa e média baixa. Já o FIES fornece o parcelamento de até 50% das mensalidades para os alunos.

ASPECTOS REGULATÓRIOS DO SETOR

A Constituição Federal prevê que a educação é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. Conseqüentemente, o governo brasileiro deve garantir, no mínimo, a todos os seus cidadãos, acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. O artigo 209 da Constituição Federal permite investimento privado em educação, desde que as instituições prestadoras de serviços de educação cumpram as normas e regulamentos aplicáveis, sejam autorizadas a operar pelas autoridades governamentais competentes e tenham a qualidade de seus cursos avaliada e comprovada por essas autoridades.

O sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os governos federal, estaduais e municipais. De acordo com a LDB, compete ao Governo Federal, principalmente: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições públicas federais de educação; (iii) exercer, em matéria educacional, função normativa, re-distributiva e supletiva; e (iv) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete, entre outras atribuições, organizar os seus respectivos sistemas de ensino, que incluem as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada. Por sua vez, aos Municípios cabe prioritariamente oferecer a educação básica. A regulamentação do ensino superior é competência conjunta dos Governos Federal e Estadual (instituições públicas estaduais e municipais).

Adicionalmente, a Lei das Diretrizes e Bases prevê as diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e estabelece o dever do Governo Federal de:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- coordenar a política de educação nacional;
- definir o Plano Nacional de Educação (conforme descrito abaixo), em coordenação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e médio que nortearão os currículos e seus conteúdos programáticos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum;
- assegurar processo nacional de avaliação de instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas de avaliação que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- instituir um processo de avaliação referente ao desempenho acadêmico do ensino fundamental, médio e superior em colaboração com as instituições de ensino, visando a melhorar a qualidade da educação; e
- expedir normas e regulamentos relativos a cursos de graduação e pós-graduação.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, o Governo Federal implementou o atual Plano Nacional de Educação por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com prazo de duração de dez anos a contar da data de sua publicação. O Plano Nacional de Educação estabelece os seguintes objetivos, dentre outros:

- oferecer ensino superior até 2010 a, no mínimo, 30% da população com idade entre 18 e 24 anos;
- implementar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa de instituições de ensino públicas e privadas, procurando melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa e da gestão acadêmica;
- estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não universitárias públicas e privadas. Para maiores informações vide “*Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior*”, na página 173 deste Prospecto;
- estabelecer um sistema de re-credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódico dos cursos superiores apoiados no sistema nacional de avaliação;
- diversificar os serviços de ensino disponíveis promovendo a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, cursos de graduação tecnológica (cursos de ensino superior alternativos baseados em uma combinação de disciplinas, estágio e treinamento prático, conforme previsto na Resolução nº 01/99, da CES) e cursos modulares com certificação, permitindo, dessa forma, ofertas de ensino mais flexíveis e abrangentes;
- exigir aperfeiçoamento progressivo de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, acima dos padrões mínimos estabelecidos pelas autoridades, como condição para o re-credenciamento de instituições de ensino superior e a renovação do reconhecimento do curso; e
- estabelecer um amplo sistema interativo de ensino à distância e expandir as possibilidades de cursos presenciais e de educação continuada.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Além disso, Governos Federal, estadual e municipal deverão elaborar seus respectivos planos de ensino para dez anos, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos aplicáveis à parcela do sistema de ensino brasileiro sob sua responsabilidade.

REGULADORES

A responsabilidade do Governo Federal de regulamentar, monitorar e avaliar instituições de ensino superior e cursos de graduação é exercida pelo MEC, pelo CNE, pelo INEP e pela CONAES.

MEC – Ministério da Educação

O MEC é a autoridade máxima do ensino superior no sistema de educação brasileiro e tem poderes, entre outros, para:

- confirmar as decisões do CNE a respeito do credenciamento e re-credenciamento de instituições de ensino superior;
- confirmar os sistemas e critérios de avaliação adotados pelo INEP;
- confirmar pareceres e propostas de regulamentação do CNE;
- expedir normas e instruções para o cumprimento de leis, decretos e regulamentos que prevêem questões educacionais; e
- regulamentar e monitorar o sistema de ensino superior por meio de suas secretarias.

CNE – Conselho Nacional de Educação

O CNE é um órgão assessor consultivo e deliberativo do MEC e compõe-se da CEB e da CES, cada qual composta de doze membros nomeados pelo Presidente da República. O CNE é obrigado, entre outras responsabilidades, a:

- expedir regulamentos para implementar as diretrizes do MEC, bem como oferecer aconselhamento e prestar suporte ao MEC em suas atividades e decisões;
- decidir a respeito dos pedidos de credenciamento e re-credenciamento de instituições de ensino superior e aquelas que oferecem ensino à distância, com base no parecer da Secretaria competente;
- recomendar medidas à SESU, à SETEC e à SEED, inclusive a assinatura de termos de compromisso por universidades, centros universitários e faculdades que não cumprirem os padrões de qualidade para credenciamento e re-credenciamento;
- aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições elaborados pelo INEP; e impor penalidades, tais como suspensão temporária de abertura de novos processos seletivos de cursos de graduação, suspensão temporária de credenciamento de instituições de ensino superior, cassação da autorização de funcionamento de instituições de ensino superior e/ou do reconhecimento do curso por elas oferecido.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O INEP é um órgão federal ligado ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da Educação e nomeado pelo Presidente da República. O INEP tem como responsabilidades, entre outras:

- realizar visitas a instituições de ensino superior para avaliações *in loco* no processo de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- realizar as diligências necessárias à verificação das condições de ensino de instituições e cursos, como subsídio para elaboração de parecer das secretarias competentes;
- conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil; e
- implementar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, ou SINAES.

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

A CONAES é uma comissão sob supervisão do MEC composta de 13 membros, sendo um representante do INEP, um representante da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou CAPES, três representantes do MEC, um representante do corpo discente das instituições de ensino superior e um representante do corpo docente de instituições de ensino superior, um representante do corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior, e cinco membros indicados pelo Ministro da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão de educação superior. Entre outras atividades, a CONAES tem como atribuições principais:

- coordenar e monitorar o SINAES;
- estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo INEP na elaboração de instrumentos de avaliação de cursos de graduação e instituições de ensino;
- aprovar os instrumentos de avaliação e submetê-los à homologação pelo Ministro da Educação; e
- submeter a lista dos cursos a serem avaliados pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, ou exame ENADE, à aprovação do Ministro da Educação.

ORGANIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com a LDB, a educação superior pode ser oferecida por instituições de ensino superior públicas ou privadas. Uma instituição de ensino superior privada deve ser controlada, administrada e mantida por uma pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, responsável pela obtenção de recursos para atender às necessidades de suas entidades mantidas. A entidade mantenedora, como pessoa jurídica, é legalmente responsável por todas as entidades que mantém.

As instituições de ensino superior privadas podem ser:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

●instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;

●comunitárias, constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

●confessionais, constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideológica específica, e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; e

●instituições privadas sem fins lucrativos, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Historicamente, instituições privadas sem fins lucrativos desfrutam de benefícios fiscais. A instituição do PROUNI, em 2004, nivelou o tratamento fiscal entre instituições de ensino com e sem fins lucrativos.

De acordo com suas prerrogativas organizacionais e acadêmicas, as instituições de ensino superior podem ser:

●*Faculdades*: As faculdades são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem cursos superiores em mais de uma área de conhecimento; são mantidas por uma única entidade mantenedora e têm administração e direção específicas. As faculdades podem oferecer cursos em diversos níveis, a saber: cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu* (mestrado e doutorado). As faculdades não têm exigências mínimas relativas à qualificação do corpo docente e seu regime de trabalho, e não podem estabelecer novas unidades ou criar cursos e novas vagas sem autorização prévia do MEC;

●*Centros Universitários*: Os centros universitários são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem vários cursos de ensino superior, programas de extensão universitária e pós graduação *lato sensu* e devem oferecer oportunidades de ensino e qualificação para seus professores e condições de trabalho para a comunidade acadêmica. Pelo menos 1/3 do corpo docente de um centro universitário deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, pelo menos 1/5 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em período integral. Os centros universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Os centros universitários não podem criar unidades fora do município onde se localiza sua sede; e

●*Universidades*: As universidades são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação dos quadros profissionais de nível superior, que oferecem vários cursos regulares de ensino superior, atividades de extensão universitária e de desenvolvimento de pesquisa institucional. Da mesma forma que os centros universitários, pelo menos 1/3 do corpo docente de uma universidade deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, como requisito adicional àqueles exigidos dos centros universitários, pelo menos 1/3 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em regime de tempo integral. Assim como os centros universitários, as universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Contudo, somente as universidades possuem a prerrogativa de, mediante autorização prévia do MEC, solicitar o credenciamento de novas unidades e cursos fora do município onde se localiza sua sede, desde que dentro do mesmo estado. A legislação prevê autonomia didática, científica e administrativa a universidades, centros universitários e faculdades em diferentes graus, de forma que outras pessoas e instituições não interfiram em sua administração ou em suas

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

atividades científicas, culturais, didáticas e curriculares, desde que sejam seguidas as diretrizes curriculares educacionais brasileiras.

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às universidades e centros universitários no exercício de sua autonomia:

- criar, organizar e extinguir cursos de ensino superior em suas dependências, sujeito à regulamentação aplicável;
- estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção artística e atividades extracurriculares;
- estabelecer o número de vagas disponíveis de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- conceder graus, diplomas e outros títulos.

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às faculdades no exercício de sua autonomia:

- estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção artística e atividades extracurriculares;
- elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- Conceder graus, diplomas e outros títulos.

Embora as faculdades tenham autonomia administrativa, não gozam de autonomia acadêmica e, portanto, dependem de autorização do MEC para criar novos programas e cursos superiores de graduação.

CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS

O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo MEC para o qual a instituição interessada deve apresentar documentação relativa à mantenedora e à própria instituição de ensino superior. O primeiro credenciamento de uma instituição de ensino superior é necessariamente como uma faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário somente é concedido após a instituição ter operado como faculdade e ter atendido a padrões de qualidade satisfatórios, dentre eles avaliação positiva pelo SINAES, bem como atender às exigências legais aplicáveis a cada tipo de instituição de ensino superior, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A LDB estabelece que o ensino superior deve englobar os seguintes cursos:

- cursos de graduação tecnológica que oferecem treinamento específico e concessão de diplomas aos alunos, abertos aos candidatos que atendam às exigências estabelecidas pelas instituições de ensino superior;
- cursos de graduação, incluindo graduação tradicional e tecnológica, abertos aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados no processo seletivo ou vestibular;
- cursos de pós-graduação, incluindo pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), pós-graduação *lato sensu*, cursos de aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que possuam diploma de um curso de graduação e que atendam às exigências previstas pelas instituições de ensino; e
- cursos de extensão com caráter social que concedem certificado aos alunos, abertos a candidatos que atendam às exigências estabelecidas, em cada caso, pelas instituições de ensino.

Mesmo depois do credenciamento, por serem instituições de ensino superior, as faculdades dependem da autorização do MEC para oferecer cursos superiores de graduação. O pedido de autorização enviado pelas faculdades deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, informar número de vagas, lista de professores, períodos, cursos e outros detalhes acadêmicos apropriados.

Dentro de sua autonomia, as universidades e os centros universitários não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade em que se localiza sua sede. Eles somente devem informar o MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, está sujeita à opinião das corporações de classe das profissões referidas, tais como o Conselho Nacional de Saúde e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Adicionalmente, e dentro de sua autonomia, as universidades também podem requerer o credenciamento de unidades e a autorização e reconhecimento de cursos fora do município onde se localiza sua sede. As unidades e os cursos não localizados na cidade da sede da universidade não desfrutam de prerrogativas de autonomia e devem ser controlados e supervisionados pela universidade.

Uma vez obtida a autorização para um determinado curso, se necessário, as instituições de ensino superior, inclusive os centros universitários e universidades, também devem requerer seu reconhecimento como condição para validação nacional do diploma. O pedido de reconhecimento deve ser feito no mínimo um ano depois do início do curso e no máximo até metade do tempo exigido para sua conclusão, e deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico, número de alunos, lista de professores, períodos e outros detalhes acadêmicos aplicáveis.

A autorização e o reconhecimento dos cursos e o credenciamento das instituições de ensino superior permanecem válidos por tempo indeterminado, mas devem ser renovados periodicamente de acordo com as determinações do MEC após processo de avaliação regular.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. Os

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

resultados da avaliação de instituições de ensino superior e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 níveis e serão considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e re-credenciamento de instituições:

- os níveis 4 e 5 expressam condições acima das satisfatórias;
- o nível 3 expressa condições satisfatórias; e
- os níveis 1 e 2 expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: (i) suspensão temporária da abertura de processos seletivo de cursos de graduação; (ii) cassação do credenciamento ou re-credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos; e (iii) advertência, suspensão ou cassação do mandato dos coordenadores acadêmicos, no caso de instituições de ensino superior públicas.

AValiação DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP em duas situações: (i) quando uma instituição solicita seu primeiro credenciamento e (ii) ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES, que tem por objetivo identificar o perfil das instituições de ensino superior e o significado de sua atuação, por meio das atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. De acordo com a Portaria nº 300 do MEC, de 30 de janeiro de 2006, as instituições de ensino superior são avaliadas com base nos seguintes critérios, entre outros: (i) plano de desenvolvimento institucional; (ii) responsabilidade sócio-institucional; (iii) infra-estrutura; (iv) acompanhamento pedagógico do aluno e (v) sua situação financeira.

Avaliação de Cursos de Graduação Tradicional e Graduação Tecnológica

A avaliação de cursos de graduação é feita no momento do primeiro credenciamento pelo MEC e deve ser atualizada periodicamente, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

De acordo com a Portaria nº 563 do MEC, de 21 de fevereiro de 2006, essa avaliação consiste na análise da metodologia acadêmica, do corpo docente, dos corpos discente e técnico-administrativo e da infra-estrutura da instituição.

Avaliação de Cursos de Pós-Graduação

A avaliação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) é feita pela CAPES desde 1976 e aprovada pelo CNE. Os cursos são avaliados de acordo com os

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

padrões exigidos estabelecidos para cada curso específico. A CAPES atualiza sua avaliação dos cursos de pós-graduação a cada três anos, que é o período de validade de uma autorização.

Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo INEP, que exige que o aluno se submeta ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), com os objetivos não apenas de aferir as habilidades acadêmicas e as competências profissionais desenvolvidas pelos discentes, através da avaliação da formação geral do aluno e de seus conhecimentos específicos, mas também de colher informações relativas às características socioeconômicas desses estudantes. Um dos exames do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), o ENADE foi criado para, a partir de 2004, substituir o Provão (que era aplicado a alunos matriculados apenas na última série de cada curso superior e foi realizado no período de 1996 a 2003).

Devem se inscrever para o ENADE todos os estudantes do primeiro e do último ano de cada curso. Ao contrário do exame anterior, que era aplicado a todos os estudantes apenas no último ano da graduação. No entanto, o ENADE prevê uma avaliação por amostragem através de sorteio dos inscritos. Neste caso, apenas os alunos que forem sorteados terão a obrigatoriedade de comparecer ao exame sob pena de não receber o diploma. Com este novo sistema, os cursos passam a ser avaliados a cada três anos.

O atual ciclo de avaliações postula a subdivisão dos cursos em três grandes áreas da seguinte maneira: (i) Saúde – 2004 – 2007; (ii) Exatas, Tecnológicas e Licenciaturas – 2005 – 2008; e (iii) Humanas e Sociais – 2006 – 2009.

Cada prova do ENADE é desenvolvida de acordo com o teor e o currículo específicos de cada programa educacional. Os alunos matriculados em cursos superiores de graduação fazem o ENADE a cada três anos.

A nota geral de cada turma de alunos é calculada com base na média aritmética ponderada de todos os alunos de um determinado curso sorteados para o exame. O INEP avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais. Ao final do processo, o INEP disponibiliza os resultados por “ingressante” e por “concluinte”, consolida estes resultados em um CONCEITO ENADE com variação de 1 a 5 e estabelece o CONCEITO IDD, com variação também de 1 a 5 e é calculado pela média ponderada da nota padronizada dos concluintes no componente específico, da nota padronizada dos ingressantes no componente específico e da nota padronizada em formação geral (concluintes e ingressantes), possuindo cada uma das parcelas do IDD 60%, 15% e 25%, respectivamente. Dessa forma, a parte referente ao conhecimento específico representa 78% do IDD. O IDD é o Indicador de Diferença de Desempenho entre o desempenho médio do concluinte do curso e o desempenho médio esperado para concluintes deste mesmo curso em outra instituição de ensino.

No ENADE 2006 participaram 1.600 IES e um total de 5.701 cursos envolvendo 386.524 estudantes, dos quais 211.837 ingressantes e 174.687 concluintes. A Universidade Estácio de Sá participou com 24.684 estudantes (6,39%), sendo 12.519 ingressantes e 12.165 concluintes. Os cursos avaliados foram: Administração, Ciências Contábeis, Desenho Industrial, Direito, Economia, Comunicação, Psicologia, Secretariado Executivo e Turismo. O desempenho por curso pode ser aferido na tabela abaixo:

Data-Base - 31/03/2007

Reapresentação Espontânea

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Curso / ENADE 2006	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Média Estácio	Média Brasil
Administração	3	5	2	0	2,9	3,1
Ciências Contábeis	0	1	0	0	3,0	3,2
Desenho Industrial	0	1	1	0	3,5	3,3
Direito	0	6	2	0	3,2	2,8
Economia	0	1	0	0	3,0	3,3
Jornalismo	1	1	2	0	3,2	2,9
Comunicação -PP	1	1	2	0	3,2	3,0
Psicologia	0	4	1	0	3,2	3,1
Secretariado	0	0	1	0	4,0	4,0
Turismo	0	1	0	0	3,0	3,6
Total geral	5	21	11	0	3,16	3,12

Assim, por exemplo, dos nossos oito *campi* onde os cursos de Direito foram avaliados, seis ficaram com a nota 3,0 e dois com a nota 4,0. A nossa média foi de 3,2 contra a média nacional de 2,8.

Já o IDD para o mesmo exame apontou para o resultado abaixo:

Curso/ IDD 2006	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Administração	1	5	2	0
Ciências Contábeis	0	1	0	0
Desenho Industrial	0	1	1	0
Direito	0	3	3	0
Economia	0	0	0	1
Jornalismo	1	1	2	0
Comunicação - PP	1	1	2	0
Psicologia	1	3	1	0
Secretariado	0	1	0	0
Turismo	0	1	0	0
Total geral	4	17	11	1

ENADE	FILIAIS - SESES							Média SESES	Média Brasil
	FAESO	FESBH	FESCG	FESSC	FESV	FESVV	FESJF		
Administração	3	3	3	3	3	3	3	3	3,1
Direito	2	SC	3	SC	-	SC	SC	2,5	2,8
Secretariado	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Turismo	3	3	3	4	2	3	3	3	3,6
Ciências Contábeis	-	-	2	-	-	-	-	2	3,2
Jornalismo	-	3	3	3	SC	-	SC	3	2,9
Comunicação - PP	-	4	3	4	SC	-	SC	3,7	3
Psicologia	-	-	-	-	-	-	-	-	3,1
MEDIA	2,7	3,3	2,8	3,5	2,5	3,0	3,0	3,38	3,12

ENADE	STB	SESCE		SESPE		SESPA	Média SESES	Média Brasil
		FIC	FMJ	FIC	FMJ			
Administração	2	3	-	4	-	2	2,5	
Direito	3	3	-	2	-	SC	2,5	
Secretariado	3	-	-	-	-	-	3,5	
Turismo	3	3	-	3	-	-	2,8	
Ciências Contábeis	3	3	-	-	-	-	3	
Jornalismo	4	3	-	-	-	SC	3,5	
Comunicação - PP	3	3	-	-	-	SC	3	
Psicologia	-	-	-	3	-	-	3	
Média	3	3	-	3	-	2	2,56	

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE ENTIDADES MANTENEDORAS

Segundo o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a alteração de controle de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior somente deve ser comunicada ao MEC, não precisando de aprovação prévia. No entanto, a transferência de uma instituição de ensino superior para uma nova entidade mantenedora deve ser previamente aprovada pelo MEC. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma instituição de ensino superior e oferecer toda a documentação apropriada, comprovar sua capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal. A mudança de entidade mantenedora não será permitida se a nova entidade mantenedora tiver recebido penalidades de qualquer autoridade do sistema de educação federal nos últimos cinco anos, seja diretamente ou por meio de qualquer das entidades que mantém. Segundo o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, está proibida a transferência apenas de cursos ou programas de uma instituição de ensino superior para outra que seja mantida por uma entidade mantenedora diferente.

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos – PROUNI

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

As instituições de ensino superior privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por dez anos e renovável pelo mesmo período. Esse termo de adesão deve prever a proporção de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turno, de acordo com parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.096/2005, bem como um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

Para aderir ao PROUNI, a instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativos não beneficente, deve:

- estar em dia com suas obrigações fiscais; e
- (i) oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 10,7 alunos regularmente pagantes devidamente matriculados no final do ano letivo anterior, excluindo bolsas de estudo integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, nos cursos nela efetivamente instalados; ou, alternativamente, (ii) oferecer uma bolsa de estudo integral para cada 22 alunos regularmente pagantes em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica efetivamente nela instalados, desde que ela ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% ou 25% na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos atinja o valor total equivalente a 8,5% da receita anual de alunos pagantes regulares matriculados em um determinado ano letivo em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao PROUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- IRPJ e CSLL, com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica;
- COFINS e PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica;

Se uma instituição de ensino superior solicitar sua exclusão do PROUNI, as isenções fiscais serão suspensas a partir da data da solicitação e deixarão de ser aplicáveis por todo o período da base de cálculo.

Programa de Financiamento Estudantil – FIES

O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC. Segundo o FIES, a Caixa Econômica Federal, ou CEF, gerencia o financiamento de até 70% das mensalidades dos cursos oferecidos pela instituição de ensino superior. As instituições de ensino superior privadas não gozam de benefícios fiscais relativos ao FIES.

Durante o curso de graduação, o aluno deve pagar à instituição de ensino a parcela da mensalidade não coberta pelo FIES, devendo também pagar, trimestralmente, juros de 9% ao ano, incidente sobre o financiamento, que não poderá exceder o montante de R\$50 a cada três meses. O pagamento do principal deverá ser feito após um ano da conclusão do curso.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

O Congresso Nacional está debatendo atualmente o Projeto de Lei nº 7.200/2006, também conhecido como Reforma Universitária, que poderá introduzir mudanças no atual regime regulatório, dentre as quais se pode destacar, no que se refere às instituições privadas:

- exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto das sociedades com fins lucrativos que mantêm as instituições de ensino sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros natos ou naturalizados;
- proibição de franquia no setor de ensino superior;
- entidades mantenedoras de instituições de ensino superior não poderão mais fazer doações a partidos políticos e candidatos;
- somente as instituições de ensino superior credenciadas há no mínimo cinco anos e com desempenho satisfatório na avaliação e supervisão do MEC poderão se tornar universidades e centros universitários;
- universidades e centros universitários serão obrigados a ter um comitê interno para fins acadêmicos e comunitários composto por representantes da comunidade, da comunidade acadêmica e por representantes da mantenedora limitado a 20% do colegiado; e

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

●os cursos de graduação com avaliações positivas do MEC poderão aumentar suas vagas em até 50% sem necessidade de aprovação prévia do MEC.

Se essa reforma for aprovada, as instituições de ensino superior terão dois anos para se adaptar às novas regras a contar do ano seguinte à publicação da legislação relevante. A reforma ainda está em estágio inicial de debate no Congresso Nacional e não é possível prever se será alterada ou aprovada, nem quais efeitos terá sobre as instituições de ensino superior privadas e suas entidades mantenedoras.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO MARKETING

Nossas atividades de marketing têm como objetivo atrair alunos em potencial, aumentar a permanência dos atuais alunos e consolidar a percepção do valor das nossas marcas “Universidade Estácio de Sá” e “Estácio” bastante difundida no Estado do Rio de Janeiro, bem como das demais marcas utilizadas e desenvolvidas para as faculdades dos demais Estados onde estão instaladas nossas unidades. Estruturamos e direcionamos as campanhas de marketing de acordo com o público-alvo em questão, que inclui (i) público externo: empresas locais e seus funcionários, escolas de ensino médio, comunidades locais e agências governamentais, e (ii) público interno: ex-alunos e corpos discente e docente e funcionários. Acreditamos que uma de nossas principais ferramentas de marketing para atrair novos alunos é a recomendação de alunos formados.

Entendemos que as atividades de marketing são tão importantes que possuímos uma diretoria de mercado focada no aperfeiçoamento e inovação dos processos de captação, admissão e manutenção de alunos. Acreditamos que os esforços de nossa diretoria de mercado aliada a um mix diferenciado na oferta de cursos de graduação tradicional e de graduação tecnológica permite que captemos em média 65 mil novos alunos por ano. Em termos concretos, esta Diretoria trabalha com os seguintes fundamentos:

Captação – A captação de novos alunos decorre de programas estratégicos e sistemáticos de sensibilização de estudantes e professores do ensino médio, tais como feiras de profissões, encontros de alunos, etc. Direcionamos e segmentamos nossos esforços de marketing em cada localidade de acordo com os resultados de pesquisas de demanda local, buscando identificar as aspirações dos alunos em potencial. Nossos anúncios são vinculados em vários veículos de comunicação. Também implementamos campanhas de marketing relacionadas aos nossos processos de seleção/ingresso e nos esforçamos para construir um relacionamento com escolas de ensino médio e empresas nos locais em que operamos e de potencial crescimento.

Admissão – Dispomos de diversos processos seletivos que permitem a entrada quase contínua de alunos ao longo do ano. O ingresso desses alunos é facilitado por uma ampla oferta de convênios com empresas (bolsas corporativas, preços especiais, etc).

Manutenção – Para manter os alunos, contamos com diversas iniciativas. Dentre elas, merecem destaque:

- Programa de Treinamento Profissional – atividades extra-classe voltadas para o exercício da profissão; e
- Setor de Relações Empresariais – estágios e empregos para alunos, por meio de convênios com empresas públicas e privadas. Em 2006, 24.736 dos nossos alunos participaram de programas de estágio.

Ademais, divulgamos os índices de satisfação auferidos por meio de nossa pesquisa de avaliação de qualidade a todos os nossos alunos, bem como as melhorias implementadas como resultado dessa pesquisa. Publicamos os resultados dos trabalhos acadêmicos de nossos alunos dentro e fora de nossas unidades.

Além disso, visando à melhora da percepção do valor de nossa marca, tanto em nível regional (RJ), quanto nacional, mantemos um departamento de relações públicas ativo e implementamos campanhas para divulgar nossa marca, suas vantagens competitivas e nossos objetivos educacionais, destacando a preocupação com a empregabilidade de nossos alunos. Procuramos melhorar a percepção do valor de nossa marca em todas as regiões que atuamos por meio dos agentes que influenciam o processo de escolha dos alunos em potencial e através de nossos clientes internos e externos.

Pretendemos aumentar nossos investimentos em publicidade e marketing a fim de atingirmos os nossos objetivos estratégicos de crescimento.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

CONCORRÊNCIA

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

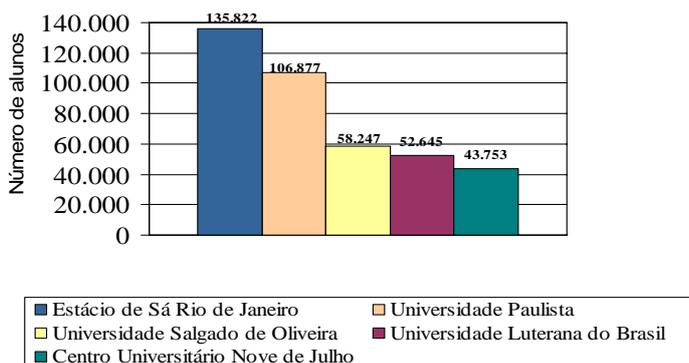
De acordo com o MEC, em 2006 havia 2.141 instituições particulares de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior.

As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades. Entretanto, de acordo com os dados do INEP, éramos em 2005 a maior rede universitária privada do Brasil em termos de alunos matriculados, seguidos pela Universidade Paulista, pela Universidade Salgado de Oliveira, pela Universidade Luterana do Brasil, e pelo Centro Universitário 9 de Julho.

Apresentamos abaixo gráfico com o número total de estudantes nas maiores universidades do Brasil em 2005 (último dado disponível).

Número Total de Estudantes nas Maiores Universidades do Brasil - 2005



Fonte: MEC/INEP/DAES

Na Bahia, representávamos 6,77% do número total de matrículas em Salvador em 2005, de acordo com o INEP. Nosso maior concorrente nesse Estado, nesse período, era a UCSAL – Universidade Católica do Salvador, que representava 13,2% do número total de matrículas, estando o restante do mercado bastante pulverizado.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

No Ceará, em 2005, detínhamos, de acordo com o INEP, 11,94% do número total de matrículas no ensino superior em Fortaleza e éramos a única faculdade privada de medicina localizada em Juazeiro do Norte. Nosso maior concorrente era a Universidade de Fortaleza – UNIFOR que detinha 23,95% das matrículas.

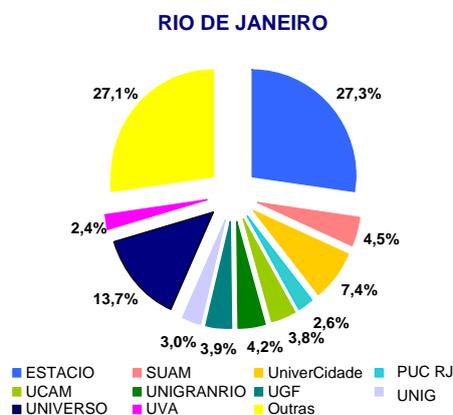
Em Pernambuco, em 2005, detínhamos, de acordo com o INEP, 3,36% do número total de matrículas no ensino superior em Recife. Nosso maior concorrente era a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco que detinha 9,82% das matrículas.

No Pará, em 2005, detínhamos, de acordo com o INEP, 2,69% do número total de matrículas no ensino superior em Belém. Nosso maior concorrente neste Estado era a UNAMA – Universidade da Amazônia que detinha 18,18% das matrículas.

A SESES, reúne instituições de ensino superior em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), com destaque no Rio de Janeiro (27,3% do número total de matrículas em 2005, segundo o INEP), possuindo nos demais estados ainda uma parcela pequena do mercado.

No Estado do Rio de Janeiro, como se pode verificar pelo gráfico abaixo, em 2005 éramos líderes do mercado de educação superior.

Fonte: MEC/INEP/DAES



No Estado do Rio de Janeiro, nossa maior concorrente regional é a Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, embora sua atuação se concentre fora do município do Rio de Janeiro. Também apresentam-se como nossos grandes concorrentes regionais a UniverCidade e a Universidade Gama Filho. Outras instituições de ensino superior também concorrem conosco em segmentos específicos, como por exemplo, a Universidade Cândido Mendes - UCAM no curso de Direito.

Oferecemos cursos com mensalidades mais baratas do que a maioria dos nossos concorrentes nos Estados em que atuamos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**08.807.432/0001-10**

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares de várias marcas registradas e pedidos de registro de marcas depositados no INPI. Nossas principais marcas são: Universidade Estácio de Sá; Faculdade Estácio de Sá Belo Horizonte – FESBH; Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora – FESJF; Faculdade Estácio de Sá Campo Grande – FESCG; Faculdade Estácio de Sá Santa Catarina – FESSC; Faculdade Estácio de Sá Ourinhos – FESO; Faculdade Estácio de Sá Vitória – FESV; Faculdade Estácio de Sá Vila Velha – FESVV; Centro Universitário da Bahia – FIB; Faculdades Integradas do Recife – FIR; SESPA – Sociedade de Ensino Superior do Pará; FAGO – Faculdade de Goiás; FIC – Faculdade Integrada do Ceará; e FMJ – Faculdade de Medicina de Juazeiro. A primeira e as duas últimas encontram-se devidamente registradas junto ao INPI, e o registro das marcas SESPA – Sociedade de Ensino Superior do Pará e FAGO – Faculdade de Goiás foi requerido. As demais marcas acima mencionadas são utilizadas sem proteção de registro como marcas, o que significa uma maior suscetibilidade da Companhia a questionamentos de terceiros com relação a tal uso e a eventuais indenizações por uso indevido de marca.

Em 02 de abril de 2004, firmamos com a Estácio de Sá Futebol Clube Ltda. um Termo de Cessão de Uso de Marca, através do qual licenciamos a esta última, a título gratuito, o uso das nossas marcas “Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - SESES” e “Universidade Estácio de Sá”, registradas perante o INPI sob os nos 817.546.502 e 817.546.510, respectivamente, na classe 41, tendo em vista um acordo de cooperação para a disponibilização de profissionais dos nossos cursos de graduação em Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Psicologia para a orientação de estagiários nas respectivas áreas para realizarem atividades práticas junto à Estácio de Sá Futebol Clube Ltda.

Domínios na Internet

Somos titulares ou usamos os seguintes nomes de domínio na Internet: www.estacioparticipacoes.com; www.estacio.br; www.fago.edu.br; www.fib.br; www.fic.br; www.fir.br; www.fmj-ce.edu.br.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Somos parte em diversas ações judiciais, nas esferas cível, tributária e trabalhista, bem como em determinados processos administrativos. Em 31 de março de 2007, o valor total estimado de nossas contingências judiciais e administrativas somava R\$25,3 milhões e nossas provisões para processos judiciais e administrativos eram de aproximadamente R\$14,1 milhões, das quais R\$7,5 milhões relacionavam-se a ações cíveis, R\$536 mil relacionavam-se a ações tributárias e R\$6,9 milhões relacionavam-se a ações trabalhistas. Acreditamos que nossas provisões para processos judiciais e administrativos são suficientes para fazer face às contingências de perdas prováveis.

Cível

Em 31 de março de 2007, éramos parte em 1.155 ações de natureza cível, referentes a todas as unidades, cuja contingência tem valor aproximado de R\$15,2 milhões, sendo que foi constituída provisão no valor total de R\$7,5 milhões. Dessas ações, 576 tramitam perante os juizados especiais cíveis e 579 perante a justiça comum. A maior parte das ações envolve cobranças indevidas feitas pela Companhia, pedidos de indenização por danos materiais e morais, obrigações de fazer e de não fazer, decorrentes do (i) trancamento de matrículas, (ii) redução de descontos, (iii) seguro educacional, (iv) devolução de matrícula pela não formação de turmas, (v) não reconhecimento de convênios, (vi) não reconhecimento de cursos pelo MEC, (vii) não atendimento de alunos aos pré-requisitos por nós estabelecidos para ingresso e aprovação, (viii) devolução de taxa de curso de férias e (iv) mudança ou fechamento de campus.

Somos réus de uma ação indenizatória com pedido de obrigação de fazer promovida por uma de nossas alunas (e sua família) do curso de enfermagem no Campus Rebouças quando foi atingida por uma “bala perdida” vinda de fora da Universidade Estácio de Sá na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Fomos condenados em primeira instância. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve em parte a sentença, determinando: (i) o pagamento de indenização pelos danos morais sofridos aos autores, no valor aproximado de R\$1,8 milhão; (ii) tratamento médico constante; (iii) pensão mensal vitalícia no valor de um salário mínimo acrescido das verbas trabalhistas, a saber: 13º salário, férias e FGTS; e (iv) continuidade do aluguel de um imóvel adaptado para a moradia da autora (home care). O valor médio despendido mensalmente por nós para o tratamento médico da Autora é de R\$35 mil. Sem prejuízo dos julgamentos dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que ainda está pendente, os autores ingressaram com a execução provisória da sentença, tendo sido depositado judicialmente por nós o montante de R\$1,8 milhão. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é provável, sendo o valor envolvido estimado em R\$5,3 milhões. Sendo assim o valor da condenação está integralmente depositado e também provisionado nas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma*.

Somos réus, juntamente com AE Schimidt Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“AE”) e Sociedade de Ensino Superior Rio Grande do Sul (“SESRS”), em ação promovida por Wilson Park Hotel (“WPH”) e outros, com pedido de tutela antecipada, na qual se objetiva (i) a desconstituição de contrato de locação, cessão de locação e de sublocação do imóvel situado na Rua Caçador, n.º 185 (atual 211), na cidade de Nova Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul; (ii) a desconstituição do Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógica (“Convênio”) celebrado entre nós e Wilson Park Hotel; e (iii) condenação solidária das rés ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Em 9 de julho de 2001, celebramos contrato de locação do mencionado imóvel na cidade de Nova Hamburgo, com AE. Posteriormente, em 29 de novembro de 2001, cedemos nossa posição contratual à WPH, a qual passou a ser locatária do imóvel e, simultaneamente, foi celebrado contrato de sublocação entre WPH e SESRS que se tornou a sublocatária do imóvel. Na mesma data, WPH celebrou Convênio com a SESRS, no qual se ratificou que WPH pagaria os

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

aluguéis e faria as obras necessárias para a adequação do imóvel à ministração de cursos. Contudo, como a autorização do MEC para a criação dos cursos demorou para ser expedida, WPH suspendeu o pagamento dos aluguéis e todos os investimentos, ajuizando a presente ação. No momento, aguarda-se a prolação de sentença de mérito. Com base na opinião de nossos advogados, o valor envolvido é de R\$500 mil, dos quais R\$250 mil são considerados como risco de perda provável, tendo sido provisionado tal montante.

Somos ainda demandados em ação declaratória, com pedido de tutela antecipada, ajuizada pela Associação Beneficente e Educacional Recoleta (“Recoleta”) na qual se objetiva (i) a nossa condenação ao pagamento de multa contratual, no valor de R\$2,35 milhões, tendo em vista a resolução de contrato de superfície de imóvel situado na Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, composto por 10 lotes e com área total de 102.495 m²; e (ii) o cancelamento do registro do direito de superfície na matrícula do referido imóvel. O contrato objeto da ação foi celebrado em 28 de dezembro de 2004, tendo a proprietária Recoleta cedido o direito de superfície para nós, pelo prazo de 120 meses, com o objetivo de ser implementado no imóvel um campus universitário, o qual não chegou a ser construído. O juiz de primeiro grau concedeu a tutela antecipada para cancelamento do registro do direito de superfície. Fomos citados em 26 de abril de 2007 e apresentamos contestação em 09 de maio de 2007. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é possível, com valor estimado para a causa de R\$2,35 milhões, o qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma*.

Somos réus de duas ações civis públicas, que versam sobre a ilegalidade da cobrança de taxa de expedição de diplomas.

Na primeira, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo nós, objetiva-se (i) a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso; e (ii) a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Em sede de tutela antecipada, o Ministério Público requer desde já a abstenção das instituições de ensino de efetuarem referida cobrança. Em 11 de maio de 2007, apresentamos contestação à referida ação. No momento, aguarda-se a manifestação sobre o pedido de tutela antecipada formulado pelo Ministério Público Federal. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é possível com valor da causa estimado em R\$1,0 milhão, tendo sido provisionado o valor de R\$500 mil.

Na segunda, proposta pelo PROCON-GO em face de várias instituições de ensino superior, incluindo nós, postula-se antecipação de tutela para suspender a taxa de expedição de diploma e, definitivamente, (i) a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso; e (ii) a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados, com juros e correção monetária. Ainda não há decisão de primeiro grau. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é possível, sendo o valor envolvido estimado em R\$10 mil e provisionado em R\$5 mil.

Somos réus de uma ação civil pública promovida pela Associação Cívica do Estado do Ceará – ACECE, na qual se requer a declaração de inconstitucionalidade de regulamento, aplicado pela Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, que impede que os alunos de medicina, aptos a ingressarem no regime de internato, de prestá-lo em instituição de saúde, vinculada ou não à escola médica, localizada em Estado diverso do que se encontram matriculados. Em 29 de março de 2007, a ação foi extinta por ter sido reconhecida a ilegitimidade da ACECE para ingressar com a ação civil pública. No momento, aguardamos o trânsito em julgado da sentença. Tendo em vista o resultado favorável, não há provisionamento para esta ação.

Somos também réus de uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal em face da Faculdade Integrada do Ceará – FIC, mantida por nós, na qual se objetiva que a FIC reduza o valor cobrado

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

de seus alunos que cursam disciplina de estágio e atividades complementares fora da instituição de ensino (em escritório, clínicas, dentre outros), instituindo uma cobrança diferenciada. Em 19 de agosto de 2004,

apresentamos contestação à referida ação. O processo permaneceu sem andamento, tendo em vista uma discussão a respeito da competência da Justiça Federal para apreciar a matéria. No momento, aguarda-se o julgamento em primeira instância. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é remota, não havendo provisionamento para esta ação.

Vale destacar, ainda, que somos réus em uma ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Diretório Central dos Estudantes da Faculdade Integrada do Recife – FIR, em face da Faculdade Integrada do Recife – FIR, mantida por nós. Tal ação objetiva, em sede de tutela antecipada, (i) que sejam apresentados o contrato de serviço de ensino e a planilha de custos com os valores das anuidades para o ano letivo de 2001; e (ii) a suspensão imediata de qualquer aumento de taxa de matrícula e anuidade do ano letivo de 2003, prevalecendo os valores do ano de 2002, inclusive com a devolução de eventuais valores cobrados indevidamente. Em caráter definitivo, objetiva-se a confirmação da tutela antecipada com a suspensão do aumento das mensalidades tal como pretendido pela FIR, requerendo, ainda, a devolução da diferença entre o valor reajustado e o valor real pago a maior por todos os alunos. Foi dado à causa o valor de R\$3,0 milhões. Em 17 de dezembro de 2002, o juiz de primeiro grau concedeu parcialmente a antecipação de tutela para que a FIR apresentasse o texto do contrato de serviço de ensino e a planilha de custos com os valores das mensalidades, decisão que foi cumprida pela FIR, em 13 de fevereiro de 2003. No momento, aguarda-se a prolação de sentença. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é remota, não havendo provisionamento para esta ação.

Por fim, somos réus em uma ação reivindicatória cumulada com pedido de declaração de nulidade dos contratos de compra e venda de 24 lotes que formam a quadra 06 do Loteamento Santa Terezinha, promovido pelo Espólio de Idalina Alves de Souza também em face do Centro Educacional Charles Darwin Ltda. e Vivacqua Irmãos S.A. O autor formulou pedido de tutela antecipada para ser imitado na posse dos 24 lotes, o que foi negado pelo juiz de primeiro grau. Em 20 de fevereiro de 2006, apresentamos contestação à referida ação, informando nossa qualidade de locatários do imóvel (lote 1 do Loteamento Santa Terezinha, com área total a ser construída de aproximadamente de 9 mil m², constituído de 4 prédios, onde funciona o campus universitário da FESV). No momento, aguarda-se o julgamento em primeira instância. Com base na opinião de nossos advogados, entendemos que a probabilidade de perda é possível, tendo sido o valor estimado em R\$1 milhão, sendo provisionado R\$500 mil.

Tributária

Em 31 de março de 2007, éramos parte em aproximadamente 162 processos judiciais e três processos administrativos de natureza fiscal, discutindo valores atualizados de, aproximadamente, R\$43,5 milhões. Nesta mesma data, o valor consolidado das provisões para fazer face às perdas relacionadas a estes processos era de R\$536 mil.

Contribuição Patronal do INSS

A SESES foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 09 de fevereiro de 2007, quando foi transformada em sociedade com fins lucrativos. Portanto, até essa data gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal e estadual. Nesse período, ainda, a SESES usufruiu do benefício de isenção de pagamento da cota patronal do INSS incidente sobre a folha de pagamento.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Um dos requisitos para a fruição de tal isenção é a obtenção, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS, o qual deve ser renovado trianualmente, e cuja obtenção demanda o atendimento a determinados requisitos. Durante o período em que gozou de isenção quanto ao pagamento a SESES obteve e manteve tal certificado.

O artigo 55 da Lei no 8.212/91, com alterações constantes da Lei no 9.732/98, considera estar isenta de pagamento da cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda os seguintes requisitos: (a) seja reconhecida como de utilidade pública Federal e Estadual ou Municipal; (b) seja portadora do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos – CEFF, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovados a cada três anos; (c) promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente; (d) não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título; e (e) aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A SESES tem sido questionada pelo INSS quanto às renovações dos CEAS concedidas relativamente aos triênios de 2000 a 2003, e de 2003 a 2006. Nesse sentido, a Secretaria da Receita Previdenciária apresentou recursos ao Ministro da Previdência Social, objetivando desconstituir as duas últimas referidas renovações do CEAS concedidas pelo CNAS sob a alegação de desatendimento dos requisitos para sua concessão. Tais recursos se encontram pendentes de decisão pelo Ministro da Previdência Social.

Considerando que o CEAS é, na ótica das autoridades fiscais, imprescindível à fruição da imunidade/isenção, na eventualidade de seu cancelamento relativamente a determinado período, não apenas os valores relativos aos questionamentos do INSS, mas ainda todos os demais tributos e contribuições devidos por sociedades empresárias poderão vir a ser exigidos da SESES pelas autoridades fiscais, retroativamente e acrescidos dos encargos monetários.

Conforme mencionado anteriormente, à época de sua constituição a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso lhe foi assegurado o direito à isenção da contribuição patronal do INSS incidente sobre a folha de pagamento. Os normativos legais posteriores preservaram sua condição de pessoa jurídica isenta, situação essa que legalmente perdeu até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade com fins lucrativos.

Ainda, a SESES aderiu em dezembro de 2004 ao PROUNI. Segundo as regras do PROUNI, é assegurado às entidades que aderirem e adotarem as suas regras o direito de obter a restauração da CEAS e o restabelecimento da isenção da contribuição social, caso o indeferimento ou cancelamento da isenção, referente os dois últimos triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do artigo 55 da Lei no 8.212/91, ou seja: (a) promova assistência social gratuita; (b) não remunere seus dirigentes; e (c) aplique o resultado operacional no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os questionamentos oferecidos pela Secretaria da Receita Previdenciária não alegam infringência àqueles dispositivos, o que, em tese, daria à SESES o direito de restauração do CEBAS caso viesse a perdê-lo.

Nosso entendimento, baseado em pareceres solicitados por nós a renomados especialistas, é de que as chances de obtermos uma decisão final desfavorável relativamente aos questionamentos formulados pelo INSS ora em curso são remotas.

COFINS

Atualmente discutimos lançamento fiscal levado a efeito pela Secretaria da Receita Federal, relativo à COFINS referente ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1996 e agosto de 1997. Esta discussão perfaz

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

o montante de R\$3,5 milhões. Segundo os entendimentos de nossos advogados internos, é remota a probabilidade de perda envolvida na demanda.

Contribuição ao PIS

Atualmente, discutimos na esfera judicial a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária entre a União Federal e a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá que a obrigue ao recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que portadora do

CEAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, bem como o reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos a título de PIS nos últimos dez anos. A sentença nos foi favorável e a União Federal interpôs Recurso de Apelação pendente de julgamento. Esta discussão, parte relativa à repetição de indébito perfaz o montante de R\$17,0 milhões. Encontra-se depositado judicialmente o valor de R\$6 milhões, relativo aos créditos de PIS que deixaram de ser recolhidos após o ajuizamento da medida judicial. Com base na opinião de nossos advogados, a probabilidade de perda é remota.

FINSOCIAL

Discutimos, ainda, na esfera judicial, lançamento relativo à cobrança de FINSOCIAL em face da suspensão, pela Secretaria da Receita Federal, da imunidade tributária da Autora através do Ato Declaratório n.º 14/96. Esta discussão perfaz o montante de R\$1,0 milhão e o valor encontra-se depositado judicialmente. Com base nos entendimentos de nossos advogados internos, é possível a probabilidade de perda envolvida na demanda.

ISS E IPTU

Somos réus em aproximadamente 156 execuções fiscais ajuizadas pelo Município do Rio de Janeiro onde se exige créditos de ISS e IPTU. No entanto, ajuizamos ação ordinária em face do Município de Rio de Janeiro visando o reconhecimento da nossa imunidade no que tange a exigibilidade de tributos municipais, tendo transitado em julgado decisão que reconheceu a nossa imunidade. O valor atualizado dos créditos objeto das execuções fiscais em questão perfaz o valor aproximado de R\$16 milhões. Com base na opinião de nossos advogados internos, a possibilidade de perda é remota, tendo em vista que a ação ordinária por nós ajuizada já transitou em julgado, reconhecendo a nossa imunidade no que tange a exigência de tributos municipais pelo Município do Rio de Janeiro, razão pela qual não constituímos provisão em relação a estes processos.

Trabalhista

Em 31 de março de 2007, éramos réus em 579 ações trabalhistas, sendo o valor envolvido em tais ações de, aproximadamente, R\$8,6 milhões, e o valor provisionado de R\$6,9 milhões. Os principais pedidos das referidas reclamações são: (i) hora extra, (ii) reconhecimento de vínculo empregatício e (iii) equiparação salarial.

Dentre as demandas que consideramos de maior relevância, em razão do valor envolvido e do interesse institucional, destacam-se cinco autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho, cujo montante total importa em R\$1,05 milhão. O objeto das referidas autuações refere-se a percentual de cargos ocupados por portadores de necessidades especiais; manutenção de local apropriado para a guarda de filhos de empregadas; ausência de registro de horários de entrada, saída e período de repouso praticado pelos docentes; e contratação de aprendizes. Com base nos entendimentos de nossos advogados internos, a probabilidade de perda é possível, razão pela qual não constituímos provisão.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO OPERACIONAL

Reorganização Societária e Operacional

Fomos constituídos em 31 de março de 2007, a partir de uma reorganização societária, cujo propósito foi o de concentrar, sob o nosso controle, as atividades de ensino superior das sociedades Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”), Sociedade Tecnopolitana da Bahia (“STB”), Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda. (“SESPA”), Sociedade de Ensino Superior do Ceará Ltda. (“SESCE”) e Sociedade de Ensino Superior do Pernambuco Ltda. (“SESPE”). Anteriormente a esta reorganização societária, nossas subsidiárias foram transformadas em sociedades com fins lucrativos, tendo sido a STB, a SESPA, a SESCE e a SESPE, transformadas em outubro de 2005, e a SESES transformada em fevereiro de 2007. A transformação da SESES em sociedade empresária com fins lucrativos em fevereiro de 2007 poderá vir a ser questionada pela Receita Federal do Brasil.

Além do processo de reorganização societária, temos passado por um processo de reorganização operacional iniciado em 2005. Nossa gestão passou a contar com profissionais especializados nas áreas de gestão operacional e estratégica, o que acreditamos ter otimizado o nosso desenvolvimento nas áreas acadêmica e de ensino.

Essa reorganização operacional foi iniciada com a centralização e terceirização à PriceWaterhouse&Coopers da contabilidade de nossas operações em todos os Estados brasileiros em que estamos presentes. Adicionalmente, iniciamos a implementação de sistemas de informática com o intuito de controlarmos os resultados das nossas operações de forma padronizada e centralizada, além de agilizar a tomada de decisões gerenciais.

Em 2006, foi implantado um processo de gestão (PMO – *Project Management Office*) que controla atualmente 29 projetos operacionais simultâneos, por meio do qual é feito um acompanhamento mensal pela nossa diretoria, que avalia os andamentos e direciona os trabalhos a partir dos resultados apresentados.

Dentre os principais projetos, destacamos:

- centralização de compras dos principais itens de consumo que utilizamos em nossas operações localizadas no Estado do Rio de Janeiro e celebração de contratos de fornecimento exclusivo de suprimentos de informática, papel, materiais para laboratório, entre outros, a preços mais competitivos. Pretendemos estender esse projeto nacionalmente entre 2007 e 2008;
- reorganização das estruturas administrativas e de atendimento aos alunos e professores. Este programa melhorou a qualidade da administração das nossas unidades e do atendimento aos alunos, via automatização de processos, redução e treinamento de pessoal de atendimento, com uma conseqüente redução de custos. Este processo já foi implantado no Estado do Rio de Janeiro e será implementado nos outros estados durante o ano de 2007; e
- reestruturação da área acadêmica, com uma maior padronização do processo de coordenação de cursos nas nossas unidades. A padronização da grade curricular já está implantada no Estado do Rio de Janeiro, e está em expansão para os demais estados brasileiros em que atuamos. Esta padronização permite uma melhor gestão dos recursos docentes e uma otimização da formação de turmas de alunos, permitindo um ganho de escala ao mesmo tempo em que melhora e garante a

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

qualidade do ensino. Os processos de alocação de docentes e planejamento acadêmico está sendo automatizado, melhorando o aproveitamento dos nossos recursos humanos e físicos.

Evolução da Forma Jurídica das Sociedades Mantenedoras

As nossas subsidiárias, SESCE, STB, SESPA e SESPE, eram sociedades sem fins lucrativos, e foram transformadas em sociedades com fins lucrativos em outubro de 2005. A SESES, nossa subsidiária de maior representatividade, responsável pela manutenção da maioria de nossas unidades, era uma sociedade

filantrópica sem fins lucrativos, e foi transformada em sociedade com fins lucrativos em fevereiro de 2007. Tais transformações e suas respectivas datas são importantes para que as nossas demonstrações financeiras

apresentadas possam ser corretamente analisadas, de forma a compreender os efeitos da mudança de carga tributária, forma de distribuição de lucros e demais aspectos relevantes.

Com a alteração da forma jurídica dessas sociedades mantenedoras realizada ao longo dos dois últimos anos, ocorreram mudanças nos respectivos tratamentos tributários. Vale ressaltar que no momento de sua transformação, todas as sociedades mantenedoras já faziam parte do PROUNI, programa do Governo Federal que concede benefícios no âmbito dos tributos federais. Desta forma, atualmente incidem os seguintes tributos sobre as nossas atividades:

- a) INSS: Em geral, a alíquota do INSS patronal se compõe de INSS de 21,0% e demais tributos (SESC, SEBRAE, INCRA, etc.) de 4,5%, totalizando 25,5% sobre a respectiva folha de pagamentos. SESCE, SESPE, SESPA e STB são tributadas pela alíquota total de 25,5%, mesmo antes de suas transformações em sociedades com fins lucrativos, por não terem sido filantrópicas. No caso da SESES, o INSS passou a incidir de acordo com um escalonamento progressivo (pagamento de 20% a 100% do tributo devido do 1º ao 5º ano). Em 2007, foi considerada a alíquota de 8,7% (20% da alíquota patronal de 21%, acrescido dos demais tributos).
- b) ISS: As alíquotas de ISS variam de município para município. No nosso caso, estamos sujeitos a alíquotas que variam entre 2% e 5% (alíquota efetiva-média de, aproximadamente, 4% para o exercício de 2007 (orçamento). SESCE, SESPE, SESPA e STB vêm recolhendo ISS desde sua transformação, em outubro de 2005. A SESES passou a recolher ISS em 22 municípios, com as suas respectivas alíquotas, a partir da sua transformação em entidade com fins lucrativos em fevereiro de 2007.
- c) CPMF: Passou a incidir a alíquota de 0,38% sobre todas as movimentações financeiras das nossas sociedades mantenedoras a partir da data das suas respectivas transformações em sociedades com fins lucrativos.
- d) PIS (sobre faturamento): enquanto sociedades sem fins lucrativos, as mantenedoras recolhiam 1,0% de PIS sobre a folha de pagamentos. A partir das respectivas transformações em sociedade com fins lucrativos passaram a não mais recolher o PIS sobre a folha de pagamentos e passaram a recolher o PIS sobre as receitas. Contudo, considerando que nossas mantenedoras fazem parte do PROUNI desde as suas respectivas transformações, estão isentas de recolhimento de PIS sobre as receitas oriundas de atividades de graduação tradicional e graduação tecnológica. Para as demais atividades de ensino, incide o PIS com alíquota de 0,65%, e, para atividades não relacionadas à atividade de ensino, incide PIS à alíquota de 1,65%.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

e) COFINS: SESCE, SESPE, SESPA e STB já recolhiam o COFINS, pois elas não eram filantrópicas (apesar de serem sem fins lucrativos). Na SESES, passou a incidir o COFINS somente em fevereiro de 2007, quando da sua transformação em sociedade com fins lucrativos. Contudo, considerando que nossas mantenedoras fazem parte do PROUNI desde as suas respectivas transformações, estão isentas de recolhimento de COFINS sobre as receitas oriundas de atividades de graduação tradicional e graduação tecnológica. Para as demais receitas oriundas de outras atividades de ensino, incide o COFINS com a alíquota de 3,0%, e para as atividades não relacionadas à atividade de ensino, incide COFINS à 7,6%.

f) IPVA, IPTU e ITBI: por ser uma sociedade filantrópica, a SESES era isenta destes tributos. A partir da sua transformação em fevereiro de 2007, a SESES passou a recolher IPVA, IPTU e ITBI. As demais sociedades mantenedoras não eram filantrópicas e, portanto, sempre recolheram tais tributos.

g) IRPJ e CSLL: por serem sociedades sem fins lucrativos, todas as nossas sociedades mantenedoras eram isentas destes tributos. A partir do momento das respectivas transformações em sociedades com fins lucrativos, estes tributos passaram a incidir à alíquota de 9% para a CSLL e 15% para o IRPJ, mais o adicional de 10% no que ultrapassar o valor de R\$240 mil. No entanto, por participar do PROUNI, estes tributos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e graduação tecnológica não são recolhidos e são transformados em reserva de capital.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Considerando que a Estácio Participações foi constituída em 31 de março de 2007, e com o propósito de apresentarmos informações comparáveis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, bem como para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, as nossas demonstrações financeiras foram elaboradas da seguinte forma:

- nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma* foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, partindo-se da premissa de que as sociedades mantenedoras sob controle comum (SESES, SESCE, SESPE e STB) estivessem operando como controladas da Companhia desde 1º de janeiro de 2004; e
- nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma* foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, partindo-se da premissa de que as sociedades mantenedoras sob controle comum (SESES, SESCE, SESPE e STB), estivessem operando como controladas da Companhia desde 1º de janeiro de 2006.

Por essas razões, essas demonstrações financeiras consolidadas são denominadas *pro-forma*, tendo sido preparadas com o fim de permitir uma melhor análise e melhor compreensão do combinado dos balanços patrimoniais, das demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dessas sociedades mantenedoras sob controle comum para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005, 2006 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, e não devem servir de base para quaisquer fins societários e fiscais.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

As informações financeiras disponibilizadas, quando referidas à Companhia, consideram as nossas informações financeiras consolidadas *pro-forma*, exceto quanto às informações financeiras relacionadas ao nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2007.

Adicionalmente, incluímos informações consolidadas contemplado os ajustes de tributos relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, como se a SESES estivesse inserida no novo regime tributário desde o início de 2006. Essas informações não foram auditadas, são apresentadas exclusivamente para fins informativos baseadas em premissas que consideramos razoáveis e não deverão ser interpretadas como nossas demonstrações de resultado de fato.

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Os principais indicadores econômicos do Brasil tiveram melhora significativa em 2004. O PIB cresceu 4,9% e a taxa de desemprego caiu de 12,3% para 11,5% nas principais regiões metropolitanas do país, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil alcançou um superávit primário de 4,6% do PIB, o qual ficou acima da meta de 4,3% estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI como parte do acordo de financiamento feito com o Brasil. O Brasil alcançou um superávit comercial de US\$ 34 bilhões. A taxa de juros foi de 7,6%, de acordo com o IPCA, e a TJLP média ficou em 9,8%. Em 2004, o Real valorizou-se frente ao Dólar em 8,1%. Contudo, o aumento na atividade econômica resultou em uma preocupação com a inflação, fazendo com que as altas taxas de juros fossem mantidas. Adicionalmente, a carga tributária aumentou de 34,9% para 35,91% do PIB brasileiro, de acordo com a Secretaria da Receita Federal.

O ano de 2005 foi caracterizado pelo esforço do Banco Central para atingir a meta de uma inflação de 4,5% ao ano, resultando na manutenção de altos níveis das taxas de juros. Contudo, em novembro, a diminuição no ritmo de crescimento da economia fez com que o governo iniciasse um processo de redução da taxa básica de juros (SELIC) para estimular o crescimento econômico. Em dezembro de 2005, a taxa SELIC divulgada pelo Banco Central foi de 18,0% ao ano. O real valorizou 11,8% com relação ao Dólar. Apesar de tal valorização, o Brasil alcançou superávit comercial de US\$ 44,8 bilhões. A taxa de desemprego diminuiu de 11,5% para 9,8% nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com as estimativas divulgadas pelo IBGE relacionadas ao mercado de trabalho. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 5,7% e a média da taxa TJLP foi de 9,8%. O PIB cresceu 2,3%.

Em 2006, o real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao dólar de 8,7%. Tal valorização não impossibilitou o alcance do maior superávit comercial já obtido de US\$46,1 bilhões em 2006. A taxa média de desemprego cresceu de 9,8% para 10,0% nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do IBGE. Em 2006, a média de inflação, medida pelo IPCA foi de 3,1%, menor do que a meta de 4,5%, e a média da taxa de juros TJLP foi de 7,7% no mesmo período.

Durante os três primeiros meses de 2007, verificou-se a continuidade da tendência de valorização do Real frente ao Dólar, que valorizou 4,2%, cotado a R\$2,05 por US\$1,00 em 31 de março de 2007. A inflação em 31 de março de 2007 foi de 0,34%, medida pelo IGP-M, e de 0,11%, medida pelo IPCA. A taxa básica de juros (SELIC) encerrou o primeiro trimestre de 2007 em 12,75%.

A tabela a seguir apresenta a inflação, o PIB real e a desvalorização (valorização) do Real frente ao Dólar referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

	Exercício social encerrado em			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	31 de dezembro de				
	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007
Crescimento do PIB	4,9%	2,9%	3,7%	4,1%	-
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	12,4%	1,2%	3,8%	0,4%	4,3%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	7,6%	5,7%	3,1%	1,4%	3,8%
CDI ⁽⁴⁾	16,2%	19,1%	15,2%	17,2%	12,9%
TJLP ⁽⁵⁾	9,8%	9,8%	6,9%	9,0%	6,5%
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	8,1%	11,8%	8,5%	7,2%	4,1%
Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por US\$1,00	R\$2,654	R\$2,341	R\$2,138	R\$2,172	R\$2,05
Taxa média de câmbio — R\$ por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$2,927	R\$2,934	R\$2,177	R\$2,197	R\$2,109

Fontes: BNDES, Banco Central e FGV.

(1) O PIB informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(4) A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, anualizada).

(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

(6) Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO

Para permitir a comparabilidade de nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma*, adotamos a prática de padronizar como resultado a nomenclatura para lucro ou prejuízo do exercício, uma vez que quando eram sociedades sem fins lucrativos, a nomenclatura adotada era superávit ou déficit e a partir do momento da transformação, a nomenclatura passou a ser lucro ou prejuízo. Desta forma, adotamos sempre resultado, que pode ser considerado superávit e lucro, ou déficit e prejuízo, dependendo se antes ou depois da transformação em sociedade com fins lucrativos.

Receita bruta das atividades

Nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades. A maior parte de nossa receita bruta provém das mensalidades que cobramos pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação que oferecemos aos nossos alunos. Vendemos os nossos cursos em módulos de seis meses parcelados em seis mensalidades, com

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

pagamento ao início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela considerado a confirmação da matrícula no semestre. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, a receita derivada das nossas mensalidades foi responsável por 98,1%, 97,5% e 97,5% da nossa receita bruta, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, as mensalidades da graduação tradicional representaram 85,9% da nossa receita bruta, 88,4% em 2005 e 92,0% em 2004. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, as mensalidades de graduação tradicional representaram 87,9% e 84,8% da nossa receita bruta, respectivamente.

Outras Receitas. O restante de nossa receita bruta provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

Os principais fatores determinantes da nossa receita bruta são: (i) o número de alunos matriculados em cada um de nossos cursos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os preços de nossas mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. As nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas. As nossas mensalidades, para o primeiro semestre de 2007, variaram de R\$209,00 a R\$2.342,90.

Deduções da Receita Bruta

Gratuidades - Bolsas de estudo. Compreendem: (i) as bolsas do PROUNI (para fazermos jus ao benefício fiscal decorrente do PROUNI, somos obrigados a conceder bolsas integrais e/ou parciais na proporção de uma bolsa integral para cada 10,7 alunos pagantes); (ii) as bolsas concedidas em decorrência dos acordos coletivos com os sindicatos dos nossos funcionários nas diversas localidades nas quais atuamos (conforme acordos estabelecidos com esses sindicatos, cada funcionário, docente e não-docente, tem direito a bolsas de estudo integral em nossas instituições para si e para até um filho ou cônjuge); (iii) descontos concedidos em mensalidades decorrentes de convênios comerciais, caso a caso, com empresas públicas e privadas; e (iv) eventuais bolsas concedidas seguindo a política comercial. Estas gratuidades não são faturadas e sobre elas não incidem impostos ou encargos de qualquer natureza. No segundo semestre de 2006, ofertamos cerca de 6,6 mil bolsas integrais do PROUNI e 3,4 mil bolsas para os nossos funcionários e dependentes. Considerando a mensalidade média em 2006, estas bolsas representariam aproximadamente R\$52,1 milhões no ano de 2006.

Devolução de Mensalidades e Taxas. Cobramos as mensalidades de nossos alunos antecipadamente, gerando os boletos de cobranças de um determinado mês em meados do mês anterior. Caso o aluno tranque a sua matrícula ou deixe de cursar alguma disciplina, devolvemos este valor pago adiantadamente, caso não exista a possibilidade de conceder crédito para a quitação de mensalidades futuras. No caso das taxas, devolvemos taxas cobradas antecipadamente por serviços que o aluno não venha a utilizar, como, por exemplo, a taxa de inscrição no vestibular.

Descontos concedidos. O vencimento normal das mensalidades ocorre no quinto dia de cada mês. Oferecemos descontos na mensalidade para pagamentos até o último dia útil do mês anterior. No segundo semestre de 2006, cerca de 45% dos alunos pagaram antecipadamente de maneira regular. Esta antecipação também tem um impacto positivo na geração de capital de giro das nossas operações.

Impostos. Compreendem o ISS, o PIS e a COFINS.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

ISS. Imposto municipal incidente sobre nossa receita bruta auferida com a prestação de serviços, depois de deduzidas as gratuidades, bolsas de estudo e os cancelamentos. Recolhemos ISS conforme a alíquota do município onde o serviço é efetivamente prestado. As alíquotas de ISS cobradas nos municípios em que atuamos variam entre 2,0% e 5,0%. No município do Rio de Janeiro, onde temos a maior concentração de alunos, a alíquota do ISS é de 5,0%.

PIS. Imposto federal incidente às alíquotas de 0,65% ou 1,65% sobre a receita operacional bruta auferida com a prestação de serviços, depois de deduzidas as bolsas de estudo e as mensalidades canceladas. Até 2004, contudo, nossas mantenedoras recolhiam 1,0% de PIS sobre as respectivas folhas de pagamento, em razão de serem sociedades sem fins lucrativos. Em virtude da nossa adesão ao PROUNI, a partir de 2005, gozamos de isenção do PIS sobre as receitas brutas advindas das mensalidades dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Assim, a partir daquele exercício, o PIS passou a incidir apenas sobre as receitas dos cursos de extensão, pós-graduação e especialização, à taxa de 0,65%, e sobre taxas e serviços acadêmicos prestados aos alunos e de inscrição em vestibulares, à taxa de 1,65%.

COFINS. Contribuição federal incidente às alíquotas de 3,0% ou 7,6%, sobre a receita bruta auferida com a prestação de serviços, depois de deduzidas as bolsas de estudo e as mensalidades canceladas. Em virtude de nossa adesão ao PROUNI, a partir de 2005, gozamos de isenção da COFINS sobre as receitas advindas das mensalidades dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Dessa forma, a partir daquele exercício, a COFINS passou a incidir apenas sobre as receitas dos cursos de extensão, pós-graduação e especialização, à taxa de 3,0%, e sobre taxas e serviços prestados aos alunos e de inscrição em vestibulares, à taxa de 7,6%.

Custos diretos dos serviços prestados

Os custos diretos dos serviços prestados são compostos pelos seguintes itens:

- *Custos de pessoal de ensino.* A folha de pagamento do nosso corpo docente é o nosso maior item de custo, tendo representado 76,3% do total dos nossos custos dos serviços prestados em 2006. Inclui o pagamento das horas-aula ministradas em sala de aula e laboratórios, as horas de coordenação de cursos, atividades docentes complementares e de coordenação acadêmica nas unidades, bem como todos os respectivos encargos trabalhistas e previdenciários. O gasto com docentes varia em função do número de turmas oferecidas e da titulação dos docentes alocados. O piso salarial e benefícios são definidos por acordo sindical em cada praça.
- *Custos de ocupação.* Inclui os custos com aluguéis e condomínios das nossas unidades, assim como os convênios de nossas unidades (remuneração do dono do imóvel de acordo com a receita auferida pela unidade).
- *Depreciação e amortização.* Inclui os custos com depreciação e amortização dos ativos das nossas unidades. As despesas com amortização abrangem a amortização de despesas pré-operacionais de novas unidades.
- *Utilidades públicas.* Inclui as despesas com telefonia e energia elétrica das nossas unidades.

Despesas e receitas operacionais

Créditos de realização duvidosa. A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base na estimativa de recebimento de créditos e no histórico de recuperação de créditos vencidos pela nossa administração. Os créditos não recebidos no prazo de 180 dias são lançados nesta provisão.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Despesas gerais e administrativas. Incluem as despesas de pessoal administrativo, de ocupação, de publicidade, de utilidades públicas e de depreciação e amortização, como se segue:

- *Despesas com pessoal administrativo (Pessoal – Administrativo).* Incluem o salário do pessoal administrativo das unidades, do centro corporativo e da diretoria, bem como todos os respectivos encargos trabalhistas e previdenciários. Realizamos em 2006 um projeto de padronização e melhoria de qualidade de nossos serviços de atendimento aos alunos nas unidades do Estado do Rio de Janeiro, automatizando e ampliando a facilidade de acesso aos alunos, com impactos expressivos na adequação ao quadro de pessoal das unidades. Este projeto está sendo estendido aos outros estados durante o ano de 2007. Também em 2006, o centro corporativo passou por um processo de reestruturação e de redesenho organizacional, visando a criar uma estrutura voltada mais ao mercado e à melhoria da qualidade do ensino.

Até janeiro de 2007, a SESES não recolhia o INSS sobre a folha de pagamentos por ser uma entidade filantrópica sem fins lucrativos. Em contrapartida, recolhia 1,0% de PIS sobre a folha de pagamento. Com a transformação em sociedade com fins lucrativos, a partir de fevereiro de 2007, a SESES passou a recolher o INSS com uma alíquota progressiva sobre o salário base de 8,7% em 2007, chegando a 25,5% em 2011, de acordo com Instrução Normativa SRF 456, deixando de recolher o PIS sobre a folha, uma vez que o PIS passou a ser recolhido com base no faturamento.

- *Serviços prestados por terceiros.* Incluem serviços de segurança, limpeza, manutenção das instalações, consultoria, desenvolvimento de sistemas, *telemarketing*, assessoria contábil, entre outros.
- *Publicidade.* Inclui as despesas com publicidade e *marketing* da instituição. Estas despesas são compostas principalmente para publicidade e *marketing* voltado à captação de alunos, nas épocas de vestibular. Incluem também publicidade institucional da companhia e eventos voltados aos nossos alunos e professores, e potenciais alunos.
- *Manutenção e reparos.* Incluem as despesas de manutenção e reparos das nossas unidades e centros administrativos.
- *Aluguéis de máquinas e equipamentos.* Inclui o aluguel de máquinas e equipamentos das mais diversas naturezas. Podemos citar como as principais: (i) computadores; (ii) equipamentos de ar condicionado; e (iii) equipamentos para laboratórios.
- *Aluguéis e condomínios.* Incluem as despesas com o pagamento de aluguéis por parte das nossas unidades, bem como as demais despesas de ocupação, sendo a principal delas o condomínio.
- *Material de consumo.* Inclui os gastos com material de consumo regular, como material de escritório, suprimentos para informática, materiais de uso regular em nossos laboratórios, material de limpeza e demais materiais de uso comum em nossas unidades.
- *Arrendamento mercantil.* É constituído pelas despesas decorrentes dos contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) de diversos tipos de máquinas e equipamentos, como equipamentos de laboratório, ar condicionado, entre outros.
- *Telefone e energia elétrica.* Incluem os gastos com estas utilidades públicas em nossos centros administrativos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

- *Depreciação e amortização.* As despesas com depreciação incluem a depreciação de nossos ativos utilizados em nossas unidades administrativas e a amortização de projetos específicos.
- *Outras despesas.* Incluem as demais despesas que incorrem ligadas às nossas atividades, como água, impostos e tributos (IPVA, etc.) e outras de menor relevância reunidas nesta conta.

Receitas financeiras. São majoritariamente compostas por multas e juros por atraso de pagamento dos nossos alunos. Além disso, as receitas de aplicações financeiras também compõe esta conta.

Despesas financeiras. São compostas por taxas e encargos pagos a instituições financeiras, emissão de boletos bancários e despesas bancárias relacionadas a endividamento de curto e longo prazo.

Receitas e despesas não operacionais, líquidas. Nossas receitas e despesas não-operacionais incluem patrocínios, baixas de ativo imobilizado e perdas em geral.

Tributos sobre a renda – CSLL e IRPJ. A legislação fiscal determina que efetuemos o recolhimento de IRPJ e de CSLL, os quais, em conjunto, costumam representar até, aproximadamente, 34% do resultado antes de IR e CSLL, quando positivo. Contudo, desde nossa adesão ao PROUNI em 2005, gozamos de isenção do IR e CSLL sobre um percentual do resultado antes de IR e CSLL proporcional à receita proveniente da prestação de serviços de ensino de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica (lucro da exploração). Até janeiro de 2007, a SESES era uma instituição filantrópica, isenta de IRPJ e CSLL. Com a sua transformação em sociedade com fins lucrativos, em fevereiro de 2007, a SESES deixou de ter isenção de tais impostos, entretanto, por participar do PROUNI, continua isenta do IRPJ e CSLL sobre o lucro advindo das atividades relacionadas aos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica (lucro da exploração).

DISCUSSÃO SOBRE AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos abaixo as nossas demonstrações financeiras consolidadas *pro-forma* que refletem as atividades combinadas das nossas subsidiárias que foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM. As principais práticas contábeis aqui descritas têm por objetivo retratar a condição financeira e os resultados nos aspectos em que sua determinação é mais complexa e subjetiva, sujeitos a julgamentos que requerem estimativas sobre questões que ensejam incertezas, e tornar claro critérios que expressem as operações típicas do nosso ramo de atividade. Embora acreditemos que as presunções de nossa administração sejam corretas, a liquidação dessas operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores que poderão divergir de tais estimativas, como resultado de uma eventual imprecisão em sua determinação.

Reconhecimento da receita

As receitas provenientes de mensalidades são reconhecidas mensalmente ao resultado de acordo com a ocorrência do seu fato gerador, independente do seu recebimento. Os contratos com os alunos são de natureza semestral renovados automaticamente, mediante ao pagamento da matrícula de cada semestre.

Mensalidades antecipadas. Temos a prática de registrar as mensalidades recebidas antecipadamente na conta de “Mensalidades Antecipadas” no passivo circulante. Esta antecipação é revertida no mês subsequente sendo contabilizada para a conta de receita no efetivo mês de prestação do serviço de acordo com o regime de competência.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituímos provisão com valores que cubram a expectativa de perdas das mensalidades não recebidas. A reversão de tal provisão se dará quando do recebimento daquelas parcelas vencidas ou através de acordo de parcelamento do crédito.

Propriedades, instalações e equipamentos

Os bens de permanência duradoura, destinados ao nosso funcionamento normal, são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos nossos bens é efetuada pelo método de depreciação linear, que leva em consideração a vida útil dos bens. A amortização em benfeitorias em prédios de terceiros está sendo efetuada pelo respectivo prazo de vigência contratual, a não ser que estas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal contrato.

Empréstimos e financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os respectivos juros transcorridos devidamente provisionados.

Provisões para contingências

As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências oriundas dos nossos negócios são julgadas pela nossa administração com base nos pareceres de advogados onde são consideradas as possibilidades de perdas prováveis que serão devidamente provisionadas. O fato de que é feita uma estimativa não cria por si só um conforto sobre as provisões, necessitando constantemente de novas avaliações dos montantes provisionados com base nos novos fatos. Acreditamos que os procedimentos utilizados por nossa administração sejam os mais adequados, mas não podemos assegurar que os fatos utilizados como base não poderão mudar no futuro.

Imposto de renda e contribuição social

A partir da data da transformação de cada uma das nossas subsidiárias em sociedades com fins lucrativos, o imposto de renda foi calculado com base nas alíquotas de 15,0% acrescida do adicional de 10,0% sobre o lucro que exceder R\$240,0 mil e 9,0% sobre o lucro tributável para CSLL. A partir da data de adesão de cada uma das sociedades mantenedoras ao PROUNI, as nossas subsidiárias não recolheram o IRPJ e CSLL sobre o lucro de exploração da atividade de graduação tradicional e graduação tecnológica, transformando os valores devidos em reserva de capital, de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa SRF 456.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Período de três meses encerrado				% Variação
em 31 de março de				
2006	% AV	2007	% AV	2007 / 2006

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)

Receita bruta das atividades					
Graduação Tradicional	272.935	129,6	273.987	124,9	0,4
Graduação Tecnológica	27.295	13,0	34.854	15,9	27,7
Especialização	5.263	2,5	6.217	2,8	18,1
Outras	5.078	2,4	8.016	3,7	57,9
	310.571	147,5	323.074	147,2	4,0
Deduções da receita bruta					
Gratuidades - bolsas de estudo	(87.915)	(41,7)	(86.764)	(39,5)	(1,3)
Devolução de mensalidades e taxas	(1.414)	(0,7)	(1.040)	(0,5)	(26,4)
Descontos concedidos	(9.110)	(4,3)	(8.196)	(3,7)	(10,0)
Impostos	(1.513)	(0,7)	(7.633)	(3,5)	404,5
	(99.952)	(47,5)	(103.633)	(47,2)	3,7
Receita líquida das atividades	210.619	100,0	219.441	100,0	4,2
Custos diretos dos serviços prestados (Nota 13a)	(119.923)	(56,9)	(123.904)	(56,5)	3,3
Lucro bruto	90.696	43,1	95.537	43,5	5,3
(Despesas) receitas operacionais					
Créditos de realização duvidosa	(8.221)	(3,9)	(5.041)	(2,3)	(38,7)
Gerais e administrativas (Nota 13b)	(55.909)	(26,5)	(56.214)	(25,6)	0,5
Provisão para contingências (Nota 11)	-	-	(408)	(0,2)	-
Receitas financeiras (Nota 14)	3.827	1,8	4.241	1,9	10,8
Despesas financeiras (Nota 14)	(4.615)	(2,2)	(1.823)	(0,8)	(60,5)
	(64.918)	(30,8)	(59.245)	(27,0)	(8,7)
Lucro (prejuízo) operacional	25.778	12,2	36.292	16,5	40,8

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Receitas (despesas) não-operacionais, líquidas	91	0,0	(2.145)	(1,0)	2.457,1
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	25.869	12,3	34.147	15,6	32,0
Contribuição social (Nota 15)	(822)	(0,4)	(2.180)	(1,0)	165,2
Imposto de renda (Nota 15)	(2.252)	(1,1)	(6.027)	(2,7)	167,6
Lucro líquido do período	22.795	10,8	25.940	11,8	13,8
Constituição do EBITDA					
Receita Financeira (aplicações e outros)	(685)	(0,3)	(1.299)	(0,6)	89,6
Despesas Financeiras (juros e encargos)	3.795	1,8	841	0,4	(77,8)
Depreciação e amortização	5.644	2,7	5.425	2,5	(3,9)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(91)	(0,0)	2.145	1,0	(2.457,1)
EBITDA	34.532	16,4	41.259	18,8	19,5

	Exercício social encerrado em						% Variação	
	2004	% AV	2005	% AV	2006	% AV	2005 / 2004	2006 / 2005
(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)								
Receita bruta das atividades								
Graduação Tradicional	807.770	127,2	950.326	124,7	1.042.912	125,8	17,6	9,7
Graduação Tecnológica	38.373	6,0	79.090	10,4	113.105	13,6	106,1	43,0
Especialização	15.448	2,4	18.989	2,5	26.916	3,2	22,9	41,7
Outras	16.880	2,7	26.588	3,5	30.591	3,7	57,5	15,1
	878.471	138,4	1.074.993	141,1	1.213.524	146,4	22,4	12,9
Deduções da receita bruta								
Gratuidades - bolsas de estudo	(216.686)	(34,1)	(284.115)	(37,3)	(340.263)	(41,0)	31,1	19,8
Devolução de mensalidades e taxas	(4.056)	(0,6)	(3.622)	(0,5)	(3.438)	(0,4)	(10,7)	(5,1)
Descontos concedidos	(19.651)	(3,1)	(23.786)	(3,1)	(34.886)	(4,2)	21,0	46,7

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Impostos	(3.211)	(0,5)	(1.534)	(0,2)	(6.009)	(0,7)	(52,2)	291,7
	(243.604)	(38,4)	(313.057)	(41,1)	(384.596)	(46,4)	28,5	22,9
Receita líquida das atividades	634.867	100,0	761.936	100,0	828.928	100,0	20,0	8,8
Custos diretos dos serviços prestados (Nota 13a)	(434.502)	(68,4)	(475.138)	(62,4)	(491.109)	(59,2)	9,4	3,4
Lucro bruto	200.365	31,6	286.798	37,6	337.819	40,8	43,1	17,8
(Despesas) receitas operacionais								
Créditos de realização duvidosa	(14.969)	(2,4)	(24.300)	(3,2)	(33.195)	(4,0)	62,3	36,6
Gerais e administrativas (Nota 13b)	(216.506)	(34,1)	(231.181)	(30,3)	(231.287)	(27,9)	6,8	0,0
Provisão para contingências (Nota 11)	(4.049)	(0,6)	(962)	(0,1)	(5.313)	(0,6)	(76,2)	452,3
Receitas financeiras (Nota 14)	5.980	0,9	11.544	1,5	11.817	1,4	93,0	2,4
Despesas financeiras (Nota 14)	(15.392)	(2,4)	(18.670)	(2,5)	(12.563)	(1,5)	21,3	(32,7)
	(244.936)	(38,6)	(263.569)	(34,6)	(270.541)	(32,6)	7,6	2,6
Lucro (prejuízo) operacional	(44.571)	(7,0)	23.229	3,0	67.278	8,1	152,1	189,6
Receitas (despesas) não-operacionais, líquidas	(691)	(0,1)	(110)	(0,0)	282	0,0	84,1	356,4
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	(45.262)	(7,1)	23.119	3,0	67.560	8,2	151,1	192,2
Contribuição social (Nota 15)	-	-	(23)	(0,0)	(2.119)	(0,3)	-	9.113,0
Imposto de renda (Nota 15)	-	-	(52)	(0,0)	(5.791)	(0,7)	-	11.036,5
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(45.262)	(7,1)	23.044	3,0	59.650	7,2	150,9	158,9

Data-Base - 31/03/2007

Reapresentação Espontânea

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Constituição do EBITDA

Receita Financeira (aplicações e outros)	(795)	(0,1)	(3.135)	(0,4)	(2.368)	(0,3)	297,4	(25,0)
Despesas Financeiras (juros e encargos)	11.999	1,9	14.839	1,9	9.005	1,1	23,7	(39,3)
Depreciação e amortização	18.801	3,0	20.570	2,7	22.012	2,7	9,4	7,0
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	691	0,1	110	0,0	(282)	(0,0)	(84,1)	356,4
EBITDA	(14.566)	(2,3)	55.479	7,3	95.927	11,6	480,9	72,9

PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2007 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2006

Receita bruta das atividades

Nossa receita bruta das atividades aumentou 4,0%, passando de R\$310,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$323,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. O aumento de nossa receita bruta das atividades foi resultado da composição do aumento da base de alunos em 1,22%, passando de 175,8 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 178,0 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 e do aumento da mensalidade média praticada em aproximadamente 6,0%, decorrente de reajuste da inflação. O efeito líquido destes aumentos deve ser analisado em conjunto com as gratuidades e bolsas de estudos descritas abaixo, para chegar-se ao efeito líquido destes aumentos.

O aumento na receita bruta das atividades foi maior na graduação tecnológica, devido ao maior efeito combinado do aumento de preços com o aumento de alunos.

O aumento da base de alunos ocorreu nas unidades existentes, com exceção do fechamento de uma unidade e abertura de uma outra na cidade do Rio de Janeiro.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 3,7%, passando de R\$100,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$103,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Esta variação decorreu, principalmente, da transformação da SESES em uma sociedade com fins lucrativos em fevereiro de 2007, perdendo desta forma os incentivos fiscais a que tinha direito em razão de sua qualidade de sociedade filantrópica sem fins lucrativos. Desta forma, nos meses de fevereiro e março de 2007, a SESES pagou ISS, PIS e COFINS no montante de R\$5,9 milhões, resultando num aumento de 404,5% nos impostos deduzidos das receitas. As demais contas de dedução em conjunto apresentaram uma queda de 2,5%, o que representa R\$2,4 milhões.

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Receita líquida das atividades

Tendo em vista o exposto acima, nossa receita líquida das atividades aumentou 4,2%, passando de R\$210,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$219,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Custos diretos dos serviços prestados

Os custos diretos dos serviços prestados, composto principalmente pelo custo com o pessoal de ensino, aumentou 3,3%, passando de R\$119,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006, para R\$123,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento se deve ao fato de que, a partir de fevereiro de 2007, com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, passou a incidir INSS sobre os salários à alíquota de 8,7%, totalizando um aumento de custo de 7,7% sobre o salário base. Além disso, o dissídio ocorrido no segundo trimestre de 2006 foi de 4,15%. Levando todos estes pontos em consideração, o aumento de 5,6% nos custos de pessoal docente, que representam aproximadamente 75% dos custos diretos dos serviços prestados, foi menor do que o dissídio da categoria (inflação mais anuênios) e o aumento de encargos, refletindo a continuidade da implementação dos programas de otimização da alocação de docentes e de turmas iniciados em 2006. Os demais custos diretos dos serviços prestados caíram 3,7% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 em relação ao mesmo período de 2006. Como percentual da receita líquida, os custos diretos dos serviços prestados caíram, passando de 56,9% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 56,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Lucro bruto

O nosso lucro bruto aumentou 5,3%, passando de R\$90,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$95,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto aumentou de 43,1% para 43,5% neste período.

Créditos de realização duvidosa

A provisão para créditos de realização duvidosos diminuiu 38,7%, passando de R\$8,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$5,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 em função da renegociação de créditos que já estavam lançados em provisão para devedores duvidosos e que foram recebidos, e da diminuição dos créditos de realização duvidosa decorrente da adoção de políticas mais eficientes de gestão de contas a receber, crédito e cobrança a partir do final de 2006. Como percentual da receita líquida, a provisão para créditos de realização duvidosos caiu de 3,9% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 2,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Generais e administrativas

As nossas despesas gerais e administrativas aumentaram 0,5%, passando de R\$55,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$56,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento como um todo é inferior à inflação e deve ser, portanto, considerado uma diminuição real das nossas despesas gerais e administrativas, uma vez que elas caíram de 26,5% da receita líquida das atividades no período encerrado em 31 de março de 2006 para 25,6% no período encerrado em 31 de março de 2007. As principais contas que compõem as despesas gerais e administrativas se comportaram da seguinte forma:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A despesa com o pessoal administrativo caiu 16,6% no período, reduzindo de R\$30,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$25,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Essa redução foi parcialmente compensada pela transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, passou a incidir INSS sobre os salários à alíquota de 8,7%, e deixou de incidir 1,0% de PIS, totalizando um aumento de custo de 7,7% sobre o salário base. Esta redução é decorrente dos programas operacionais de reestruturação e melhorias implantados nas unidades do Estado do Rio de Janeiro a partir do segundo trimestre de 2006, que incluíram a padronização da estrutura das unidades e a automatização e informatização de diversos procedimentos operacionais. Como percentual da receita líquida, a despesa com pessoal administrativo caiu de 14,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 11,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

A despesa com serviços prestados por terceiros aumentou 27,3%, passando de R\$9,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$11,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento se deve principalmente à contratação, a partir do segundo trimestre de 2006, de consultorias de sistemas e de gestão, de escritórios de advocacia e demais serviços relacionados à transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos (ocorrida em fevereiro de 2007). Como percentual da receita líquida, a despesa com serviços prestados por terceiros aumentou de 4,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 5,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

As demais despesas gerais e administrativas aumentaram 16,6%, passando de R\$16,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$19,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento se deve principalmente ao aumento das despesas com publicidade em 63,3%, com aluguéis de máquinas e equipamentos em 4,3% e de 10% nas outras despesas gerais e administrativas.

Provisão para contingências

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2006, não havia provisão para contingências contabilizadas, tendo sido estas provisões para o ano de 2006 contabilizadas somente a partir do segundo trimestre daquele ano. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, estas provisões somaram R\$0,4 milhões. Como percentual da receita líquida, a provisão para contingências em 31 de março de 2007 era de 0,2%.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 10,8%, passando de R\$3,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$4,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento é o efeito combinado de um aumento de 89,6% nos rendimentos de aplicações financeiras com a redução de 6,4% nas multas e juros por atraso recebidos de nossos alunos. Como percentual da receita líquida, as receitas financeiras aumentaram de 1,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 1,9% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Despesas financeiras

As despesas financeiras diminuíram 60,5%, passando de R\$ 4,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$ 1,8 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, principalmente, em razão do nosso endividamento praticamente inexistente no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2006, existia um

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

endividamento de R\$ 33,4 milhões, principalmente de curto prazo (capital de giro). Desta forma, esta redução das despesas financeiras se deve ao efeito combinado de uma redução de 77,8% nos juros e encargos financeiros sobre a nossa dívida, compensado por um aumento de 19,8% nas despesas bancárias (emissão de boletos). Como percentual da receita líquida, as despesas financeiras caíram de 2,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 0,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Lucro operacional

O lucro das atividades aumentou 40,8%, passando de R\$25,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$36,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. A margem sobre a receita líquida aumentou de 12,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 16,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

Receitas não operacionais líquidas

O nosso resultado não operacional teve uma redução de R\$2,2 milhões saindo de um lucro não operacional de R\$0,1 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para um prejuízo não operacional de R\$2,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Esta redução foi devida a uma provisão para perda de imobilizado. Como percentual da receita líquida, é inferior a 0,1% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 e de 1,0% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Lucro antes da CSLL e do IRPJ

Nosso lucro antes da CSLL e do IRPJ aumentou 32,0%, passando de R\$25,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$34,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. A margem sobre a receita líquida aumentou de 12,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 15,6% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Houve um aumento de 167,0% na CSLL e o IRPJ, passando de R\$3,1 milhões (referentes somente às outras quatro sociedades mantenedoras) para R\$8,2 milhões (referentes às quatro sociedades mantenedoras até 31 de janeiro de 2007 e de todas as nossas sociedades mantenedoras, inclusive a SESES, a partir de 1º de fevereiro de 2007). Como percentual da receita líquida, a CSLL e o IRPJ em conjunto aumentaram de 1,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 3,7% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

Em 2006, a SESES era isenta de IRPJ e CSLL, pois era uma sociedade filantrópica sem fins lucrativos. Em fevereiro de 2007 a SESES se transformou em uma sociedade com fins lucrativos e estes tributos passaram a ser devidos. Como a SESES já aderiu ao PROUNI desde 2005, passou a ter isenção do IRPJ e CSLL, considerando o lucro da exploração sobre atividades isentas, quais sejam, atividades de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Os valores constantes desta linha são os valores com as alíquotas totais de IRPJ e CSLL, mas o valor efetivamente pago é menor, aproximadamente, 4,8% do total em 31 de março de 2007, que representa a proporção do lucro proveniente das atividades que não são isentas nestas sociedades mantenedoras. Os 95,2%

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

restantes do valor destes tributos são registrados como reserva de capital e não podem ser distribuídos como lucro aos acionistas de acordo com o PROUNI.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período aumentou 13,8%, passando de R\$22,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$25,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. A margem sobre a receita líquida aumentou de 10,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para 11,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Receita bruta das atividades

Nossa receita bruta das atividades aumentou 12,9%, passando de R\$1.075,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$1.213,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. O aumento de nossa receita bruta das atividades foi resultado da composição da manutenção de uma base média de alunos aproximadamente constante e do aumento da mensalidade média efetiva em aproximadamente 10,5% decorrente do reajuste da inflação. O efeito líquido destes aumentos deve ser analisado em conjunto com as gratuidades e bolsas de estudos descritas abaixo, para chegar-se ao efeito efetivo destes aumentos.

O aumento na receita bruta foi maior na graduação tecnológica, devido ao maior efeito combinado do aumento de preços com o aumento do número de alunos.

Não houve aumento do número de unidades, não tendo sido registradas aquisições ou abertura de novas unidades nestes períodos, somente o fechamento de duas unidades pequenas no Rio de Janeiro.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 22,9%, passando de R\$313,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$384,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esta variação decorreu substancialmente do aumento de 19,8% nas gratuidades e bolsas de estudo concedidas, do aumento de 46,7% nos descontos concedidos, consequência da maior utilização por parte dos alunos da política de descontos para pagamento das mensalidades até o último dia útil do mês anterior, e também por conta do aumento de impostos de 291,7%, ocorrido, pois, a partir de outubro de 2005, passaram a incidir ISS, além do PIS e COFINS sobre as receitas que não de graduação tradicional ou de graduação tecnológica nas quatro sociedades mantenedoras (SESCE, SESPE, SESPA e STB) que se transformaram em sociedades com fins lucrativos nesta mesma data.

Receita líquida das atividades

Tendo em vista o exposto acima, nossa receita líquida das atividades aumentou 8,8%, passando de R\$761,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$828,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Custos diretos dos serviços prestados

Os custos diretos dos serviços prestados, composto principalmente pelo custo com o pessoal de ensino, aumentou 3,4%, passando de R\$475,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$491,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Este aumento foi menor do que o dissídio da categoria no período (inflação mais anuênios), refletindo o custo dos programas de otimização da alocação de docentes e de turmas, e também foi menor do que a inflação no período, que impacta os demais custos diretos dos serviços prestados. Como percentual da receita líquida, os custos diretos dos serviços prestados caíram de 62,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 59,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Lucro bruto

O nosso lucro bruto aumentou 17,8%, passando de R\$286,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$337,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto aumentou de 37,6% para 40,8% neste período.

Créditos de realização duvidosa

A provisão para créditos de realização duvidosa aumentou de 36,6%, passando de R\$24,3 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, para R\$33,2 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, visando a refletir as expectativas atualizadas da Administração quanto à recuperabilidade dos créditos de realização duvidosa. A recuperação total de todos os créditos em atraso, estejam eles lançados em provisão para devedores duvidosos ou não, teve uma melhora no final de 2006, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, onde foi implementado, no segundo semestre, uma melhoria de controles e utilização de técnicas mais eficientes de gestão, com impactos positivos na provisão para créditos de realização duvidosa já visíveis em 2007. Como percentual da receita líquida, a provisão para créditos de realização duvidosa aumentou de 3,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 4,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Gerais e administrativas

As nossas despesas gerais e administrativas mantiveram-se praticamente constantes, aumentando 0,05%, passando de R\$231,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$231,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Comparando esta manutenção das despesas gerais e administrativas constantes com a inflação, podemos considerar que houve uma diminuição real das nossas despesas gerais e administrativas, uma vez que elas caíram de 30,3% da receita líquida das atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 27,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. As principais contas que compõem as despesas gerais e administrativas se comportaram da seguinte forma:

A despesa com o pessoal administrativo caiu 3,0% no período, passando de R\$113,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$110,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esta queda se deve principalmente aos programas de reestruturação e melhorias implantados nas unidades do Rio de Janeiro ao longo de 2006. Parte do resultado desta reestruturação só será capturada em 2007, pois os custos de desligamento de pessoal impediram um resultado mais expressivo ainda no decorrer do ano de 2006. O mesmo projeto está sendo implementado nas unidades dos outros estados ao longo de 2007, e seus impactos na otimização das despesas com pessoal administrativo nestas unidades ocorrerá a partir do segundo semestre de 2007 e em 2008. Como percentual da receita líquida, a despesa com pessoal administrativo caiu de 14,9%

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 13,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

A despesa com serviços prestados por terceiros aumentou 21,8%, passando de R\$41,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$50,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este aumento se deve principalmente à contratação de consultorias de sistemas e de gestão e demais serviços relacionados à transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos (ocorrida em fevereiro de 2007). Como percentual da receita líquida, a despesa com serviços prestados por terceiros aumentou de 5,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 6,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

As demais despesas gerais e administrativas tiveram uma diminuição de 7,9%, passando de R\$76,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$70,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Como percentual da receita líquida, as demais despesas gerais e administrativas caíram de 10,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 8,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este valor representa uma redução real nas despesas gerais e administrativas oriundas principalmente dos projetos de melhoria e otimização de processos nas unidades e no centro corporativo, com a centralização de compras para o Estado do Rio de Janeiro dos principais itens de consumo (em implantação e extensão em 2007 e 2008 para os outros Estados), celebração de contratos de fornecimento exclusivo a preços mais competitivos, diminuição dos gastos com arrendamento mercantil e racionalização no uso e distribuição de recursos.

Provisão para contingências

A provisão para contingências aumentou 452,3%, passando de R\$1,0 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$5,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este aumento se deve principalmente à inclusão de novos processos no exercício de 2006. Como percentual da receita líquida, a provisão para contingências aumentou de 0,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 0,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 2,4%, passando de R\$11,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$11,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. São contabilizadas como receitas financeiras as multas e juros por pagamento de mensalidades em atraso, que tiveram um aumento de 12,4% no período. Os rendimentos de aplicações financeiras reduziram 24,5% no período, resultado combinado da diminuição dos juros pagos nas aplicações com o montante aplicado no período. Como percentual da receita líquida, as receitas financeiras caíram de 1,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 1,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Despesas financeiras

As despesas financeiras diminuíram 32,7%, passando de R\$18,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$12,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esta redução se deu principalmente pela diminuição do nosso endividamento de curto prazo devido à geração de caixa da empresa, que encerrou 2006 com um endividamento de R\$9,3 milhões. Com isso, os juros e encargos financeiros caíram 39,3% no período. As despesas bancárias também foram reduzidas em 7,1% no período. Como percentual da receita líquida, as despesas financeiras caíram de 2,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 1,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Lucro operacional

O lucro operacional aumentou 189,6%, passando de R\$23,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$67,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. A margem sobre a receita líquida aumentou de 3,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 8,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este aumento é consequência de todos os fatores acima, principalmente do crescimento da receita líquida e controle das despesas.

Receitas (despesas) não operacionais líquidas

As nossas receitas (despesas) não operacionais líquidas passaram de uma despesa de R\$0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para uma receita de R\$0,3 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Apesar de ser uma variação positiva, o seu impacto como percentual da receita líquida é inferior a 0,1% nos anos de 2005 e 2006, praticamente não impactando o lucro das atividades antes da CSLL e do IRPJ.

Lucro antes da CSLL e do IRPJ

O lucro antes da CSLL e do IRPJ aumentou 192,2%, passando de R\$23,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$67,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. A margem sobre a receita líquida aumentou de 3,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 8,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este aumento é reflexo de todos os fatores descritos acima.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A CSLL e o IRPJ aumentaram 10.446,7%, passando de menos de R\$0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$7,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Como percentual da receita líquida, a CSLL e o IRPJ aumentaram de menos de 0,1% em 31 de dezembro de 2005 para 1,0% em 31 de dezembro de 2006. Isso decorre da transformação, em outubro de 2005, das demais mantenedoras em sociedades com fins lucrativos, de forma que estes tributos passaram a ser devidos. No entanto, na mesma data, estas mantenedoras aderiram ao PROUNI, tendo isenção do IRPJ e CSLL, considerando o lucro da exploração sobre atividades isentas (graduação tradicional e graduação tecnológica).

Os valores constantes destas linhas são os valores com as alíquotas totais de IRPJ e CSLL, mas o valor efetivamente pago é menor, aproximadamente, 3,8% do total, que representa a proporção do lucro proveniente das atividades que não são isentas nestas sociedades mantenedoras. Os 96,2% restantes do valor destes tributos são registrados como reserva de capital e não podem ser distribuídos como lucro aos acionistas.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 158,9%, passando de R\$ 23,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 59,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. A margem sobre a receita líquida aumentou de 3,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 7,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Receita bruta das atividades

Nossa receita bruta das atividades aumentou 22,4%, passando de R\$878,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$1.074,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. O aumento de nossa receita bruta das atividades foi resultado da composição do aumento da base de alunos em 13,6%, passando de 141,4 mil alunos em 2004 para 160,6 mil alunos em 2005, e do aumento da mensalidade média praticada aproximadamente em 2,5%. O efeito líquido destes aumentos deve ser analisado em conjunto com as gratuidades e bolsas de estudos descritas abaixo, para chegar-se ao efeito efetivo destes aumentos.

O aumento percentual na receita bruta foi maior na graduação tecnológica, devido ao maior efeito combinado do aumento de preços com o aumento de alunos.

O aumento da base de alunos ocorreu apenas nas unidades existentes, não sendo registradas aquisições ou abertura de novas unidades nestes períodos. Em 2005, houve o fechamento de um campus pequeno no Rio de Janeiro. Em 2004, a Faculdade Integrada da Bahia - FIB se transformou em Centro Universitário, o que lhe deu autonomia para abrir novos cursos e aumentar o número de alunos dos cursos existentes sem prévia autorização do MEC.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta aumentaram 28,5%, passando de R\$243,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$313,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Esta variação decorreu, substancialmente do aumento de 31,1% das gratuidades e bolsas de estudos concedidas, do aumento de 21,0% nos descontos concedidos, consequência da maior utilização por parte dos alunos do desconto para pagamento das mensalidades até o último dia útil do mês anterior, parcialmente compensado pela redução de 52,2% nos impostos, pois por aderir ao PROUNI em janeiro de 2005 as sociedades mantenedoras SESCE, SESPE, SESPA e STB deixaram de recolher o COFINS sobre as receitas, passando a contar com isenção de tal contribuição referente às atividades de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Receita líquida das atividades

Tendo em vista o exposto acima, nossa receita líquida das atividades aumentou 20,0%, passando de R\$634,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$761,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Custos diretos dos serviços prestados

Os custos diretos dos serviços prestados aumentaram 9,4%, passando de R\$434,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$475,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. O custo com o pessoal de ensino aumentou 8,0% no período. Este aumento foi aproximadamente igual ao dissídio da categoria no período (inflação mais anuênios), com um pequeno efeito de programas de otimização de turmas e alocação docente. Os demais custos também seguiram aproximadamente a inflação no período e os custos com ocupação aumentaram 14,2%. Como percentual da receita líquida, os custos diretos dos serviços prestados caíram de 68,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 62,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Lucro bruto

O nosso lucro bruto aumentou 43,1%, passando de R\$200,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$286,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Como percentual da receita líquida o lucro bruto aumentou de 31,6% para 37,6% neste período.

Créditos de realização duvidosa

A provisão para créditos de realização duvidosos aumentou de 62,3%, passando de R\$15,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$24,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, visando refletir as expectativas atualizadas da Administração quanto à recuperabilidade dos créditos de liquidação duvidosa. Como percentual da receita líquida, a provisão para créditos de realização duvidosa aumentou de 2,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 3,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Gerais e Administrativas

As nossas despesas gerais e administrativas aumentaram 6,8%, passando de R\$216,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$231,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Este aumento é menor do que a inflação no período e pode ser considerado uma diminuição real das nossas despesas gerais e administrativas, uma vez que elas caíram de 34,1% da receita líquida das atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 30,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. As principais contas que compõem as despesas gerais e administrativas se comportaram da seguinte forma:

As despesas com o pessoal administrativo aumentaram 7,8% no período, passando de R\$105,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$113,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Este aumento foi aproximadamente igual ao dissídio da categoria no período (inflação mais anuênios). Como percentual da receita líquida, a despesa com pessoal administrativo caiu de 16,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro 2004 para 14,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

As despesas com serviços prestados por terceiros aumentaram apenas 1,9%, passando de R\$40,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$41,7 milhões em 31 de dezembro de 2005. Este aumento, menor do que a inflação, se deve principalmente a negociação dos reajustes de contratos de terceirização de limpeza, segurança e informática com os fornecedores, bem como a internalização de alguns serviços antes terceirizados. Como percentual da receita líquida, a despesa com serviços prestados por terceiros caiu de 6,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 5,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

As demais despesas gerais e administrativas aumentaram 8,1%, passando de R\$70,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$76,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Este aumento, inferior à inflação registrada no período, se deve principalmente ao aumento de 25,1% nas despesas com publicidade, de 19,6% no aluguel de máquinas e equipamentos e de 3,4% nas outras despesas gerais e administrativas. Como percentual da receita líquida, as demais despesas gerais e administrativas caíram de 11,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 10,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Provisão para contingências

A provisão para contingências diminuiu 76,2%, passando de R\$4,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$1,0 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Esta diminuição se deve principalmente ao andamento dos processos no decorrer do exercício de 2005. Como percentual da receita líquida, a provisão para contingências foi de 0,6% em 31 de dezembro de 2004 e de 0,1% em 31 de dezembro de 2005.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 93,0%, passando de R\$ 5,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 11,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. São contabilizadas como receitas financeiras as multas e juros por pagamento de mensalidades em atraso. O aumento foi resultado da implantação de uma política mais eficaz de cobrança de juros e multas por atraso que aumentou 62,2% no período, da diminuição do perdão de multas e juros, procedimento usual até 2004, e do aumento dos rendimentos de aplicações financeiras, que aumentou 294,3% no período, devido ao maior volume de recursos em aplicações financeiras e dos juros pagos por estas aplicações. Como percentual da receita líquida, as receitas financeiras aumentaram de 0,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 1,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 21,3%, passando de R\$15,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R\$18,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Este aumento se deu principalmente pelo aumento do nosso endividamento, principalmente o de curto prazo, para atender às necessidades de fluxo de caixa, visando a manter as nossas operações. As despesas com juros e encargos deste endividamento aumentaram 23,7% no período. Vale a pena ressaltar que despesas de taxas bancárias, bem como despesas com a emissão de boletos de mensalidades compõem esta conta e aumentaram 12,9% no período. Como percentual da receita líquida, as despesas financeiras aumentaram de 2,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 2,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Lucro operacional

O resultado operacional partiu de um prejuízo de R\$44,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para um lucro de R\$23,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. A margem sobre a receita líquida aumentou de menos 7,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 3,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

Receitas e despesas não operacionais, líquidas

As nossas receitas e despesas não operacionais líquidas, passaram de uma despesa de R\$0,7 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para uma despesa de R\$0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Apesar de ser uma variação positiva, o seu impacto como percentual da receita líquida é inferior a 0,1% nos anos de 2004 e 2005, praticamente não impactando o lucro das atividades antes da CSLL e do IRPJ.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Lucro antes da CSLL e do IRPJ

O lucro antes da CSLL e do IRPJ aumentou de um prejuízo de R\$45,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para um lucro de R\$23,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. A margem sobre a receita líquida aumentou de menos 7,1% no exercício encerrado em 2004 para 3,0% no exercício encerrado em 2005, de acordo com os fatores descritos acima.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Em 2004, todas as sociedades mantenedoras eram isentas destes tributos por serem sociedades sem fins lucrativos. Em outubro de 2005, SESCE, SESPE, SESPA e STB deixaram de ser sociedades sem fins lucrativos e estes tributos passaram a ser devidos.

No entanto, na mesma data, estas mantenedoras aderiram ao PROUNI, tendo isenção do IRPJ e CSLL, considerando o lucro da exploração sobre atividades isentas, quais sejam, de graduação tradicional e de graduação tecnológica.

Os valores constantes desta linha em 2005 são os valores com as alíquotas totais de IRPJ e CSLL, mas o valor efetivamente pago é menor, aproximadamente 3,8% do total, que representa a proporção do lucro proveniente das atividades que não são isentas nestas sociedades mantenedoras. Os 96,2% restantes do valor destes tributos são provisionados como reserva de capital e não podem ser distribuídos como lucro aos sócios. Desta forma, em 2005, a CSLL e o IRPJ foram de menos de R\$0,1 milhão, não representando qualquer parcela da receita líquida do período, ao passo que, em 2004, não incidia CSLL e IRPJ, pois todas as sociedades mantenedoras não tinham fins lucrativos.

Lucro do exercício

O resultado do exercício aumentou, passando de um prejuízo de R\$45,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para um resultado positivo de R\$23,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de em 2005. A margem sobre a receita líquida aumentou de menos 7,1% no exercício encerrado em 2004 para 3,0% no exercício encerrado em 2005. Este aumento é consequência de todos os fatores descritos acima.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						% Variação	
	2004	% AV	2005	% AV	2006	% AV	2005 / 2004	2006 / 2005
Passivo e patrimônio líquido	(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)							
Circulante								
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	51.061	25,3	54.811	22,5	8.409	3,3	7,3	(84,7)
Fornecedores	9.058	4,5	17.088	7,0	14.858	5,9	88,7	(13,1)
Salários e encargos sociais (Nota 9)	63.400	31,4	78.103	32,1	71.057	28,0	23,2	(9,0)
Obrigações tributárias	3.825	1,9	5.083	2,1	4.835	1,9	32,9	(4,9)
Mensalidades recebidas antecipadamente	21.416	10,6	24.761	10,2	25.837	10,2	15,6	4,3
Parcelamento de tributos	561	0,3	1.419	0,6	1.066	0,4	152,9	(24,9)
Adiantamento de convênio (Nota 10)	3.825	1,9	2.306	0,9	-	-	(39,7)	(100,0)
Outros	7.407	3,7	2.286	0,9	2.355	0,9	(69,1)	3,0
	160.553	79,5	185.857	76,3	128.417	50,6	15,8	(30,9)
Não circulante								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	6.600	3,3	4.066	1,7	846	0,3	(38,4)	(79,2)
Provisão para contingências (Nota 11)	12.273	6,1	12.411	5,1	15.224	6,0	1,1	22,7
Parcelamento de tributos	2.294	1,1	709	0,3	609	0,2	(69,1)	(14,1)
Outros	210	0,1	-	-	-	-	(100,0)	-
	21.377	10,6	17.186	7,1	16.679	6,6	(19,6)	(3,0)
Resultado de exercícios futuros								
Adiantamento de convênio (Nota 10)	-	-	-	-	14.574	5,7	-	-

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Patrimônio líquido (Nota 12)

Patrimônio social	65.271	32,3	16.979	7,0	23.370	9,2	(74,0)	37,6
Capital social	-	-	20	0,0	20	0,0	-	-
Reserva de capital	38	0,0	36	0,0	7.385	2,9	(5,3)	20.413,9
Reserva de lucros	-	-	18.344	7,5	18.344	7,2	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(45.262)	(22,4)	5.207	2,1	44.775	17,7	111,5	759,9
	20.047	9,9	40.586	16,7	93.894	37,0	102,5	131,3
Total do passivo e patrimônio líquido	201.977	100,0	243.629	100,0	253.564	100,0	20,6	4,1

Ativo	Período de três meses encerrado em 31 de março de				% Variação
	2006	% AV	2007	% AV	2007 / 2006
(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)					
Circulante					
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 4)	20.737	8,2	46.849	15,9	125,9
Contas a receber (Nota 5)	67.530	26,8	75.439	25,6	11,7
Contas a compensar - Sistema FIES	63	0,0	3.341	1,1	5.203,2
Adiantamentos a funcionários/terceiros	2.010	0,8	1.860	0,6	(7,5)
Partes relacionadas (Nota 6)	1.816	0,7	1.265	0,4	(30,3)
Outros	2.207	0,9	2.772	0,9	25,6
	94.363	37,5	131.526	44,6	39,4
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas (Nota 6)	697	0,3	7.331	2,5	-
Depósitos judiciais	222	0,1	801	0,3	260,8
	919	0,4	8.132	2,8	784,9
Permanente					
Investimentos - obras de arte	227	0,1	227	0,1	-
Imobilizado (Nota 7)	156.009	62,0	154.831	52,5	(0,8)
Diferido	92	0,0	57	0,0	(38,0)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

	156.328	62,1	155.115	52,6	(0,8)
Total do ativo	251.610	100,0	294.773	100,0	17,2
Passivo e patrimônio líquido					
	Período de três meses encerrado em 31 de março de				% Variação
	2006	% AV	2007	% AV	2007 / 2006
	(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)				
Circulante					
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	30.497	12,1	3.401	1,1	(88,8)
Fornecedores	16.782	6,7	15.007	5,1	(10,6)
Salários e encargos sociais (Nota 9)	81.856	32,5	81.173	27,4	(0,8)
Obrigações tributárias	7.932	3,2	10.589	3,6	33,5
Mensalidades recebidas antecipadamente	28.147	11,2	28.909	9,8	2,7
Parcelamento de tributos	897	0,4	1.095	0,4	22,1
Adiantamento de convênio (Nota 10)	2.161	0,9			
Outros	2.812	1,1	2.120	0,7	(24,6)
	171.084	68,0	142.294	48,3	(16,8)
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	2.966	1,2	712	0,2	(76,0)
Provisão para contingências (Nota 11)	12.229	4,9	14.077	4,8	15,1
Parcelamento de tributos	1.034	0,4	355	0,1	(65,7)
	16.229	6,5	15.144	5,1	(6,7)
Resultado de exercícios futuros					
Adiantamento de convênio (Nota 10)			13.781	4,7	
Patrimônio líquido (Nota 12)					
Patrimônio social	23.370	9,3	-	-	(100,0)
Capital social	20	0,0	27.072	9,2	-
Reserva de capital	3.005	1,2	5	0,0	(99,8)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Reserva de lucros	18.344	7,3	96.477	32,7	-
Lucros (prejuízos) acumulados	19.558	7,8	-	-	100,0
	64.297	25,6	123.554	41,9	92,2
Total do passivo e patrimônio líquido	251.610	100,0	294.773	100,0	17,2

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						% Variação	
	2004	% AV	2005	% AV	2006	% AV	2005 / 2004	2006 / 2005
(Em milhares de R\$, exceto se indicado de outra forma)								
Circulante								
Disponibilidades e valores equivalentes (Nota 4)	5.423	2,7	10.731	4,4	5.510	2,2	97,9	(48,7)
Contas a receber (Nota 5)	35.147	17,4	68.501	28,1	77.630	30,6	94,9	13,3
Contas a compensar - Sistema FIES	2.273	1,1	2.288	0,9	1.424	0,6	0,7	(37,8)
Adiantamentos a funcionários/terceiros	2.607	1,3	2.524	1,0	2.986	1,2	(3,2)	18,3
Partes relacionadas (Nota 6)	-	-	1.684	0,7	-	-	-	(100,0)
Outros	1.596	0,8	1.635	0,7	2.521	1,0	2,4	54,2
	47.046	23,3	87.363	35,9	90.071	35,5	85,7	3,1
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Partes relacionadas (Nota 6)	-	-	-	-	6.705	2,6	-	-
Depósitos judiciais	49	0,0	99	0,0	300	0,1	102,0	203,0
	49	0,0	99	0,0	7.005	2,8	102,0	6.975,8
Permanente								
Investimentos - obras de arte	218	0,1	227	0,1	227	0,1	4,1	-
Imobilizado (Nota 7)	154.445	76,5	155.839	64,0	156.195	61,6	0,9	0,2
Diferido	219	0,1	101	0,0	66	0,0	(53,9)	(34,7)
	154.882	76,7	156.167	64,1	156.488	61,7	0,8	0,2

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Total do ativo	201.977	100,0	243.629	100,0	253.564	100,0	20,6	4,1
----------------	---------	-------	---------	-------	---------	-------	------	-----

POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO DE 2007, COMPARADO A 31 DE MARÇO DE 2006

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu 39,4%, passando de R\$94,4 milhões em 31 de março de 2006 para R\$131,5 milhões em 31 de março de 2007. As principais variações ocorridas no circulante foram as disponibilidades e valores equivalentes, que cresceram R\$26,1 milhões (125,9%), e o contas a receber de mensalidades, que cresceu R\$7,9 milhões (11,7%). Ambas as variações acima são oriundas do resultado das nossas atividades operacionais.

Realizável a longo prazo

Nosso ativo realizável a longo prazo cresceu 784,9%, passando de R\$0,9 milhão em 31 de março de 2006 para R\$8,1 milhões em 31 de março de 2007. A conta de partes relacionadas aumentou em R\$6,6 milhões devido aos contratos de mútuo com outras sociedades mantenedoras (SESSE, SESAL, UNEC e SESAP) não controladas por nós, e pelo aumento de R\$0,6 milhão na conta de depósitos judiciais para cumprir determinações legais.

Permanente

Nosso ativo permanente diminuiu 0,8%, passando de R\$156,3 milhões em 31 de março de 2006 para R\$155,1 milhões em 31 de março de 2007. A variação significativa neste grupamento foi a redução de 0,8% no imobilizado.

Nosso ativo total aumentou 17,2% devido ao exposto acima, passando de R\$251,6 milhões em 31 de março de 2006 para R\$294,8 milhões em 31 de março de 2007.

Passivo circulante

O nosso passivo circulante diminuiu 16,8%, passando de R\$171,1 milhões em 31 de março de 2006 para R\$142,3 milhões em 31 de março de 2007.

As principais variações ocorridas neste grupamento do balanço patrimonial foram a redução de R\$27,1 milhões (menos 88,8%) na conta de empréstimos e financiamentos com recursos oriundos do resultado das nossas operações e um acréscimo na conta de obrigações tributárias de R\$2,7 milhões (33,5%) referente basicamente à SESES ter deixado de ser empresa filantrópica sem fins lucrativos em fevereiro de 2007.

Exigível a longo prazo

O nosso exigível a longo prazo diminuiu 6,7%, passando de R\$16,2 milhões em 31 de março de 2006 para R\$15,1 milhões em 31 de março de 2007. Esta diminuição se deu pelo efeito combinado da: redução de 76,0% nos empréstimos e financiamentos, passando de R\$3,0 milhões em 31 de março de 2006 para R\$0,7 milhões em 31 de março de 2007, de acordo com a política de redução da dependência de capital de terceiros; redução de 65,7% dos parcelamentos fiscais, passando de R\$1,0 milhão em 31 de março de 2006 para R\$0,4 milhões em 31 de março de 2007; e do aumento de 15,1% na provisão para contingências, passando de R\$12,2 milhões em 31 de março de 2006 para R\$14,1 milhões em 31 de março de 2007.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Resultado de exercícios futuros

O resultado de exercícios futuros de R\$13,8 milhões registrado em 31 de março de 2007 foi derivado principalmente do valor de R\$10,6 milhões derivado de um contrato de cinco anos celebrado em 2006 que vem sendo realizado mensalmente contra o resultado.

Patrimônio líquido

O total do nosso patrimônio líquido teve um aumento de 92,2%, passando de R\$64,3 milhões em 31 de março de 2006 para R\$123,6 milhões em 31 de março de 2007, oriundo do resultado das nossas atividades no período. Houve também uma distribuição de lucros de R\$4,1 milhões ao longo do trimestre.

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

O total do nosso passivo e patrimônio líquido total aumentou 17,2% devido ao exposto acima, passando de R\$251,6 milhões em 31 de março de 2006 para R\$294,8 milhões em 31 de março de 2007.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu 3,1%, passando de R\$87,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$90,1 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Nossas disponibilidades e valores equivalentes reduziram-se em 48,7% devido principalmente às flutuações no caixa no final de cada mês, provenientes do movimento de pagamento antecipado das mensalidades.

Nossas contas a receber aumentaram em 13,3% em função do aumento da mensalidade média que foi de aproximadamente 10,5%.

Realizável a longo prazo

Nosso ativo realizado a longo prazo cresceu 6.975,8%, passando de R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2005 para R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se deve a um aumento na conta de partes relacionadas de R\$6,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, que não existiam em 31 de dezembro de 2005 referentes aos mútuos com partes relacionadas contratados a taxas de mercado, e ao aumento de 203,0% de depósitos judiciais, para fazer jus às exigências de caráter judicial.

Permanente

Nosso ativo permanente aumentou 0,2%, passando de R\$156,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$156,5 milhões em 31 de dezembro de 2006. O sub-grupo que influenciou o permanente foi o imobilizado, que teve crescimento de 0,2% no período.

Ativo total

Nosso ativo total aumentou 4,1% devido ao exposto acima, passando de R\$ 243,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 253,6 milhões em 31 de dezembro de 2006.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Passivo circulante

O nosso passivo circulante diminuiu 30,9%, passando de R\$185,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$128,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. A principal variação foi: a redução de R\$46,4 milhões (menos 84,7%) na conta de “empréstimos e financiamentos” que está relacionada ao resultado de nossas operações que foram revertidos para diminuir a dependência de capital de terceiros.

Exigível a longo prazo

O nosso exigível a longo prazo diminuiu 3,0%, passando de R\$17,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esta diminuição se deu pelo efeito combinado da: (i) redução de 79,2% nos empréstimos e financiamentos, passando de R\$4,1 milhões em 2005 para R\$0,8 milhões em 2006, como parte da estratégia da administração de reduzir a dependência de capital de terceiros; e (ii) do aumento de 22,7% na provisão para contingências, passando de R\$12,4 milhões em 2005 para R\$15,2 milhões em 2006, em virtude da atualização dos montantes e expectativas de perda dos processos existentes e do ingresso de novos processos contra a Companhia.

Resultado de exercícios futuros

O resultado de exercícios futuros de R\$14,6 milhões, registrado em 31 de dezembro de 2006, foi derivado principalmente de um contrato de cinco anos que vem sendo realizado mensalmente contra o resultado, que, em 31 de dezembro de 2006, tinha um valor de R\$11,4 milhões nesta conta. Para mais informações, vide abaixo “Obrigações financeiras relevantes”.

Patrimônio líquido

O total do nosso patrimônio líquido teve um aumento de 131,3%, passando de R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$93,9 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Esta variação foi oriunda dos resultados auferidos no exercício. Houve também uma distribuição de lucros de R\$13,7 milhões ao longo do exercício. Uma conta que merece destaque é a reserva de capital, que consiste nos valores de IRPJ e CSLL que deixaram de ser recolhidos pelo fato de termos aderido ao PROUNI.

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

O total do nosso passivo e patrimônio líquido teve um aumento de 4,1%, passando de R\$243,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$253,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, de acordo com os itens apresentados acima.

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu 85,7%, passando de R\$47,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$87,4 milhões em 31 de dezembro de 2005.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

A variação expressiva neste grupamento do balanço refere-se a contas a receber de mensalidades que teve um aumento de 94,9% proveniente do acréscimo no número de alunos e no aumento da mensalidade média, e do aumento de 97,9% nas disponibilidades.

Realizável a longo prazo

Nosso ativo realizável a longo prazo aumentou 102,0%, passando de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2004 para R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2005.

Permanente

Nosso ativo permanente aumentou 0,8%, passando de R\$154,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$156,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. O que impacta este grupamento é o imobilizado que aumentou 0,9% no período.

Ativo total

Nosso ativo total aumentou 20,6% devido ao exposto acima, passando de R\$201,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$243,6 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Passivo circulante

O nosso passivo circulante aumentou 15,8%, passando de R\$160,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$185,7 milhões em 31 de dezembro de 2005. As principais variações foram: (i) aumento de 7,3% nos empréstimos e financiamentos, passando de R\$51,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$54,8 milhões em 31 de dezembro de 2005; (ii) aumento de 88,7% em fornecedores, passando de R\$9,1 milhões em 2004 para R\$17,1 milhões em 31 de dezembro de 2005; (iii) uma aumento de 23,2% nos salários e encargos sociais, passando de R\$63,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$78,1 milhões em 31 de dezembro de 2005; (iv) um aumento em mensalidades antecipadas de 15,6%, passando de R\$21,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2005; (v) uma aumento de 32,9% nas obrigações tributárias, passando de R\$3,8 milhões em 2004 para R\$5,1 milhões em 31 de dezembro de 2005; (vi) um aumento de 152,9% nos parcelamentos fiscais, passando de R\$0,6 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2005; e (vii) uma diminuição de 69,1% nas demais contas a pagar (outros), passando de R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Exigível a longo prazo

O nosso exigível a longo prazo diminuiu 19,6%, passando de R\$21,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$17,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. Essa redução se deu pelo efeito combinado da: redução de 38,4% nos empréstimos e financiamentos, passando de R\$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2004 para

R\$4,1 milhões em 31 de dezembro de 2005; redução de 69,1% dos parcelamentos fiscais, passando de R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2005; e do aumento de 1,1% na provisão para contingências, passando de R\$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$12,4 milhões em 31 de dezembro de 2005.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Patrimônio líquido

O total do nosso patrimônio líquido teve um aumento de 102,5%, passando de R\$20,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2005. As variações foram oriundas principalmente dos resultados auferidos no exercício.

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

O total do nosso passivo e patrimônio líquido teve um aumento de 20,6% devido ao exposto acima, passando de R\$ 201,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 243,6 milhões em 31 de dezembro de 2005.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Fontes e recursos de caixa

Planejamos investir cerca de R\$33,1 milhões no ano de 2007 e R\$34,7 milhões no ano de 2008. Estes investimentos são destinados à manutenção de nossas atividades correntes e não contemplam possíveis movimentos de aquisições de instituições de ensino superior nos respectivos anos.

As nossas fontes de recurso compreendem o fluxo de caixa gerado pelas nossas operações e o endividamento de curto e longo prazo. Quanto aos recursos de caixa, eles compreendem os nossos custos e despesas operacionais, exigência de pagamentos de nossas dívidas de curto e longo prazo; investimentos em melhoria e manutenção nas nossas unidades e centro administrativos e a expansão de cursos e *campi* em maturação.

No exercício de 2004, nossas operações consumiram um caixa de R\$42,5 milhões, ao passo que nos exercícios de 2005 e 2006 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 houve geração de caixa de nossas operações nos montantes de R\$27,8 milhões, R\$60,1 milhões e R\$28,9 milhões, respectivamente.

Investimentos

Investimos R\$ 25,1 milhões em 2004, R\$22,2 milhões em 2005, R\$22,5 milhões em 2006 e R\$6,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Estes investimentos foram destinados, principalmente, a manter a nossa operação e fazer os investimentos necessários na manutenção de nossas instalações e na expansão dos cursos em maturação, principalmente na aquisição de equipamentos para laboratórios, expansão de nossas instalações e investimentos em tecnologia.

Caixa aplicado em outras operações

A partir de 2006, houve redução de dependência de capital de terceiros, e para isso foi feita uma diminuição de empréstimos bancários que empregou R\$46,4 milhões em 2006 e R\$5,0 milhões período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Em 2005, houve um aumento de R\$3,8 milhões no endividamento, motivo pelo qual não se utilizou caixa.

Também foram realizadas distribuições de dividendos, a partir da transformação das sociedades mantenedoras SESCE, SESPE, SESPA e STB em sociedades com fins lucrativos ocorrida em outubro de 2005, nos valores R\$13,7 milhões em 2006 e R\$4,09 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Endividamento

Em 31 de março de 2007, tínhamos um endividamento total de R\$18,4 milhões distribuído da seguinte forma: R\$0,2 milhão em conta garantida, R\$2,6 milhões em capital de giro, R\$1,3 milhões em financiamentos e R\$14,3 milhões em arrendamento mercantil.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de desembolso relativo a obrigações contratuais em 31 de março de 2007, classificadas por termo até o vencimento:

<u>Tipo de Operação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média</u>	<u>Variação da taxa</u>	<u>2007 (R\$)</u>
Endividamento Bancário (Capital de Giro)	2007	1,83	Não há	2.590.054,00
Endividamento Bancário (Conta Garantida)	2007	CDI + 0,22% a.m.	Não há	226.550,00
Endividamento Bancário (Finame)	2007 a 2008	TJLP + 6% a.a.	TJLP + 5% a.a. a	1.302.706,00
			TJLP + 6% a.a.	
Arrendamento Mercantil	2007 a 2010	1,59% a.m.	1,10 a.m. a 1,97 a.m.	14.299.360,000
Total				18.418.670,00

Obrigações financeiras relevantes

Empréstimos e Financiamentos

Em 16 de maio de 2003, celebramos Contrato de Abertura de Crédito Fixo BNDES Automático com o Banco Santos S.A. por meio do qual nos foi concedido um crédito com recursos originários de repasses do BNDES (FINAME), a fim de que seja implantado o *campus* ERNANI ABOIM da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. De acordo com os aditivos celebrados em 30 de junho de 2003 e em 01 de outubro de 2004, o valor total do crédito é de R\$3,28 milhões, sobre o qual incidem juros à taxa de TJLP + 3,0% ao ano. O prazo de carência do crédito é de 24 meses, contado a partir do dia 15 subsequente à data da formalização da operação, vencendo-se a primeira parcela de encargos em 15 de setembro de 2003. O prazo de amortização é de 60 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 subsequente ao do término do prazo de carência (15 de julho de 2005) e a sexagésima em 15 de junho de 2010. Foram oferecidas as seguintes garantias: (a) nota promissória de no mínimo 120% do valor total do crédito; (b) aval do Sr. Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti equivalente a 120% do valor total do crédito; (c) 30% de hipoteca sobre o valor do crédito; e (d) 40% de cessão de mensalidades escolares sobre o valor total do crédito. São hipóteses de vencimento antecipado do financiamento: (i) não realização do projeto objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos em finalidade diversa da contratada; (iii) falsidade de declaração e/ou informação prestada pela beneficiária; (iv) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária ou de suas controladoras, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle ou que importem restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento, de acesso a novos mercados ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contrato; (iv) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária e/ou avalistas e devedores solidários; (v) mudança ou transferência do controle societário da beneficiária, bem como nas hipóteses de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro fato que, a critério do BNDES/FINAME, importe da redução da capacidade para o cumprimento das obrigações contratuais; entre outros. Nas hipóteses (i) e (ii), a beneficiária ficará sujeita ao pagamento de multa no valor de 10% incidente sobre o montante de recursos não aplicados na forma contratualmente ajustada, substituindo os encargos financeiros contratuais pela aplicação sobre o saldo devedor já acrescido da multa de 10% do percentual de 150% do CDI, informados pela CETIP, verificados no período de inadimplemento a partir das datas em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito. Com a intervenção do BACEN no Banco Santos S.A., em novembro de 2004, houve uma interrupção no cronograma pré-estipulado de desembolso do projeto, fazendo com que a Companhia utilizasse apenas R\$1,2 milhão do crédito liberado, os quais mantiveram as mesmas condições de carência, prazo e taxa. A implantação restante do campus foi realizada com capital próprio.

Em 24 de março de 2004, celebramos contrato de parceria com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco"), com prazo de vigência até 24 de março de 2009, por meio do qual as partes acordaram exclusividade na oferta e distribuição de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, com preços e taxas mais competitivas do que as praticadas pelo mercado financeiro. Dentre tais produtos e serviços, podemos destacar a folha de pagamento dos funcionários, a emissão de boletos de cobrança, oferecimento de conta corrente para alunos e funcionários dentro da instituição, entre outros, além de oferecer prioridade em outros produtos e serviços financeiros. Como resultado dessa parceria, o Unibanco nos disponibilizou uma linha de crédito para o gerenciamento de contas a pagar e receber no valor total de R\$40,00 milhões cujas condições, tais como taxa, prazo e garantia podem ser revistas pelo Unibanco a cada três meses. Além disso, restou acordado que o Unibanco passaria a ser o nosso principal e preferencial provedor de serviços financeiros. Em relação a essa parceria, recebemos antecipadamente o montante de R\$4,00 milhões para serem compensados no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes. Não foram prestadas quaisquer garantias por ocasião da celebração desse contrato. Em 3 de agosto de 2006, celebramos termo aditivo para prorrogar este contrato de parceria por mais cinco anos. Em decorrência disso, recebemos antecipadamente o valor de R\$16,90 milhões, sendo R\$15,95 milhões referentes à exclusividade e R\$954 mil pela campanha de abertura de contas correntes. O valor recebido em razão da exclusividade foi contabilizado como 'resultado de exercícios futuros' e será convertido em receita, mensalmente, ao longo dos cinco anos de prorrogação. Não obstante, o contrato pode ser rescindido automaticamente por qualquer das partes em caso de (i) não cumprimento, por qualquer das partes, de qualquer de suas respectivas obrigações; (ii) ocorrência de procedimento judicial ou extrajudicial que afete nossa prestação de serviços educacionais; ou (iii) requerimento ou decretação de falência de qualquer das partes.

Ainda no ano de 2004, celebramos três contratos de empréstimo (capital de giro) com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., no valor total de R\$6,7 milhões, todos com vencimento em 24 de agosto de 2007. O valor dos empréstimos serão acrescidos de encargos pré-fixados (taxa efetiva mensal de 1,83%), pós-fixados (aplicação da TR e taxa efetiva mensal de 1,83%) e flutuantes. As partes poderão considerar automaticamente rescindidos os contratos de empréstimo e antecipadamente exigíveis as obrigações neles previstas, além das hipóteses previstas em lei, como resultado do descumprimento das obrigações pactuadas, inclusive a falta de entrega de documentos necessários para a sua completa formalização ou das garantias e se qualquer das partes sofrer procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações contratuais. Sem prejuízo do vencimento antecipado, ocorrendo impontualidade no pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, à comissão de permanência, calculada de acordo com as normas do Banco Central, nunca inferior à taxa efetiva mensal e aos juros de 1% ao mês, além de multa de 10% calculada sobre o débito em atraso. Foram apresentadas diversas notas promissórias com garantia aos contratos de empréstimo.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Contratos de Mútuo

Atualmente, somos parte em 16 contratos de mútuo firmados com SESSE, SESAL, UNEC e SESAP, por meio dos quais disponibilizamos uma linha de crédito a tais sociedades no valor total de R\$37,0 milhões. O pagamento dos valores emprestados deverão ser feitos em uma única parcela na data de vencimento do contrato. Em 31 de março de 2007, o saldo credor resultante das retiradas realizadas pelas sociedades mutuárias somava aproximadamente R\$7,3 milhões.

Adicionalmente, também firmamos quatro contratos de mútuo, através dos quais disponibilizamos para o nosso Acionista Controlador um valor total de aproximadamente R\$3,4 milhões. O pagamento dos valores emprestados deverão ser feitos em uma única parcela na data de vencimento do contrato. Em 31 de março de 2007, o saldo credor resultante das retiradas realizadas pelo Acionista Controlador somava aproximadamente R\$1,2 milhão.

Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2007, éramos parte em 502 contratos de arrendamento mercantil, firmados com Banco Bradesco S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S. A., Banco Itaú S.A., ABN AMRO Real, Banco Safra S.A. e Banco do Brasil no valor total de R\$26,2 milhões, com um saldo a pagar de R\$14,3 milhões e com último vencimento em 09 de março de 2010. No âmbito de todos os contratos, os valores devidos devem ser pagos em 36 parcelas e as taxas de juros variam de 1,10% a.m. até 1,97% a.m. Os contratos de arrendamento mercantil foram celebrados, na sua maioria, para a aquisição de livros, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento de nossas atividades.

OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS CONTABILMENTE

Atualmente não temos operações não registradas contabilmente.

EVENTOS SUBSEQÜENTES A 31 DE MARÇO DE 2007

Em 07 de abril de 2007, firmamos um Memorando de Intenções com o nosso Acionista Controlador e com os acionistas Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti e Vasconcelos, na qualidade de sócios da Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. – SESSE, da Sociedade de Ensino Superior de Alagoas S/C Ltda. - SESAL, da União Nacional de Educação e Cultura – UNEC, da Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda. – SESAP, da *Asociación de Estudios Superiores de Las Américas* e da *Escuela de Informática SRL*, objetivando a aquisição, mediante pagamento em dinheiro, de tais sociedades a valor patrimonial contábil tão logo estas apresentem patrimônio líquido positivo. Acreditamos que tais aquisições se efetivem até o final de 2008.

Em maio de 2007, firmamos um Memorando de Entendimento para a aquisição das sociedades mantenedoras Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda., sendo que as unidades dessas sociedades localizadas na cidade de São Paulo compõem o Centro Universitário Radial. O preço de aquisição será de R\$ 5,0 mil por aluno regularmente matriculado, e um prêmio de retenção variável, que poderá atingir até R\$ 1,0 mil por aluno matriculado, de acordo com o resultado econômico dessas sociedades. A conclusão desta operação depende do atendimento de diversas condições precedentes, dentre as quais a conclusão do procedimento de auditoria legal e a conclusão, com sucesso, da Oferta. Atualmente tais condições não tinham sido atendidas. A Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. é uma instituição de ensino com mais de 40 anos de existência,

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

contando com cinco *campi* na cidade de São Paulo, com mais de 8,7 mil alunos. As sociedades também possuem 1 campus na região do ABC paulista, com mais de 400 alunos e 1 campus em Curitiba, com mais de 1,2 mil alunos, num total de mais de 10,3 mil alunos. A Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda. mantém a Faculdade Radial Curitiba com 1.200 alunos. O perfil dos alunos é composto, em sua maioria, por estudantes de média e média-baixa renda. Mais de 85% dos alunos trabalham regularmente. A média da faixa etária dos estudantes está situada entre 21 e 26 anos. Esses alunos distribuem-se em cursos presenciais técnicos, cursos presenciais de graduação (graduação tecnológica e graduação tradicional) e em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos de graduação tradicional têm mensalidade média de R\$ 480,00 e os cursos de graduação tecnológica têm mensalidade média de R\$ 430,00 com base nas mensalidades previstas para o segundo semestre de 2007. Dentre os cursos técnicos, destacamos informática, sistemas de informação, administração, automação industrial/mecatrônica e de *marketing* comercial; dentre os cursos de graduação tradicional, destacamos engenharia elétrica com ênfase em eletrônica, engenharia de produção, comunicação social, que inclui habilitação em jornalismo e habilitação em publicidade e propaganda, pedagogia, administração, ciências contábeis, direito e educação física; e dentre os cursos de graduação tecnológica, destacamos automação industrial, comunicação institucional, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão da tecnologia da informação, *marketing*, redes de computadores, logística, comércio exterior, análise e desenvolvimento de sistemas, design gráfico, gestão da qualidade, processos gerenciais, gestão da tecnologia da informação e gestão jurídica que estão sendo ofertados para o segundo semestre de 2007.

INFORMAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS SOBRE RISCOS DE MERCADO

Nossos custos e despesas operacionais são referenciados a índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA e à nossa receita. Como prestadores de serviços, os nossos custos e despesas com pessoal são os mais significativos. Os custos diretos dos serviços prestados, que incluem o pessoal docente e os custos diretos nas nossas unidades, são os mais representativos, alcançando 59,2% das nossas receitas líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e 56,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. As nossas demais despesas das atividades representam 32,6% das nossas receitas líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e 27,0% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Dentro destas despesas, as despesas gerais e administrativas, que incluem pessoal administrativo, representam 27,9% das nossas receitas líquidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e 25,6%, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente com base em acordos coletivos celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o INPC como parâmetro para as suas negociações. No caso das instituições de ensino superior este valor em algumas cidades, dependendo do sindicato, é acrescido de 1% no salário base (além do dissídio coletivo) a cada ano (caso do Rio de Janeiro).

Em 31 de março de 2007, tínhamos contratos em moeda estrangeira (euros) para o curso de gastronomia com a *Alain Ducasse Formation*, e para o curso de hotelaria com a *École Hoteliere de Lausanne*.

Em 31 de março de 2007, não tínhamos endividamento com juros flutuantes, sendo todos pré-fixados. Na hipótese de uma eventual desvalorização do real, moeda utilizada para a cobrança das mensalidades dos cursos por nós oferecidos, corremos o risco de não conseguirmos reajustar os preços de nossos cursos. O atual movimento de valorização do real (desvalorização do dólar) que está acontecendo nos últimos meses tem nos beneficiado um pouco, pois, conforme demonstrado, acima mantemos contratos, ainda que com pequena expressividade, em moedas estrangeiras.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE OS NOSSOS RESULTADOS

EBITDA

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2006

O nosso EBITDA aumentou em 19,5% passando de R\$34,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006 para R\$41,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007. Os principais determinantes para a variação do nosso resultado operacional foram: um aumento da receita líquida em 4,2% apesar do aumento de impostos na mantenedora SESES, um aumento dos custos diretos dos serviços prestados em 3,3% e uma redução das despesas das atividades em apenas 8,7%, apesar de majoradas em 2007 pela carga tributária que passou a ser paliçada na SESES a partir de fevereiro de 2007.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005

O nosso EBITDA aumentou em 72,9%, passando de R\$55,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R\$95,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Os principais determinantes para a variação do nosso resultado operacional foram: um aumento da receita líquida em 8,8%, decorrente do efeito da manutenção do número de alunos e do aumento da mensalidade média, além de um aumento dos custos diretos dos serviços prestados em 3,4% e das despesas das atividades em 2,8%, fruto dos diversos projetos e iniciativas de redução de custos, otimização e reduções de custo de pessoal, tanto docente quando administrativo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004

Em 2005, passamos a gerar resultado operacional, passando de um EBITDA negativo de R\$14,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para um EBITDA positivo de R\$55,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Os principais determinantes para a variação do nosso resultado foram (i) um aumento da receita líquida em 20,0%, decorrente do efeito combinado do crescimento do número de alunos e do aumento da mensalidade média, e (ii) um controle dos custos diretos dos serviços prestados e das despesas das atividades que aumentaram 9,4% e 9,6%, respectivamente, abaixo da inflação de 12,4% em 2004 (IGP-M).

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA

Se não tivermos condições de atrair e reter alunos, ou não conseguirmos assim proceder sem reduzir nossas mensalidades, nossas receitas poderão ser reduzidas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de alunos matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter alunos depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infra-estrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais alunos, essa capacidade é afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) preparar adequadamente nossos alunos para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (v) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; e (vi) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais alunos. Se não tivermos condições de continuar atraindo alunos para que se matriculem em nossos cursos e reter nossos atuais alunos sem reduzir de forma significativa nossas mensalidades, nossas receitas poderão diminuir e poderemos ser prejudicados.

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico que operamos, e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder nossa participação de mercado e nossa lucratividade poderá ser prejudicada.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados, bem como com alternativas ao ensino superior, tais como as entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com o Ministério da Educação ("MEC"), havia 2.183 instituições de ensino superior privadas e públicas no Brasil em 2006. Alguns de nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes aos oferecidos por nós e, ao mesmo tempo, contar com mais recursos ou ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infra-estrutura ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a reduzir nossas mensalidades ou aumentar nossas despesas operacionais como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. Conseqüentemente, nossas receitas e lucratividade poderão diminuir. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou de outro modo responder às pressões competitivas com eficiência, nossa lucratividade poderá ser comprometida, poderemos perder nossa participação de mercado e ser prejudicados.

Se os nossos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS vierem a ser cancelados, poderemos vir a ser obrigados a pagar valores significativos a título de tributos e contribuições.

A Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá ("SESES") foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 9 de fevereiro de 2007, quando foi transformada em sociedade com fins lucrativos. Portanto, até esta data, gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos federal e estadual. Nesse período, ainda, a SESES usufruiu do benefício de isenção de pagamento da cota patronal do Instituto Nacional do seguro Social ("INSS") incidente sobre a folha de pagamento.

Um dos requisitos para a fruição de tal isenção é a obtenção, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, o qual deve ser

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

renovado trianualmente, e cuja obtenção demanda o atendimento a determinados requisitos. Durante o período em que gozou de isenção quanto ao pagamento, a SESES obteve e manteve tal certificado.

A SESES tem sido questionada pelo INSS quanto às renovações dos CEBAS concedidas relativamente aos triênios de 2000 a 2003, e de 2003 a 2006. Nesse sentido, a Secretaria da Receita Previdenciária apresentou recursos ao Ministro da Previdência Social, objetivando desconstituir as duas últimas referidas renovações do CEBAS concedidas pelo CNAS sob a alegação de desatendimento dos requisitos para sua concessão. Tais recursos se encontram pendentes de decisão pelo Ministro da Previdência Social.

Considerando que o CEBAS é, na ótica das autoridades fiscais, imprescindível à fruição da imunidade/isenção, na eventualidade de seu cancelamento relativamente a determinado período, não apenas os valores relativos aos questionamentos do INSS, mas ainda todos os demais tributos e contribuições devidos por sociedades empresárias poderão vir a ser exigidos da SESES pelas autoridades fiscais, retroativamente e acrescidos dos encargos monetários. Contudo, nosso entendimento, baseado em pareceres solicitados por nós a renomados especialistas, é de que as chances de obtermos uma decisão final desfavorável relativamente aos questionamentos formulados pelo INSS ora em curso são remotas.

Caso, como resultado dos processos administrativos em andamento, se confirme o cancelamento dos referidos certificados, e o posicionamento do INSS prevaleça no âmbito administrativo e judicial, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser afetados significativamente.

A Receita Federal Brasileira tem demonstrado uma posição que poderá impor potenciais tributos como resultado de nossa recente transformação de uma sociedade sem fins lucrativos para uma sociedade com fins lucrativos que, se mantida na esfera judicial, poderá resultar no pagamento, por nós, de tributos significantes e em outras conseqüências adversas.

A SESES foi constituída como sociedade civil e reconhecida como sociedade beneficente sem fins lucrativos em 1974, por meio de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, situação que legalmente perdurou até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade empresarial limitada com fins lucrativos.

Em certas respostas a consultas feitas por terceiros a Receita Federal do Brasil, esta tem informado que a sociedade civil sem fins lucrativos deveria ser extinta, por meio da baixa de seus atos perante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas e, posteriormente, inscrita perante a Junta Comercial competente, oportunidade em que seria constituída uma nova pessoa jurídica.

Nesse sentido, caso haja divergência quanto à avaliação e à classificação dada ao nosso patrimônio quando da transformação da sociedade civil sem fins lucrativos em uma sociedade empresarial com fins lucrativos, a Receita Federal do Brasil pode vir a apurar o eventual ganho de capital da sociedade civil sem fins lucrativos na devolução do capital aos sócios, bem como o eventual ganho de capital dos sócios ao integralizar os bens na nova sociedade empresarial com fins lucrativos.

Desta forma, a Receita Federal do Brasil poderá vir a nos autuar e exigir o pagamento de eventuais tributos devidos por nós. Caso o entendimento da Receita Federal do Brasil venha a se confirmar na esfera administrativa e judicial, podemos ser obrigados a pagar tais tributos, o que poderá afetar significativamente nossos resultados.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

As dificuldades em abrir, integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades podem prejudicar nossos objetivos estratégicos.

Nossa estratégia inclui a expansão por meio da abertura de novas unidades e da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão criará desafios significativos em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e da garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, de nossa qualidade de ensino. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões de qualidade atuais, poderemos perder nossa participação de mercado e ser prejudicados.

A abertura de novas unidades representa desafios únicos e exigirá que façamos investimentos importantes em infra-estrutura, *marketing* pessoal e outras despesas pré-operacionais. Esses desafios incluem a identificação de locais estratégicos, negociação da aquisição ou locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), obtenção de licenças de funcionamento, contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte. Também somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar o credenciamento de nossos novos cursos no MEC a fim de expedir diplomas e certificados aos nossos alunos. Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar e instalar nossas unidades em condições economicamente eficientes ou obter essas autorizações ou credenciamentos de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, poderemos ser prejudicados.

Poderemos enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações de quaisquer unidades adquiridas às operações das unidades existentes, tais como a administração de um número maior de funcionários dispersos geograficamente e a criação e a implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes com eficiência, além de custos de integração elevados. Os benefícios que prevemos obter com as aquisições podem não ser alcançados, se não conseguirmos integrar, ou conseguirmos de maneira insuficiente, as unidades adquiridas em nossas operações e administrar, divulgar e aplicar a elas nossa estratégia de negócios. Poderemos não ser capazes de integrar o corpo docente e os funcionários com experiência profissional e culturas corporativas diferentes, e nosso relacionamento com os funcionários, atuais e os novos, inclusive professores, pode ser prejudicado. Se não formos capazes de administrar nosso crescimento com eficiência, nosso negócio poderá ser prejudicado significativamente.

Podemos não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir nossos objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

Pretendemos adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de nossas operações. Com frequência, realizamos avaliações de possíveis instituições para aquisição, inclusive avaliações relativas a aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. Podemos não ser capazes de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou de adquirir tais instituições em termos favoráveis.

Além disso, as aquisições realizadas e as futuras envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a imagem de nossa instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”);

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

●podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das instituições-alvo, bem como outras questões regulatórias relativas ao MEC;

●o processo de aquisição pode ser demorado e, até certo ponto, a atenção de nossa administração pode ser desviada de nossas operações;

●os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;

●a estrutura de custos das instituições adquiridas poderá ser diferente da nossa, e podemos não ser capazes de adequar tais estruturas à nossa;

●as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de nosso lucro líquido e dividendos; e

●podemos perder membros do corpo docente das instituições de ensino que viermos a adquirir.

Poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão. Se não conseguirmos obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar nossos planos de expansão, não teremos condições de implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Segundo a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, qualquer operação que afete o mercado brasileiro e resulte em uma concentração de participação de mercado igual ou superior a 20% de qualquer mercado relevante ou que envolva qualquer empresa ou grupo de empresas com receita bruta anual total de R\$400 milhões ou superior, deve ser analisada e aprovada pelo CADE. O CADE deve determinar se a operação específica prejudicaria as condições competitivas nos mercados em que operamos ou prejudicaria os consumidores nesses mercados, embora o CADE jamais tenha feito tal determinação no setor de ensino superior. O CADE pode desaprovar as futuras aquisições ou pode impor obrigações dispendiosas sobre as instituições de ensino superior como condição à aprovação dessas aquisições, tais como alienação de parte de suas operações ou restrições sobre como operam ou comercializam seus serviços, fatos que podem prejudicar seus resultados operacionais e a sua situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podemos não ser capazes de reter ou substituir por pessoas com a mesma experiência e qualificação.

Grande parte de nosso sucesso futuro depende das habilidades e esforços de nossa administração. Remuneramos alguns membros de nossa administração com base em salários fixos e bônus de desempenho, em observância aos padrões geralmente praticados no mercado, a fim de reter pessoal altamente qualificado. Contudo, os nossos administradores poderão se afastar no futuro. Se qualquer de nossos administradores nos deixar, podemos não ser capazes de substituí-los por profissionais igualmente qualificados. A perda de qualquer membro de nossa administração e nossa incapacidade de substituí-los por profissionais com a mesma experiência e qualificação poderão ter um efeito prejudicial significativo sobre nosso negócio.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades poderá nos afetar negativamente.

Dependemos do pagamento integral e pontual das mensalidades que cobramos de nossos alunos. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para minimizar a desistência de nossos cursos, recompomos débitos, muitas vezes com desconto, de forma seletiva a alunos

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

inadimplentes, permitindo que eles paguem suas mensalidades em parcelas. Podemos optar por recompor mais débitos com desconto a determinados alunos inadimplentes como forma de retê-los. O aumento de atrasos dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades ou de recomposição de débitos pode afetar nosso fluxo de caixa e nosso negócio.

Podemos ser responsabilizados por eventos extraordinários que possam ocorrer em nossas unidades

Podemos ser responsabilizados por atos de diretores, professores, entre outros funcionários, em nossas unidades de ensino. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos aos alunos dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos, de outro modo, responsáveis pela lesão. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio sexual ou outros atos ilícitos. Nossa cobertura de seguro pode (i) não ser suficiente para nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações ou (ii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que malsucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão, envolver despesas substanciais e desviar tempo e atenção de nossa administração.

Se não conseguirmos manter a qualidade de nosso ensino em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

Os nossos professores são importantes para manter a qualidade de nossos cursos e para nossa reputação, uma vez que interagem com nossos alunos diariamente. Procuramos atrair professores qualificados que tenham conhecimento sólido dos assuntos que abordam em nossos cursos e que tenham condições de oferecer instrução inovadora e inspiradora aos nossos alunos, nos termos dos seus projetos pedagógicos. Também oferecemos treinamento freqüente aos nossos professores a fim de mantê-los atualizados com as tendências e evoluções dos nossos cursos, de acordo com as exigências dos alunos. A qualidade dos projetos pedagógicos dos nossos cursos e a infra-estrutura de nossas unidades são também componentes fundamentais de nossa qualidade de ensino. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade, especialmente pelo fato de continuarmos expandindo geograficamente nossas operações. Da mesma forma, não podemos garantir que encontraremos imóveis com infra-estrutura adequada em nosso processo de expansão ou que conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível de excelência para novos cursos. A falta de professores qualificados, infra-estrutura adequada, projetos pedagógicos de excelência para novos cursos ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Além disso, nós e nossos alunos somos freqüentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Podemos ter nossas matrículas reduzidas e sermos prejudicados em virtude da percepção da queda na qualidade do ensino que oferecemos, se nossas unidades e cursos ou nossos alunos receberem do MEC notas inferiores em qualquer de suas avaliações.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR DE ENSINO SUPERIOR

O setor de ensino superior está sujeito a diversas leis e regulamentos.

O setor de ensino superior está sujeito a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (“CNE”), pelo Instituto Nacional de Pesquisa (“INEP”) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”). Em 1996, o Governo Federal promulgou a Lei de Diretrizes e Bases que delegou poderes ao governo federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação dos cursos superiores. As faculdades e os centros universitários dependem de prévio credenciamento no MEC para poder operar, os cursos oferecidos pelas faculdades devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos alunos depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

Podemos não ser capazes de cumpri-los e manter nossos credenciamentos, autorizações e reconhecimentos válidos no futuro. Se não cumprirmos com essas exigências regulatórias, o MEC poderá impor restrições sobre nossas operações, cancelar nossa capacidade de emitir diplomas e certificados e revogar nosso credenciamento, e cada um desses itens poderá prejudicar nossa situação financeira e resultados operacionais.

As leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil podem ser, no futuro, revistas e alteradas, inclusive com a criação de novas obrigações ou tornando as atuais mais rigorosas. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente por mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas; (ii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade; (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente; (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos; e (v) exigências de infra-estrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras.

O Projeto de Lei nº 7200/2006, também conhecido como Projeto de Reforma Universitária, está atualmente em fase de discussão no Congresso Nacional. Para uma descrição das principais mudanças propostas por esse projeto de lei, inclusive a exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto nas sociedades mantenedoras das instituições de ensino superior com fins lucrativos sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros, natos ou naturalizados. Não podemos prever se essa reforma será alterada ou aprovada, nem podemos prever seu impacto sobre nossos negócios e sobre o segmento de ensino superior em geral.

Órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos ou instaurar ações judiciais contra instituições de ensino superior.

Pelo fato de uma instituição de ensino superior operar em um setor altamente regulamentado, órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos e instaurar ações judiciais contra ela pelo não-cumprimento das normas regulatórias. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis às instituições de ensino superior, ou se a referida instituição de ensino superior não puder se defender com sucesso, esta poderá ser obrigada a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeita a multas, restrições, liminares ou outras penalidades. Mesmo que a instituição de ensino superior aborde de maneira adequada as questões levantadas pela fiscalização de determinado órgão ou se defenda de um procedimento administrativo ou uma ação judicial, poderá ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

procedimentos ou para se defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais. Os procedimentos administrativos e ações judiciais instaurados contra a instituição de ensino superior podem prejudicar sua reputação, mesmo que não tenham fundamento.

As instituições de ensino superior privadas poderão ser prejudicadas se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, o Governo Federal deve priorizar investimentos públicos no ensino fundamental e médio e estimular investimentos no ensino superior por entidades privadas. Em razão de restrições orçamentárias, os recursos públicos disponíveis para oferecer oportunidades de ensino superior a jovens adultos já inseridos no mercado de trabalho são limitados. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar o nível de investimentos públicos no ensino superior em geral e transferir os recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para determinadas instituições de ensino superior públicas ou privadas acessíveis a jovens adultos de baixa renda já inseridos no mercado de trabalho, aumentando a concorrência que enfrentamos. A criação e a expansão, pelas universidades federais e estaduais, das políticas de quotas para instituições de ensino superior públicas utilizando critérios sócio-econômicos também podem aumentar a concorrência que enfrentamos. Além disso, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos no ensino fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos alunos que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda por seus cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá prejudicar as instituições de ensino superior, incluindo nós.

As instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários das instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou os acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual, são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas das instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. As instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de contratos coletivos para suas mensalidades, o que poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre seus negócios. As instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários.

Qualquer aumento nas taxas de evasão que o setor de ensino superior vier a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Possíveis desvios no histórico de evasão das instituições de ensino superior, motivadas, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais alunos, podem afetar o número de matrículas realizadas, não sendo suficientes para atingir as receitas esperadas por tais instituições. Qualquer aumento nas taxas de evasão que o setor de ensino superior vier a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Se as instituições de ensino superior perderem os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pelo PROUNI, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Por meio do Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), tais instituições de ensino superior, como nós, são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica. Tais instituições de ensino superior podem ser desqualificadas do PROUNI e perder suas isenções fiscais se não cumprirem determinadas exigências. Se as instituições de ensino superior perderem suas isenções fiscais ou se não conseguirem cumprir outras exigências mais rígidas que venham a ser introduzidas no futuro, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados significativamente.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Esse envolvimento, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode ter um efeito prejudicial sobre nossas atividades, nossos negócios ou o preço de negociação de nossas Units.

O governo brasileiro tem intervindo com frequência na economia e ocasionalmente faz mudanças drásticas na política econômica. Para influenciar o curso da economia do Brasil, controlar a inflação e implementar outras políticas, o governo brasileiro tem tomado várias medidas, inclusive o uso de controles salariais e de preço, desvalorizações de moeda, controles do fluxo de capitais, limites sobre importações e congelamento de contas bancárias. Não temos como controlar e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá tomar ou criar no futuro. Nossos negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais, perspectivas e o preço de negociação de nossas Units podem ser prejudicados significativamente por mudanças nas políticas e regulamentos do governo, bem como outros fatores, tais como:

- flutuação cambial;
- inflação;
- taxas de juros;
- políticas monetárias;
- mudanças nos regimes fiscais;
- liquidez dos mercados de capital e de crédito domésticos;
- política fiscal;
- instabilidade política;
- reduções de salários e níveis de renda;
- aumentos nas taxas de desemprego;

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

●controles e restrições cambiais sobre remessas para o exterior; e

●outras ocorrências políticas, diplomáticas, sociais ou econômicas no Brasil ou que o afetem.

No passado, o desempenho da economia brasileira sofreu o impacto da situação política do país. Historicamente, as crises e escândalos políticos afetaram a confiança de investidores e do público em geral e prejudicaram o desenvolvimento da economia e do preço de mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Além disso, em virtude da eleição presidencial realizada em outubro de 2006, o novo Governo Federal brasileiro poderá procurar implementar novas políticas. Não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo Federal brasileiro e se elas prejudicarão a economia, nossos negócios ou o nosso desempenho financeiro. Não podemos prever se o governo brasileiro intervirá na economia brasileira no futuro. As medidas governamentais podem prejudicar nossos negócios, provocando redução na demanda por nossos serviços, aumento de nossos custos ou restrição de nossa capacidade de prestar serviços. Ademais, as incertezas e os escândalos políticos, a instabilidade social e outras ocorrências políticas ou econômicas podem ter um efeito prejudicial sobre nós.

A inflação e as medidas do governo para combater a inflação poderão ter um efeito prejudicial sobre a economia brasileira, sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro, nossas atividades e operações e sobre o valor de mercado de nossas Units.

Historicamente, o Brasil tem registrado taxas de inflação elevadas. De acordo com o IGP-M, publicado pela FGV, as taxas de inflação sobre os preços em geral no Brasil foram de 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005 e 3,9% em 2006. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlá-la tiveram efeitos negativos substanciais sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo para controlar a inflação, juntamente à especulação a respeito de possíveis medidas futuras, contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. As medidas a serem tomadas pelo governo no futuro, inclusive alteração nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real poderão provocar aumento da inflação. Se o Brasil apresentar inflação significativa no futuro, nossos custos poderão aumentar e nossas margens operacional e líquida poderão diminuir. O Brasil poderá apresentar altos níveis de inflação no futuro que poderão levar a novas intervenções do governo na economia, inclusive a introdução de políticas que podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais e conseqüentemente o valor de mercado das nossas Units.

Controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior poderão afetar negativamente os detentores de nossas Units.

A legislação brasileira prevê que sempre que existir ou houver possibilidade de um desequilíbrio na balança de pagamentos do País, o Governo Federal poderá impor restrições temporárias à remessa a investidores estrangeiros do produto de seu investimento no Brasil (como aconteceu durante aproximadamente seis meses em 1989 e início de 1990) e a conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira. Quaisquer dessas restrições poderão impedir que os detentores de nossas Units convertam dividendos, distribuições ou o produto da venda desses valores mobiliários em dólares norte-americanos ou outras moedas que não o real e os remetam para o exterior. A imposição dessas restrições também poderá ter um efeito adverso significativo sobre o valor de mercado de nossas Units.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre nossas atividades e resultados operacionais.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O Banco Central estabelece a taxa básica de juros do sistema financeiro brasileiro por referência ao nível de crescimento econômico, o nível de inflação e outros indicadores. De fevereiro a julho de 2002, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 19% para 18%. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o Banco Central elevou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, até alcançar 26,5% em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros continuou a aumentar até junho de 2003, quando teve início o processo de redução. Subseqüentemente, a taxa básica de juros sofreu outras variações e em dezembro de 2006 chegou a 13,25%, tendo sido a taxa de juros reduzida nos três primeiros meses de 2007 para 12,75%. Em 31 de dezembro de 2006, aproximadamente 100% de nossos empréstimos em aberto estavam denominados em reais ou sujeitos à flutuação de taxas como a TJLP e o CDI. Qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda de nossos cursos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais. Qualquer aumento das taxas de juros pode reduzir o ritmo de expansão da economia, elevando o desemprego e, por conseqüência, diminuindo a demanda pelos nossos cursos por focarem principalmente em jovens trabalhadores de média e média baixa renda.

Acontecimentos em outros países poderão ter um impacto negativo sobre a economia brasileira e sobre o valor de mercado de nossas Units.

As condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive a América Latina e outros países emergentes, poderão influenciar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Embora as condições econômicas desses países possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países poderão ter um efeito adverso sobre o preço de mercado dos valores mobiliários de emissoras brasileiras. Crises em outros países emergentes poderão reduzir o entusiasmo do investidor por valores mobiliários de emissoras brasileiras, inclusive os nossos, o que poderia afetar negativamente o valor de mercado das nossas Units. Adicionalmente, a economia brasileira é afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor nos mercados de capital brasileiros, afetando negativamente o preço das nossas Units.

EMPREGADOS

Em 31 de março de 2007, tínhamos um total de 12.329 empregados, sendo 8.235 em nossas unidades do Estado do Rio de Janeiro e 4.094 espalhados nas demais unidades.

Corpo Docente

Em 31 de março de 2007, nosso corpo docente atingiu o número de 7.600 professores, dos quais 4.958 estão em nossas unidades do Rio de Janeiro e 2.642 nas demais unidades.

Os integrantes do nosso corpo docente têm credenciais acadêmicas e experiência profissional e oferecem aos alunos uma formação voltada às exigências do mercado de trabalho que complementa a visão acadêmica. A promoção para níveis superiores de carreira é medida por acréscimo de titulação, tempo de serviço na instituição e produção acadêmica.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O método utilizado para seleção de docentes inicia-se mediante necessidade de preenchimento de vaga por motivo de substituição ou de aumento de quadro, tendo como condição necessária a previsão orçamentária de novos colaboradores. O aumento de quadro, sem previsão no orçamento, é realizado somente com autorização da Diretoria de Administração de Pessoal. Os casos de substituição de colaboradores devem ser justificados pelo responsável da área e confirmados pela área de remuneração e benefícios/Diretoria de Administração de Pessoal. O processo de seleção é definido pela Diretoria de Desenvolvimento em conjunto com a área requisitante, a qual tem a responsabilidade final pela escolha do candidato. Ainda, para o cumprimento da política de admissão, constam categorias de portadores de deficiência, pessoas acima de 50 anos, alunos, ex-alunos e parentes que deverão ser priorizados.

Acreditamos que oferecemos uma política de remuneração competitiva que busca atrair e reter talentos, e reconhecer os esforços e as realizações dos profissionais do corpo docente.

Serviços de Apoio Acadêmico / Administrativo

Em 31 de março de 2007, tínhamos um total de 4.729 integrantes de nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo, sendo 3.277 em nossas unidades do Estado do Rio de Janeiro e 1.452 espalhados nas demais unidades.

Nossa equipe de apoio acadêmico/administrativo desempenha um papel importante em nosso crescimento. Buscamos contratar profissionais qualificados que atendam nossos padrões éticos.

Além disso, desenvolvemos e mantemos programas de relacionamento com empresas parceiras que são contratadas para desempenhar determinadas funções que não fazem parte de nossas principais atividades. Adotamos um rígido regime de controle de gestão administrativa, que serve de apoio à nossa atividade principal que é o ensino. Damos especial atenção à área de recursos humanos, capacitando e selecionando empregados e colaboradores, a fim de servir com eficiência e diligência aos nossos alunos.

Empregados por Categoria e por Unidade

A tabela abaixo apresenta o número de empregados separados por categoria (docentes e administrativos) e oportunidade em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006.

Benefícios

Oferecemos aos nossos empregados os benefícios de vale transporte; bolsa de estudos integral; cartão farmácia consignado; cartão de crédito consignado; cartão supermercado consignado e empréstimo consignado.

INSTRUMENTOS COLETIVOS DE TRABALHO

Mantemos bom relacionamento com os sindicatos aos quais nossos empregados são representados. Nosso relacionamento com empregados está sujeito aos termos e condições definidos nas convenções coletivas de trabalho celebradas entre os sindicatos representativos dos empregados e dos empregadores. As convenções coletivas de trabalho são renegociadas anualmente. Todos os nossos empregados são representados por sindicatos. Os principais sindicatos que representam nossos empregados são: o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, Sindicato dos Professores de Nova Friburgo, Sindicato dos Professores de Campos/São João

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

da Barra, Sindicato dos Professores de Petrópolis, Sindicato dos Professores de Niterói/São Gonçalo, Sindicato dos Professores da Região dos Lagos, Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense, Sindicato dos Professores de Macaé e Região, Sindicatos dos Professores de Volta Redonda, Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, Sindicato dos Professores do Estado de Goiás, Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Rio de Janeiro, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Espírito Santo, Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Estado da Bahia, Sindicato dos Professores do Estado do Ceará; Sindicato dos Professores do Estado do Pará; Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco; Sindicatos dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Ceará; Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Juiz de Fora; Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Mato Grosso do Sul; e Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Pará. Somos representados pelo Sindicato Patronal, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro – SEMERJ, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais (Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais), Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino da Região Sudeste de Minas Gerais, Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Goiânia, Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia, Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e de Educação Superior do Ceará; Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso do Sul; e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Pará.

Nas convenções coletivas não há previsão de pagamento de participação nos lucros e resultados. Ao longo dos 37 anos de existência, tivemos paralisação por greve do corpo acadêmico e administrativo apenas no ano de 1987, por cerca de três meses. Esta paralisação se deu por reivindicação salarial dos sindicatos de nossas categorias.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia era de R\$27.073.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 200 milhões de ações, sendo 150 milhões de ações ordinárias e 50 milhões de ações preferenciais. Atualmente, o capital social da Companhia é de R\$295.237.000,00 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 235,7 milhões de ações, sendo 161,9 milhões de ações ordinárias e 73,8 milhões de ações preferenciais. De acordo com nosso Estatuto Social, nosso capital social poderá ser aumentado até o limite de nosso capital autorizado de 1 bilhão de ações, independentemente de aprovação dos acionistas, mediante deliberação do Conselho de Administração. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado. De acordo com o a Lei das Sociedades por Ações, não poderemos emitir partes beneficiárias.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS NOSSAS SUBSIDIÁRIAS

SESES. Foi constituída em 06 de março de 1969 como uma sociedade sem fins lucrativos. No entanto, em 06 de fevereiro de 2007, a sociedade deixou de ser uma sociedade sem fins lucrativos passando a arcar com todos os ônus provenientes de tal decisão. Em 31 de março de 2007, por sua vez, os sócios da SESES, João Uchôa

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Cavalcanti Netto (97%), Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti (1%), André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (1%), decidiram aumentar o seu capital social mediante a integralização de lucros apurados no primeiro trimestre de 2007 e de reservas de capital, que, na ocasião, somavam \$12.108.000,00. Desta forma, o capital social da SESES passou a ser de R\$12.113.000,00, dividido em 12.113.000 quotas com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional. Na mesma data, como resultado de uma reorganização societária do Grupo Estácio, os sócios transferiram suas participações na SESES para a Companhia, que passou a ser detentora de 99,99% de seu capital social (João Uchôa Cavalcanti Netto permaneceu proprietário de 01 quota da sociedade).

SESCE. Foi constituída em 08 de abril de 1996 como uma sociedade sem fins lucrativos. No entanto, em 30 de setembro de 2005, a sociedade deixou de ser uma sociedade sem fins lucrativos passando a arcar com todos os ônus provenientes de tal decisão. Em 31 de março de 2007, por sua vez, os sócios da SESCE, João Uchôa Cavalcanti Netto (97%), Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti (1%), André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (1%), decidiram aumentar o seu capital social mediante a integralização de lucros apurados no primeiro trimestre de 2007 e de reservas de capital que, na ocasião, somavam R\$6.892.000,00. Desta forma, o capital social da SESCE passou a ser de R\$6.897.000,00, dividido em 6.897.000 quotas com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional. Na mesma data, como resultado de uma reorganização societária do Grupo Estácio, os sócios transferiram suas participações na SESCE para a Companhia, que passou a ser detentora de 99,99% de seu capital social (João Uchôa Cavalcanti Netto permaneceu proprietário de 01 quota da sociedade).

SESPE. Foi constituída em 05 de abril de 1996 como uma sociedade sem fins lucrativos. No entanto, em 31 de setembro de 2005, a sociedade deixou de ser uma sociedade sem fins lucrativos passando a arcar com todos os ônus provenientes de tal decisão. Em 31 de março de 2007, por sua vez, os sócios da SESPE, João Uchôa Cavalcanti Netto (97%), Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti (1%), André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (1%), decidiram aumentar o seu capital social mediante a integralização de lucros apurados no primeiro trimestre de 2007 e de reservas de capital que, na ocasião, somavam R\$3.722.000,00. Desta forma, o capital social da SESPE passou a ser de R\$3.727.000,00, dividido em 3.727.000 quotas com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional. Na mesma data, como resultado de uma reorganização societária do Grupo Estácio, os sócios transferiram suas participações na SESPE para a Companhia, que passou a ser detentora de 99,99% de seu capital social (João Uchôa Cavalcanti Netto permaneceu proprietário de 01 quota da sociedade).

SESPA. Foi constituída em 24 de outubro de 2000 como uma sociedade sem fins lucrativos. No entanto, em 30 de setembro de 2005, a sociedade deixou de ser uma sociedade sem fins lucrativos passando a arcar com todos os ônus provenientes de tal decisão. Em 31 de março de 2007, por sua vez, os sócios da SESPA, João Uchôa Cavalcanti Netto (97%), Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti (1%), André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (1%), decidiram aumentar o seu capital social mediante a integralização de reservas de capital que, na ocasião, somavam R\$959.000,00. Desta forma, o capital social da SESPA passou a ser de R\$964.000,00, dividido em 964.000 quotas com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional. Na mesma data, como resultado de uma reorganização societária do Grupo Estácio, os sócios transferiram suas participações na SESPA para a Companhia, que passou a ser detentora de 99,99% de seu capital social (João Uchôa Cavalcanti Netto permaneceu proprietário de 01 quota da sociedade).

STB. Foi constituída em 12 de abril de 1996 como uma sociedade sem fins lucrativos. No entanto, em 30 de setembro de 2005, a sociedade deixou de ser uma sociedade sem fins lucrativos passando a arcar com todos os ônus provenientes de tal decisão. Em 31 de março de 2007, por sua vez, os sócios da STB, João Uchôa Cavalcanti Netto (97%), Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti (1%), André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos (1%), decidiram aumentar o seu capital social mediante a integralização de

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

lucros apurados no primeiro trimestre de 2007 e de reservas de capital que, na ocasião, somavam R\$3.366.000,00. Desta forma, o capital social da STB passou a ser de R\$3.371.000,00, dividido em 3.371.000 quotas com valor nominal de R\$1,00, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional. Na mesma data, como resultado de uma reorganização societária do Grupo Estácio, os sócios transferiram suas participações na STB para a Companhia, que passou a ser detentora de 99,99% de seu capital social (João Uchôa Cavalcanti Netto permaneceu proprietário de 01 quota da sociedade).

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 29/08/2007, a empresa divulgou o anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de 19.864.000 Units (cada Unit representa 01 ação ordinária e 02 ações preferenciais).

As tabelas abaixo contêm informações sobre a composição do capital social da Estácio Participações antes e depois da oferta:

Acionistas	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	(Unid.)	%	(Unid.)	%	(Unid.)	%
Controlador e pessoas ligadas	149.999.997	100,0%	49.999.995	100,0%	199.999.992	100,0%
Administradores						
Conselho de Administração	3	0,0%	5	0,0%	8	0,0%
Diretoria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros Acionistas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total de Ações	150.000.000	100,0%	50.000.000	100,0%	200.000.000	100,0%

Acionistas	Posição em 14 de agosto de 2007					
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
	(Unid.)	%	(Unid.)	%	(Unid.)	%
Controlador e pessoas ligadas	142.054.397	87,7%	34.108.795	46,2%	176.163.192	74,7%
Administradores						
Conselho de Administração	3	0,0%	5	0,0%	8	0,0%
Diretoria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros Acionistas	19.864.000	12,3%	39.728.000	53,8%	59.592.000	25,3%
Total de Ações	161.918.400	100,0%	73.836.800	100,0%	235.755.200	100,0%
Ações em Circulação no Mercado	19.864.000	12,3%	39.728.000	53,8%	59.592.000	25,3%

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CONTRATOS RELEVANTES

Contratos de Prestação de Serviços / Fornecedores

Celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de limpeza, vigilância, *telemarketing* e segurança, para melhor atender as necessidades de nossos alunos e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades. Individualmente, os contratos firmados com nossos prestadores de serviço e fornecedores não têm significativa relevância para o desenvolvimento de nossas atividades destacando-se somente, em razão dos elevados valores geralmente envolvidos, os contratos celebrados com (i) Telemar Norte Leste S.A.; (ii) RKR Administração de Serviços e Bens Ltda.; e (iii) Light Serviços de Eletricidade S.A.

Em 06 de abril de 2003, celebramos contrato de prestação dos serviços de telefonia e internet com a Telemar Norte Leste S.A., em vigência sempre e somente quando houver um Termo Aditivo em vigor ou uma solicitação de serviços em andamento, com vistas a atender aos interesses das partes. A cobrança dos valores devidos pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá ("SESES") será efetuada mediante apresentação mensal de documento fiscal e/ou fatura.

Em 29 de agosto de 2005, celebramos contrato de prestação de serviços com a RKR Administração de Serviços e Bens Ltda., que nos presta serviços de limpeza, vigilância e segurança em nossas unidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro, por prazo indeterminado podendo ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito de 30 dias, sem que tal fato dê ensejo à indenização a qualquer das partes. Em 01 de fevereiro de 2006, celebramos termo aditivo que alterou o valor total da remuneração mensal de R\$75,35 mil para R\$81,58 mil.

Em 26 de julho de 2006, celebramos contrato de fornecimento de energia elétrica com a Light Serviços de Eletricidade S.A., com prazo de vigência de 36 meses, por meio do qual a Light entregará mensalmente à SESES uma fatura de energia elétrica, discriminando o valor correspondente ao fornecimento de energia elétrica e demais encargos estabelecidos pelos Poderes Públicos, para a liquidação na data do vencimento.

As despesas decorrentes de tais contratos são calculadas com base na quantidade de serviços prestados pelos contratados em determinado período. Durante o ano de 2006, tais contratos representaram despesas no valor total de aproximadamente R\$9,9 milhões, R\$6,6 milhões e R\$4,9 milhões, respectivamente.

Em 17 de novembro de 2006, celebramos contrato de prestação de serviços de *Help Desk* (manutenção preventiva e corretiva e substituição de peças defeituosas em nossas unidades) com a Investiplan Computadores e Sistemas Ltda., com prazo de vigência de 12 meses, através do qual ficou acordado que pagaríamos pela prestação dos serviços de *help desk* a quantia mensal de R\$60 mil.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Além disso, em todos esses contratos firmados, as prestadoras de serviços são responsáveis pelos danos ou prejuízos comprovadamente provocados por seus serviços prestados.

Celebramos, ainda, contratos de locação de equipamentos de informática e de condicionamento de ar com a empresa Investiplan Computadores e Sistema Ltda. Procuramos, sempre que possível, firmar esses contratos por um longo prazo, variando em média de 24 a 36 meses, As condições e preços desses contratos não diferem substancialmente dos praticados no mercado, sendo por nós devidos pagamentos mensais consistentes com os serviços prestados. A relevância desses contratos para a companhia decorre principalmente do elevado valor agregado envolvido, uma vez que uma eventual necessidade de substituição de fornecedor pode se

operar com relativa facilidade. Em 2006, os gastos deles decorrentes somaram aproximadamente R\$5,6 milhões.

Em todos os contratos apresentados acima, ocorrendo o não pagamento tempestivo pela contratante, o débito será acrescido de multa moratória de 2% sobre o seu valor total da fatura e de juros moratórios de 1% a.m.

Contratos de Locação de Imóveis

Desenvolvemos nossas atividades em 91 imóveis, dos quais 20 são de nossa propriedade e 71 são alugados.

Os imóveis locados destinam-se ao exercício de atividades relativas ao ensino superior, em nível de cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão e afins. Grande parte de nossas locações são feitas por meio de parcerias com os proprietários dos imóveis onde exercemos nossas atividades. Através destas parcerias, procuramos nos beneficiar da infra-estrutura já existente no local, conforme nossas necessidades específicas, caso a caso. Muitas vezes os proprietários desses imóveis se obrigam a fazer melhorias no local para adequá-los aos nossos padrões de exigência e necessidades.

Neste modelo de parceria, os proprietários compartilham conosco o risco do negócio, posto que o pagamento dos aluguéis é definido com base em um percentual sobre os valores mensais faturados pela unidade instalada no respectivo imóvel. . Nos termos de alguns contratos de locação de imóveis, estamos dispensados da obrigação de pagamento do aluguel do primeiro ao décimo segundo mês. O valor do aluguel geralmente aumenta gradualmente, sendo cobrado em média R\$3,57 mil por mês no início do contrato e alcançando até R\$61,91 mil por mês.

Em caso de mora da SESES quanto ao pagamento do aluguel e acessórios ou encargos de locação, o débito será acrescido de multa moratória de 2% a 10% sobre o seu valor total e de juros moratórios de 1% ao mês. Procuramos, sempre que possível, firmar os contratos de locação por um longo prazo, variando em média de três a 20 anos, e sempre fazemos constar nos contratos que, quando do término do prazo da locação, e se o proprietário não tiver a intenção de renová-la, o imóvel somente será por nós desocupado após o final dos cursos em andamento naquele semestre.

Acreditamos que o modelo de parceria por nós utilizado para ocupação de imóveis de terceiros nos propicia uma maior agilidade na operacionalização da abertura de nossas unidades educacionais e nos garante flexibilidade na estruturação e gestão de nossa rede. Nossas parcerias imobiliárias também reduzem a necessidade de aquisição e imobilização de ativos, com a conseqüente redução de custos.

Parcerias

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 24 de março de 2004, celebramos contrato de parceria com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S. A. ("Unibanco"), com prazo de vigência até 24 de março de 2009, por meio do qual as partes acordaram exclusividade na oferta e distribuição de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, com preços e taxas mais competitivas do que as praticadas pelo mercado financeiro. Dentre tais produtos e serviços, podemos destacar a folha de pagamento dos funcionários, a emissão de boletos de cobrança, oferecimento de conta corrente para alunos e funcionários dentro da instituição, entre outros, além de oferecer prioridade em outros produtos e serviços financeiros. Como resultado dessa parceria, o Unibanco nos disponibilizou uma linha de crédito para o gerenciamento de contas a pagar e receber no valor total de R\$40,00 milhões cujas condições, tais como taxa, prazo e garantia podem ser revistas pelo Unibanco a cada três meses. Além disso, restou acordado que o Unibanco passaria a ser o nosso principal e preferencial provedor de serviços financeiros. Em relação a essa parceria, recebemos antecipadamente o montante de

R\$4,00 milhões para serem compensados no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes. Não foram prestadas quaisquer garantias por ocasião da celebração desse contrato.

Em 3 de agosto de 2006, celebramos termo aditivo para prorrogar este contrato de parceria por mais cinco anos. Em decorrência disso, recebemos antecipadamente o valor de R\$16,90 milhões, sendo R\$15,95 milhões referentes à exclusividade e R\$954 mil pela campanha de abertura de contas correntes. O valor recebido em razão da exclusividade foi contabilizado como 'resultado de exercícios futuros e será convertido em receita, mensalmente, ao longo dos cinco anos de prorrogação. Não obstante, o contrato pode ser rescindido automaticamente por qualquer das partes em caso de (i) não cumprimento, por qualquer das partes, de qualquer de suas respectivas obrigações; (ii) ocorrência de procedimento judicial ou extrajudicial que afete nossa prestação de serviços educacionais; ou (iii) requerimento ou decretação de falência de qualquer das partes.

Parcerias com Instituições Estrangeiras

Em 01 de dezembro de 2005, celebramos contrato de parceria com a *ADF Le Centre de Formation d'Alain Ducasse* (França), em caráter de exclusividade, para a criação da 'Academie Alain Ducasse' no campus da Universidade da Estácio de Sá (RJ) para o curso de gastronomia. Como remuneração, pagamos *royalties* no valor de 150 mil euros anuais, pagos quadrimestralmente. Tal contrato tem prazo de vigência até 20 de dezembro de 2008, podendo ser renovado por mais três anos.

Em 19 de dezembro de 2005, celebramos contrato de colaboração com a *Lausanne Hospitality Consulting* (Suíça), em caráter de exclusividade, para a prestação dos serviços de consultoria para recrutamento e preparação do corpo docente para o curso de administração hoteleira, para renovação da infra-estrutura e equipamentos, e para elaboração de *curriculum*. O pagamento pelo serviço de consultoria é efetuado antecipadamente a cada seis meses no valor de 65,3 mil francos suíços. O contrato foi firmado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de dois meses.

Em 07 de junho de 2006 celebramos contrato de certificação com a *École Hoteliere de Lausanne* (Suíça) para a certificação do programa de estudo no curso de graduação de hotelaria, lecionado no campus da Universidade Estácio de Sá no Rio de Janeiro. O prazo de tal contrato é de três anos, podendo ser renovado automaticamente por mais dois anos. Arcamos com todos os custos necessários para a prestação do serviço por parte da instituição estrangeira, além de um pagamento de uma taxa anual de 400 francos suíços por aluno registrado.

Contratos Financeiros

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Celebramos contratos de financiamento para custear parte dos materiais, equipamentos e mão de obra utilizados na construção e implantação das nossas unidades, visando também à obtenção de capital de giro, a fim de disponibilizarmos adequada infra-estrutura operacional na prestação de serviços de ensino, por meio de negócios jurídicos de (i) mútuo, (ii) cédula de crédito bancário, (iii) arrendamento mercantil, (iv) conta garantida e (v) fiança. A maior parte dos nossos contratos financeiros é garantida por meio de notas promissórias, de hipotecas, de cessão de mensalidades escolares e por avais do Acionista Controlador e do acionista Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti.

Obrigações financeiras relevantes

Empréstimos e Financiamentos

Em 16 de maio de 2003, celebramos Contrato de Abertura de Crédito Fixo BNDES Automático com o Banco Santos S.A. por meio do qual nos foi concedido um crédito com recursos originários de repasses do BNDES (FINAME), a fim de que seja implantado o campus ERNANI ABOIM da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. De acordo com os aditivos celebrados em 30 de junho de 2003 e em 01 de outubro de 2004, o valor total do crédito é de R\$3,28 milhões, sobre o qual incidem juros à taxa de TJLP + 3,0% ao ano. O prazo de carência do crédito é de 24 meses, contado a partir do dia 15 subsequente à data da formalização da operação, vencendo-se a primeira parcela de encargos em 15 de setembro de 2003. O prazo de amortização é de 60 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 subsequente ao do término do prazo de carência (15 de julho de 2005) e a sexagésima em 15 de junho de 2010. Foram oferecidas as seguintes garantias: (a) nota promissória de no mínimo 120% do valor total do crédito; (b) aval do Sr. Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti equivalente a 120% do valor total do crédito; (c) 30% de hipoteca sobre o valor do crédito; e (d) 40% de cessão de mensalidades escolares sobre o valor total do crédito. São hipóteses de vencimento antecipado do financiamento: (i) não realização do projeto objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos em finalidade diversa da contratada; (iii) falsidade de declaração e/ou informação prestada pela beneficiária; (iv) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária ou de suas controladoras, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle ou que importem restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento, de acesso a novos mercados ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste contrato; (v) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária e/ou avalistas e devedores solidários; (vi) mudança ou transferência do controle societário da beneficiária, bem como nas hipóteses de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outro fato que, a critério do BNDES/FINAME, importe a redução da capacidade para o cumprimento das obrigações contratuais; entre outros. Nas hipóteses (i) e (ii), a beneficiária ficará sujeita ao pagamento de multa no valor de 10% incidente sobre o montante de recursos não aplicados na forma contratualmente ajustada, substituindo os encargos financeiros contratuais pela aplicação sobre o saldo devedor já acrescido da multa de 10% do percentual de 150% do CDI, informados pela CETIP, verificados no período de inadimplemento a partir das datas em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito. Com a intervenção do BACEN no Banco Santos S.A., em novembro de 2004, houve uma interrupção no cronograma pré-estipulado de desembolso do projeto, fazendo com que a Companhia utilizasse apenas R\$1,2 milhão do crédito liberado, os quais mantiveram as mesmas condições de carência, prazo e taxa. A implantação restante do campus foi realizada com capital próprio.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 24 de março de 2004, celebramos contrato de parceria com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco"), com prazo de vigência até 24 de março de 2009, por meio do qual as partes acordaram exclusividade na oferta e distribuição de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, com preços e taxas mais competitivas do que as praticadas pelo mercado financeiro. Dentre tais produtos e serviços, podemos destacar a folha de pagamento dos funcionários, a emissão de boletos de cobrança, oferecimento de conta corrente para alunos e funcionários dentro da instituição, entre outros, além de oferecer prioridade em outros produtos e serviços financeiros. Como resultado dessa parceria, o Unibanco nos disponibilizou uma linha de crédito para o gerenciamento de contas a pagar e receber no valor total de R\$40,00 milhões cujas condições, tais como taxa, prazo e garantia podem ser revistas pelo Unibanco a cada três meses. Além disso, restou acordado que o Unibanco passaria a ser o nosso principal e preferencial provedor de serviços financeiros. Em relação a essa parceria, recebemos antecipadamente o montante de

R\$4,00 milhões para serem compensados no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes. Não foram prestadas quaisquer garantias por ocasião da celebração desse contrato. Em 3 de agosto de 2006, celebramos termo aditivo para prorrogar este contrato de parceria por mais cinco anos. Em decorrência disso, recebemos antecipadamente o valor de R\$16,90 milhões, sendo R\$15,95 milhões referentes à exclusividade e R\$954 mil pela campanha de abertura de contas correntes. O valor recebido em razão da exclusividade foi contabilizado como 'resultado de exercícios futuros' e será convertido em receita, mensalmente, ao longo dos cinco anos de prorrogação. Não obstante, o contrato pode ser rescindido automaticamente por qualquer das partes em caso de (i) não cumprimento, por qualquer das partes, de qualquer de suas respectivas obrigações; (ii) ocorrência de procedimento judicial ou extrajudicial que afete nossa prestação de serviços educacionais; ou (iii) requerimento ou decretação de falência de qualquer das partes.

Ainda no ano de 2004, celebramos três contratos de empréstimo (capital de giro) com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., no valor total de R\$6,7 milhões, todos com vencimento em 24 de agosto de 2007. O valor dos empréstimos serão acrescidos de encargos pré-fixados (taxa efetiva mensal de 1,83%), pós-fixados (aplicação da TR e taxa efetiva mensal de 1,83%) e flutuantes. As partes poderão considerar automaticamente rescindidos os contratos de empréstimo e antecipadamente exigíveis as obrigações neles previstas, além das hipóteses previstas em lei, como resultado do descumprimento das obrigações pactuadas, inclusive a falta de entrega de documentos necessários para a sua completa formalização ou das garantias e se qualquer das partes sofrer procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações contratuais. Sem prejuízo do vencimento antecipado, ocorrendo impropriedade no pagamento, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, à comissão de permanência, calculada de acordo com as normas do Banco Central, nunca inferior à taxa efetiva mensal e aos juros de 1% ao mês, além de multa de 10% calculada sobre o débito em atraso. Foram apresentadas diversas notas promissórias com garantia aos contratos de empréstimo.

Contratos de Mútuo

Atualmente, somos parte em 16 contratos de mútuo firmados com a Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. ("SESSE"), Sociedade de Ensino Superior de Alagoas S/C Ltda. ("SESAL"), União Nacional de Educação e Cultura ("UNEC") e Sociedade de Ensino Superior do Amapá ("SESAP"), por meio dos quais disponibilizamos uma linha de crédito a tais sociedades no valor total de R\$37,0 milhões. O pagamento dos valores emprestados deverá ser feito em uma única parcela na data de vencimento do contrato. Em 31 de março de 2007, o saldo credor resultante das retiradas realizadas pelas sociedades mutuárias somava aproximadamente R\$7,3 milhões.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Contratos de Mútuo – Posição em 31 de março de 2007						
Mutuante	Mutuária	Valor (em milhões de R\$)	Taxa (%)	Data Assinatura	Vencimento	Saldo Credor (em milhões de R\$)
STB	UNEC	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,46
STB	SESAP	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	-
STB	SESSE	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	1,13
STB	SESAL	2,00	CDI + 1,82% a.a.	01.03.2007	28.12.2007	0,21
SESPA	SESAL	1,00	CDI + 1,82% a.a.	01.04.2007	28.12.2007	-
SESPA	SESAP	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,86
SESPA	SESSE	2,00	CDI + 3,66% a.a.	30.12.2006	28.12.2007	0,51
SESPA	UNEC	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,73
SESPE	SESAP	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.06.2006	28.12.2007	0,32
SESPE	SESSE	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.06.2006	28.12.2007	0,32
SESPE	UNEC	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.06.2006	28.12.2007	0,66
SESCE	SESAP	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,77
SESCE	SESSE	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,86
SESCE	UNEC	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	0,49
SESCE	UNEC	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	-
SESCE	SESSE	2,00	CDI + 3,66% a.a.	01.04.2006	28.12.2007	-
Total	-	37,00	-	-	-	7,33

Adicionalmente, também firmamos quatro contratos de mútuo, através dos quais disponibilizamos para o nosso Acionista Controlador um valor total de aproximadamente R\$3,4 milhões. O pagamento dos valores emprestados deverá ser feitos em uma única parcela na data de vencimento do contrato. Em 31 de março de 2007, o saldo credor resultante das retiradas realizadas pelo Acionista Controlador somava aproximadamente R\$1,2 milhão.

Contratos de Mútuo com Sócios – Posição em 31 de março de 2007					
Mutuante	Valor (em milhões de R\$)	Taxa (%)	Data Assinatura	Vencimento	Saldo Credor (em milhões de R\$)
SESPE	R\$0,13	CDI + 1,82%a.a	13.02.2007	28.12.2007	R\$0,0016
SESPA	R\$0,50	CDI + 1,82%a.a	13.02.2007	28.12.2007	R\$0,26
SESCE	R\$1,30	CDI + 1,82%a.a	06.02.2007	28.12.2007	R\$0,77
STB	R\$1,45	CDI + 1,82%a.a	06.02.2007	28.12.2007	R\$0,22
Total	R\$3,38	-	-	-	R\$1,26

Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2007, éramos parte em 502 contratos de arrendamento mercantil, firmados com Banco Bradesco S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S. A., Banco Itaú S.A., ABN AMRO Real, Banco Safra S.A. e Banco do Brasil no valor total de R\$26,2 milhões, com um saldo a pagar de R\$14,3 milhões e com último vencimento em 09 de março de 2010. No âmbito de todos os contratos, os valores devidos devem ser pagos em 36 parcelas e as taxas de juros variam de 1,10% a.m. até 1,97% a.m. Os contratos de

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

arrendamento mercantil foram celebrados, na sua maioria, para a aquisição de livros, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento de nossas atividades.

NOSSA REDE DE ENSINO

Em 31 de março de 2007, nossa rede de ensino era formada por aproximadamente 177 mil alunos matriculados, em 55 campi localizadas em mais de 15 cidades de 11 Estados do Brasil. De acordo com o IBGE, em 2004, esses Estados respondiam por 70% da população e 74% do PIB do Brasil.

O mapa abaixo apresenta as localizações de nossas atuais unidades no Brasil (exceto no Estado do Rio de Janeiro), incluindo o número total de alunos.



02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 20/08/2007, através de fato relevante divulgado ao mercado, a Estácio Participações informou que assinou instrumento de compra e venda de quotas da Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e da Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda, mantenedoras do **CENTRO UNIVERSITÁRIO RADIAL**. O Centro conta com 06 *campi* na cidade de São Paulo, 01 campus no ABC Paulista e 01 campus em Curitiba, com um total de 10.800 alunos. O total acordado para a aquisição é de R\$56,7 milhões. O objetivo da Estácio com a aquisição é expandir suas atividades para os estados de São Paulo e do Paraná, dois dos mais importantes mercados no setor de educação superior no país.

O mapa abaixo apresenta as unidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro.



Número de alunos de graduação nas unidades do Estado do Rio de Janeiro em 31 de março de 2007

Unidades	Nº de Alunos	Unidades	Nº de Alunos	Unidades	Nº de Alunos
Bangu	2.427	Duque de Caxias	983	Penha	914
Barra I – Tom Jobim	6.422	Guadalupe	679	Petrópolis I	1.653
Barra II – Akxe	3.432	Ilha do Governador	2.894	Petrópolis II	1.562
Barra III – Vargem	961	Jacarepaguá	2.863	Queimados	1.210

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Pequena

Barra IV – Terra Encantada	2.827	Macaé	2.927	R9 – Taquara	3.216
Cabo Frio	3.045	Madureira	5.666	Rebouças	7.650
Campo Grande	3.639	Méier	2.108	Recreio	2.088
Campo dos Goytacazes	4.552	Millor Fernandes	857	Resende	2.003
Centro I - Presidente Vargas	9.088	Niterói	11.132	Santa Cruz	1.189
Centro II e III - Menezes Cortes	5.281	Norte Shopping	861	São Gonçalo	2.206
Centro IV - Praca XI	5.867	Nova América	4.650	São João de Meriti	1.936
Centro V - Arcos da Lapa	827	Nova Friburgo	2.848	Vila Valqueire	1.644
Dorival Caymmi	2.257	Nova Iguaçu	5.810		

Total de alunos de graduação nas unidades do Estado do Rio de Janeiro

122.174

Selecionamos nossas novas unidades com base em diversos fatores, tais quais: o tamanho do mercado, ambiente competitivo, taxa de penetração de educação superior, poder de compra dos alunos em potencial, estratificação de renda, proximidade aos grandes centros urbanos e/ou locais estratégicos de oportunidades de emprego, entre outros fatores.

Os cursos e os serviços prestados são desenvolvidos e supervisionados por nossas equipes localizadas em nossa sede na cidade do Rio de Janeiro, onde está concentrada a maior parte de nossas atividades administrativas. Assim, a equipe local de nossas unidades pode focar na qualidade dos serviços educacionais prestados aos alunos. Nossas unidades operam sob nomes e marcas locais, e com as marcas da nossa rede “Universidade Estácio de Sá” e “Estácio”.

Nossas unidades são administradas por diretores locais, responsáveis pela supervisão de todo o funcionamento do nosso negócio, incluindo o corpo docente, o controle de qualidade do ensino, aprendizagem e a supervisão dos serviços de apoio e de infra-estrutura. Nossas equipes locais de professores e de funcionários técnico-administrativos oferecem apoio aos nossos alunos nas pesquisas, orientação acadêmica e profissional, assistência psico-pedagógica, colocação no mercado de trabalho e estágios e apoio às atividades das bibliotecas.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PROGRAMAS ACADÊMICOS

Em 31 de março de 2007, temos aproximadamente 177 mil alunos matriculados em 216 cursos de diferentes modalidades. Embora a maioria seja de cursos de graduação, também oferecemos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Nossos cursos são de regime semestral.

A fim de desenvolver nossos programas acadêmicos, firmamos contratos com parcerias internacionais. Em 2006, foram estabelecidos contratos com a *École Hotelière de Lausanne*, na Suíça, com concessão de dupla titulação (grau válido nos dois países) em Hotelaria, e com a *Alain Ducasse Formation*, na área de gastronomia.

A duração dos nossos cursos de graduação tradicional varia de quatro a seis anos e de graduação tecnológica dura em torno de dois anos. Os cursos de especialização, mestrado e doutorado variam de um a dois anos e meio.

Determinamos os cursos que ofereceremos em cada uma de nossas unidades com base na demanda local. Realizamos pesquisas periódicas para identificar oportunidades para criação de novos cursos.

A tabela a seguir apresenta nossas principais ofertas de cursos por modalidade e o número de alunos matriculados em 31 de março de 2007:

Modalidades	Número de Cursos(i)	Alunos Matriculados
Graduação Tradicional	43	145.723
Graduação Tecnológica	55	31.113
Mestrado	5	490
Doutorado	1	6
Total (2)	104	177.332

(i) Em relação à graduação tradicional e à graduação tecnológica, foram considerados somente os cursos com mais de dez alunos matriculados.

(2) Não estão incluídos os alunos dos cursos de especialização.

Em 31 de março de 2007, nossos cursos de (i) graduação tradicional eram freqüentados em conjunto por aproximadamente 79% do total de nossos alunos; (ii) graduação tecnológica eram freqüentados por 18 % do total de nossos alunos; (iii) especialização, tais como direito empresarial, comércio exterior, administração estratégica, endocrinologia, telejornalismo e gestão e planejamento ambiental, eram freqüentados aproximadamente por 2,7 % do total de nossos alunos; e (iv) mestrado e doutorado, nas áreas de direito, educação, odontologia, administração, saúde da família e desenvolvimento empresarial, eram freqüentados aproximadamente por 0,3 % do total de nossos alunos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

As tabelas abaixo apresentam as matrículas nos nossos maiores cursos de graduação tradicional e tecnológica, respectivamente, em 31 de março de 2007.

Graduação Tradicional	Alunos (Mil)	% do Total de Alunos
Direito	38,2	26
Administração (i)	24,8	17
Comunicação Social	8,9	7
Fisioterapia	8,2	6
Sistemas de Informação	7,0	5
Outros	58,6	38
Total	145,7	100

(i) Inclui os cursos de Administração e Administração Geral.

Graduação Tecnológica	Alunos (Mil)	% do Total de Alunos
Petróleo e Gás	6,7	21
Recursos Humanos	4,7	14
Redes de Computadores	2,6	8
Análise de Sistemas	1,4	4
Outros	15,7	53
Total	31,1	100

Nossos cursos e seus programas são desenvolvidos por equipes de profissionais altamente qualificadas, com amplo conhecimento técnico e experiência em desenvolvimento de cursos. Neste processo levamos em consideração os processos internos de avaliação, as diretrizes curriculares do MEC e às exigências do mercado de trabalho. Desenvolvemos cursos de alta qualidade que atendem as exigências do MEC e refletem nosso compromisso com a boa prestação de serviços educacionais e controle de qualidade de forma eficiente. A avaliação historicamente positiva do MEC sobre nossos cursos, corpo docente e instalações confirma nosso compromisso com a qualidade da educação.

CONTROLE DE QUALIDADE

A Qualidade tem sido a marca da nossa trajetória acadêmica, iniciada em 1970 com o Curso de Direito e consolidada com a nossa transformação em universidade em 1988. Em 1990, criamos o Programa Qualidade e Participação definido como mecanismo de planejamento e acompanhamento das atividades da nossa

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

universidade e da sua expansão, refletindo com nitidez um paradigma educacional que tem sua inspiração em uma visão da “Universidade Útil”, com compromissos firmados com a destinação social.

Desenvolvemos também outros programas estratégicos como por exemplo: (i) a UNESA: Rumo ao Futuro – que se traduzia em um novo desafio voltado à pesquisa e à produção de conhecimento com qualidade formal e política; (ii) Qualidade, Localização e Preço – voltado a minimizar o efeito perverso decorrente da oferta de bens e serviços reduzida a locais determinados, formando concentrações econômicas, demográficas e culturais geradoras, muitas vezes, de acentuados desequilíbrios regionais; e (iii) Qualidade e Inclusão Social – externando as novas expectativas e mudanças do cenário sócio-político-educacional.

Dessa forma, o nosso ensino é acompanhado de ações sistemáticas de avaliação interna, que foram iniciadas ainda na década de 90 no contexto do PAIUB - Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras, o que nos permite alcançar a qualidade desejada pelos nossos alunos e potenciais alunos.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação, constituída pela Portaria 105/GR/2004, em 3 de maio de 2004, e homologada pelo Conselho Universitário – CONSUNI, ampliou o escopo de nossa avaliação. A CPA é integrada por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. No segundo semestre de 2006, atendendo aos objetivos propostos e dando prosseguimento à avaliação iniciada no primeiro semestre, a CPA realizou uma avaliação institucional on-line de todos os cursos da graduação tradicional, da graduação tecnológica e das unidades situadas no Estado do Rio de Janeiro. No primeiro trimestre de 2007, a CPA realizou nova avaliação, que contou com a adesão de 91,15% do corpo docente e 45,58% do corpo discente, representado por 54.770 alunos.

Tal avaliação contemplou aspectos relativos às práticas docentes de disciplinas presenciais e on-line, à coordenação dos cursos, além daqueles relativos às unidades e ao Campus Virtual Estácio. Os resultados foram disponibilizados ainda no mês de novembro daquele ano, aos alunos e aos professores através do Campus Virtual e do Portal do Professor permitindo que a transparência fosse o primeiro patamar para fazer da avaliação um instrumento de reflexão, visando à constante busca do aprimoramento da nossa qualidade de ensino.

A Avaliação Institucional, como ação continuada que abrange também os cursos de pós-graduação stricto sensu, está neste primeiro semestre de 2007 novamente em foco exigindo dos gestores a divulgação das ações e um trabalho voltado à adesão do corpo discente e do docente, mostrando que a busca constante da qualidade é o nosso diferencial.

Estimulamos a análise e a utilização dos resultados de todas as avaliações externas realizadas pelo MEC, tanto relacionadas à graduação e à graduação tecnológica como as ACGs – Avaliações dos Cursos de Graduação e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; como as provenientes dos Pareceres da CAPES, como ferramenta de gestão para identificar oportunidades de melhoria nos cursos e no desempenho do corpo docente, bem como para disseminar as melhores práticas entre as unidades, mantendo sempre o padrão de qualidade.

Os resultados das avaliações externas realizadas pelo MEC/INEP em 2006 demonstram que a qualidade do ensino que oferecemos em nossa universidade encontra-se acima da média nacional.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PROCESSO SELETIVO

Nosso processo seletivo inclui oito formas diferenciadas de ingresso, quais sejam: (i) vestibular, tradicional e por computador; (ii) vestibular de medicina; (iii) PROUNI; (iv) processo seletivo junto a instituições conveniadas; (v) vestibular diferenciado; (vi) ENEM; (vii) matrícula sem vestibular; e (viii) transferência externa.

O vestibular tradicional consiste em uma prova de redação e questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais, disponível em todas as nossas unidades. Já o vestibular por computador é efetuado por meio de uma prova de redação e questões objetivas de conhecimentos gerais realizada em um dos laboratórios de informática dos nossos *campi* localizados nas nossas unidades do Rio de Janeiro.

O curso de medicina possui vestibular próprio que consiste de uma redação, questões objetivas e quatro questões discursivas de biologia e de química.

Oferecemos também a oportunidade de ingresso por meio do PROUNI, que depende de uma avaliação da documentação sócio-econômica dos candidatos pré-selecionados pelo MEC com base na nota do ENEM e do resultado da prova de redação.

Temos um processo seletivo destinado a funcionários e dependentes de instituições públicas e de particulares com as quais mantemos convênio. Tais funcionários e dependentes podem ser admitidos por meio de apenas uma prova de redação.

Possibilitamos ainda uma forma de ingresso diferenciada, na qual o candidato, para ingressar em qualquer dos cursos da graduação tradicional ou da graduação tecnológica, poderá optar por fazer apenas uma redação. Assim como outras instituições de ensino, aceitamos o resultado do ENEM, caso o candidato tenha realizado o exame e opte por utilizá-lo.

O processo seletivo para ingresso nos nossos cursos de graduação para portadores de diploma de ensino superior é realizado por meio de uma análise de documentação apresentada pelo candidato, que poderá efetuar a matrícula sem vestibular.

No caso de transferência externa, alunos matriculados em outra instituição de ensino poderão ingressar no curso após uma análise da documentação pertinente, a ser apresentada à secretaria setorial de alunos do campus onde desejam ingressar.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de alunos de graduação matriculados e ingressos nos últimos três anos:

	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>31 de março de 2007</u>
Número de alunos ⁽¹⁾	140.967	160.107	167.118	176.836
Número. de ingressantes ⁽¹⁾⁽²⁾	60.354	76.926	75.382	43.707

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

(1) Considera somente graduação tradicional e graduação tecnológica.

(2) Considera ingressos no ano ou no período indicado, conforme o caso, por meio de matrículas com e sem vestibular, transferências de outras instituições de ensino e reaberturas de matrículas.

PERFIL DO ALUNO E SEGMENTO DE POTENCIAL CRESCIMENTO

O perfil de nossos alunos é bastante diversificado, tendo em vista a pluralidade e as modalidades de cursos oferecidos. Acreditamos que o segmento com maior potencial de crescimento na área do ensino superior é o de jovens trabalhadores de renda média e média baixa, que atualmente já compõe a maioria do nosso público alvo. Pretendemos continuar a investir em estratégias para absorção de tal segmento.

A última avaliação institucional realizada pela CPA, até a presente data, contou com 59.373 alunos da Universidade Estácio de Sá. Desse total, 78,6% acharam muito bom ou bom a eficiência do sistema acadêmico da instituição.

EVASÃO E PERMANÊNCIA

Além do ingresso de novos alunos, procuramos continuamente evitar a evasão de alunos matriculados. De 2005 para 2006, a taxa de evasão da graduação tradicional passou de 15,2% para 14,6%, enquanto que a da graduação tecnológica de 22,9% para 22,4%, representando uma redução de 0,6 e 0,5 pontos percentuais, respectivamente, para o período considerado. Acreditamos que os principais motivos de evasão sejam (i) financeiros, decorrentes do desemprego e impossibilidade de pagar as mensalidades, (ii) dificuldades em conciliar trabalho e estudo, e (iii) acadêmicos, que incluem perda de interesse em um curso específico ou reprovação continuada. Estamos desenvolvendo ações e iniciativas para determinar os níveis de satisfação, aumentar a permanência e estimular o retorno aos estudos dos alunos desistentes.

Implementamos também políticas de parcelamento da dívida de alunos para facilitar a cobrança de valores em atraso e reduzir a evasão.

MENSALIDADES E TAXAS

De acordo com pesquisas internas realizadas periodicamente, um dos fatores mais considerados pela maioria de nossos alunos ao escolher a instituição de ensino superior é a acessibilidade do preço das mensalidades. Desenvolvemos um modelo de negócio para gerir várias unidades com eficiência, aumentar nossos ganhos de escala, manter estrito controle sobre nossos custos e ao mesmo tempo preservar e aumentar a qualidade dos cursos e dos serviços de apoio aos alunos, mantendo as mensalidades a preços acessíveis.

A fim de determinar o preço dos cursos, analisamos a estrutura de custo de cada uma de nossas unidades, bem como os preços dos concorrentes locais. Tentamos oferecer o melhor custo-benefício aos jovens trabalhadores de renda média e média baixa, em termos de qualidade de educação e preço. Além disso, procuramos desenvolver cursos de ponta para formações que têm carência de ofertas no ensino superior. Nesse particular,

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

podemos destacar o curso de medicina que foge do valor normalmente oferecido aos nossos alunos, devido à sua especificidade e ao grande custo de manutenção das instalações constantemente renovadas.

Os preços das mensalidades e os descontos variam de acordo com o curso, ou com as unidades ou com o semestre acadêmico. Atualmente, a nossa mensalidade para cursos de graduação varia entre R\$300,00 e R\$800,00. No curso de medicina a mensalidade gira em torno de R\$2,0 mil. De 2004 para 2007, o aumento médio de nossas mensalidades foi de 26%. Historicamente, a alteração do preço das mensalidades não tem sido consistente em todos os nossos cursos e unidades devido a condições de mercado. Também alterações nos custos operacionais têm um impacto sobre ajustes de preço de cursos específicos.

Em 10 de agosto de 2007 foi firmado, pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. com uma sociedade especializada no desenvolvimento e estruturação de soluções financeiras para o setor educacional, contrato para Implantação de Programa de Crédito Estudantil. A Companhia visa, com esta iniciativa, implantar, no Estado do Rio de Janeiro, a partir do segundo semestre do corrente ano, um Programa já utilizado por várias Instituições de Ensino no Brasil sem apresentar, porém, nenhuma condição que possa impactar a saúde financeira da Companhia.

Cobrança das Mensalidades

Concedemos um desconto de 5% aos alunos que efetuam os pagamentos até o último dia útil do mês anterior ao vencimento. Acreditamos que essa política de descontos incentiva a pontualidade do pagamento e nos permite reduzir os índices de inadimplência. Entre 30% e 40% das nossas mensalidades são pagas de forma antecipada (até o último dia do mês anterior ao vencimento).

Os pagamentos em atraso estão sujeitos a multa de mora de 2% e juros de 1% ao mês mais variação da taxa SELIC.

Em nossos cursos de graduação tradicional e tecnológica, os alunos assinam um contrato válido por um semestre letivo. Esse contrato é renovado automaticamente no ato da matrícula realizado a cada novo semestre, até a conclusão do curso. Cobramos seis mensalidades por semestre para os cursos de graduação tradicional e de graduação tecnológica, sendo que o pagamento da primeira mensalidade é considerado como confirmação da matrícula. Ao final de cada semestre, os alunos que não estiverem com sua situação financeira regularizada são obrigados a negociar seus débitos para se matricularem no próximo semestre. No mestrado e no doutorado os alunos assinam um novo contrato a cada semestre letivo. A dinâmica de cobrança das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato-sensu* é similar ao da graduação, com o diferencial de que 50% da mensalidade de alguns cursos pode ser financiado por instituições financeiras. Após a conclusão do curso o saldo é corrigido pelo IGPI e dividido pelo número de parcelas pagas.

Temos um processo de cobrança que compreende etapas de negociação internas e externas com o objetivo de determinar termos e condições que permitam a manutenção do aluno e o recebimento destes créditos. Nosso sistema de cobrança é centralizado e atualizado mensalmente através de uma lista de alunos com mensalidades em atraso. As principais etapas do nosso processo de cobrança são:

- ***Cobrança Interna:*** Quando da inadimplência de uma mensalidade ou de uma parcela de um acordo referente a débitos anteriores, o aluno é convidado a negociar sua dívida pela nossa central de cobrança ou pela própria unidade de ensino. Nossos administradores acadêmicos desenvolvem importante papel no processo de cobrança incentivando o aluno inadimplente a regularizar sua

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

situação financeira por meio de contatos individuais. Nossa política de renegociação é desenvolvida de acordo com determinados critérios de crédito que incluem o histórico financeiro e acadêmico do aluno.

- *Cobrança Externa:* Na hipótese de não ser possível a renegociação da dívida por meio da central de cobrança, o aluno é automaticamente desligado da nossa organização e seu débito ao fim do semestre letivo em curso é transferido para cobrança externa a cargo de empresas especializadas em cobrança extrajudicial.
- *Cobrança Judicial:* Caso a cobrança externa não tenha obtido resultados para a execução do débito, a cobrança judicial pode ser um instrumento cogitado.

No final de cada semestre, nos últimos dois anos, verificamos um índice de inadimplência entre 13,08% a 13,76%. Toda mensalidade vencida há mais de 180 dias é lançada em nossa provisão para devedores duvidosos, que correspondeu a 2,4 % de nossas receitas líquidas em 2004, 3,2 % em 2005 e 4,00 % em 2006 e a 3,90% em 31 de março de 2006 e 2,22% em 31 de março de 2007. A perda final com a inadimplência de alunos, nos últimos três anos, girou em torno de 3% de nossa receita líquida.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Destinação dos Recursos

Pretendemos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária principalmente para financiar a expansão do nosso negócio, por meio de: (i) potenciais aquisições, (ii) abertura de novas unidades e (iii) expansão e manutenção das unidades existentes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Destinação	Valor (em R\$)	%
Potenciais Aquisições	153.786.597,36	61,0%
Abertura de Novas Unidades	63.027.294,00	25,0%
Expansão e manutenção de unidades existentes	35.295.284,64	14,0%
Total	252.109.176,00	100,0%

Em 20/08/2007, através de fato relevante divulgado ao mercado, a Estácio Participações informou que assinou instrumento de compra e venda de quotas da Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e da Faculdade Radial de Curitiba Sociedade Ltda, mantenedoras do **Centro Universitário Radial**. O Centro conta com 06 *campi* na cidade de São Paulo, 01 campus no ABC Paulista e 01 campus em Curitiba, com um total de 10.800 alunos. O total acordado para a aquisição é de R\$56,7 milhões. O objetivo da Estácio com a aquisição é expandir suas atividades para os estados de São Paulo e do Paraná, dois dos mais importantes mercados no setor de educação superior no país. Parte dos recursos provenientes da Oferta Primária será destinada a financiar a aquisição das sociedades.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2007

Reapresentação Espontânea

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Embora a maior parte de nossas atividades não gere resíduos perigosos, algumas delas, principalmente os serviços de cuidados médicos, incluem o uso de produtos químicos controlados. A operação de laboratórios e clínicas veterinárias envolve o descarte de resíduos perigosos que estão sujeitos às leis e aos regulamentos ambientais brasileiros e são monitorados pelas autoridades ambientais. As atividades que geram resíduos regulados estão sujeitas a licenciamento e supervisão constante. Atualmente terceirizamos a remoção, o transporte, o tratamento e o descarte de resíduos perigosos.

Determinadas violações das leis e dos regulamentos ambientais são consideradas crime sujeito a penalidades de até R\$50 milhões. Este valor poderá ser dobrado ou triplicado na hipótese de reincidência, prisão dos membros da administração e interdição ou interrupção das atividades comerciais. Os danos ambientais também podem resultar na obrigação de indenização por perdas e danos decorrentes de degradação do meio ambiente por aqueles direta ou indiretamente envolvidos, independentemente de prova de intenção, negligência ou erro. Os acionistas e a alta administração podem ser considerados solidariamente responsáveis pelos danos ao meio ambiente causados pela companhia. Uma sociedade também pode ser considerada responsável pelos atos de suas empresas sub-contratadas e prestadores de serviços. Não possuímos certificações em padrões internacionais de proteção ambiental.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	6,96	33,20	SIM	6.900	8.600
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	35,19	167,95	SIM	536	43.500
03	OUTRAS	12,30	58,69	SIM	7.500	15.200

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Acreditamos que todos os contratos firmados com partes relacionadas foram celebrados em condições de mercado e em bases equitativas. Segue abaixo descrição das nossas principais operações com partes relacionadas.

Participações em Outras Sociedades

Em 31 de março de 2007, o Acionista Controlador, juntamente com os acionistas Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, detinham também a totalidade das quotas das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: (i) Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. (“SESSE”), mantenedora da Faculdade de Sergipe - FASE, que possuía uma unidade, três cursos e 1.946 alunos, em 31 de março de 2007; (ii) Sociedade de Ensino Superior de Alagoas S/C Ltda. (“SESAL”), mantenedora da Faculdade de Alagoas - FAL, que possuía três unidades, sete cursos e 4.604 alunos, em 31 de março de 2007; (iii) União Nacional de Educação e Cultura (“UNEC”), mantenedora da Faculdade Câmara Cascudo, no Estado do Rio Grande de Norte, que possuía uma unidade, quatro cursos e 1.272 alunos, em 31 de março de 2007; e (iv) Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda. (“SESAP”), mantenedora da Faculdade do Amapá - FAMAP, que possuía uma unidade, dois cursos e 1.286 alunos, em 31 de março de 2007. Adicionalmente, tais acionistas detêm a totalidade da Asociación de Estudios Superiores de Las Américas, no Paraguai, que possuía uma unidade, 12 cursos e 1.524 alunos, em 31 de março de 2007; e 80% da Escuela de Informática SRL, no Uruguai, que possuía uma unidade, dois cursos de graduação e sete cursos técnicos e 361 alunos, em 31 de março de 2007; ambas recém adquiridas.

Por estarem em fase de organização pré-operacional e com os sistemas contábeis ainda não plenamente estruturados, tais sociedades atualmente não compõem os nossos ativos, não tendo sido incluídas no processo de reestruturação societária. Em 07 de abril de 2007, firmamos um Memorando de Intenções com o Acionista Controlador e com os acionistas Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, na qualidade de sócios de tais sociedades, objetivando a aquisição, mediante pagamento em dinheiro, dessas sociedades a valor patrimonial contábil tão logo apresentem patrimônio líquido positivo. Acreditamos que tais aquisições se efetivem até o final de 2008. As quatro mantenedoras brasileiras (SESSE, SESAL, UNEC e SESAP) tiveram (i) um faturamento líquido, em 2006, de cerca de R\$39,5 milhões, representando cerca 4,7% do faturamento líquido combinado da Estácio Participações, (ii) um resultado líquido de R\$1,1 milhão, representando 2,0% do seu resultado líquido Estácio Participações em 2006, após a provisão para IRPJ e tributos acessórios sobre o resultado; e (iii) um patrimônio líquido negativo de R\$15,9 milhões em 31 de março de 2007. As entidades de ensino no exterior (Paraguai e Uruguai) apresentam ainda resultados inexpressivos e um patrimônio líquido de R\$609 mil (Paraguai) e R\$32,1 mil (Uruguai) em 31 de março de 2007, representando juntas 0,45% do patrimônio líquido da Estácio Participações na mesma data. Certas despesas incorridas efetuadas pelo Departamento de Administração Geral (Financeiro, Jurídico e Operações) da SESES foram atribuídas, em parte minoritária, a estas sociedades mantenedoras e registradas na SESES. A partir do mês de abril de 2007, tais despesas passaram a ser debitadas diretamente às sociedades mantenedoras, por critérios técnicos de rateio entre tais sociedades.

Nosso Acionista Controlador é sócio da Estácio de Sá Futebol Clube Ltda., com 98% das quotas em conjunto com Sylvio Augusto do Rego Barros Reis (funcionário da SESES), com 1% das quotas; e Dílson Gomes Navarro Dias (Diretor da SESES e membro do nosso Conselho de Administração), também com 1% das

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

quotas, que tem por objeto social o desenvolvimento das atividades de futebol. Em 01 de agosto de 2005, firmamos um Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógico com a Estácio de Sá Futebol Clube Ltda. por meio do qual esta se compromete a oferecer estágios nas áreas de Fisioterapia, Educação Física, Nutrição e Psicologia para nossos alunos em caráter de exclusividade. Além disso, firmamos, em setembro de 2004, contrato de locação de 190 computadores da Estácio de Sá Futebol Clube Ltda. a preços de mercado, computadores estes recebidos através de contrato de comodato com a empresa Investiplan Computadores e Sistemas Ltda. O valor mensal de aluguel destes computadores é de R\$13 mil por mês, sendo que ocorreu a dilatação do pagamento das 19 parcelas iniciais, concretizando o primeiro pagamento apenas em 30 de março de 2006, totalizando R\$367 mil em 31 de dezembro de 2006. Em abril de 2004, firmamos com a Estácio de Sá Futebol Clube Ltda. um Termo de Cessão de Uso de Marca, por meio do qual licenciamos a esta última o uso das nossas marcas "Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - SESES" e "Universidade Estácio de Sá".

Contratos de Mútuo

Celebramos contratos de mútuo com SESSE, SESAL, UNEC e SESAP, por meio dos quais concedemos empréstimos a tais sociedades no valor total de R\$7,3 milhões, com taxas de juros CDI + 3,66% ao ano, a serem quitados em uma só parcela em data específica estabelecida pelas partes. Os prazos desses contratos de mútuo variam de 6 a 12 meses. Adicionalmente, também celebramos diversos contratos de mútuo com os nossos acionistas nas mesmas condições, com taxas de CDI + 1,82% ao ano no valor total aproximado de R\$1,3 milhões.

Prestação de Serviços

A Editora Rio Sociedade Cultural Ltda., detida pela SVJ Participações Ltda. (holding detida pelo nosso diretor acadêmico, Sr. José Roberto Gonçalves de Vasconcelos, com 49% das quotas, e por dois de nossos funcionários, os Srs. Sylvio Augusto do Rego Barros Reis e Antonio Victorino Dias da Silva Rocha, com 50% e 1% das quotas, respectivamente), com 98% das quotas; Sylvio Augusto do Rego Barros Reis (funcionário da SESES), com 1% das quotas; e Dílson Gomes Navarro Dias (Diretor da SESES e membro do nosso Conselho de Administração), também com 1% das quotas, tem como principal finalidade publicar livros e periódicos, além de agenciar e receber comissão sobre a veiculação de publicidade e propaganda da Universidade Estácio de Sá no Estado do Rio de Janeiro. Pelos serviços de agenciamento de despesas de publicidade são cobrados 20%, conforme determinação do Conselho Executivo das Normas Padrão - CENP, que regula esse tipo de atividade. O total de dispêndios em comissões de agenciamento pagos pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro à Editora Rio Sociedade Cultural Ltda. durante os anos de 2004, 2005, 2006 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 foram de R\$1,24 milhões, R\$2,18 milhões, R\$1,79 milhões e R\$314 mil, respectivamente. Este contrato foi rescindido pela Companhia em 29 de maio de 2007, em estrita observância aos termos e condições do referido contrato.

Contratos de Locação Comercial

Celebramos contratos de locação comercial com o nosso Acionista Controlador de 12 imóveis pelo valor total de, aproximadamente, R\$18 mil por mês, e com prazos de vigência indeterminados.

Em 12 de setembro de 2006, firmamos contrato de locação comercial de uma loja no nosso campus Tom Jobim na Cidade do Rio de Janeiro com a Galvão e Rodrigues Artes Plásticas e Atelier Ltda., cuja participação societária é detida por Fernando Saraiva Uchôa, sobrinho do Acionista Vendedor, com 40% das quotas, e Sandra Milanez, nossa funcionária, com 60% das quotas. Tal contrato tem prazo de 24 meses e o

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

pagamento do aluguel é efetuado mensalmente no valor de R\$9,12 mil, sendo que nos 12 primeiros meses as parcelas têm descontos de 50%.

Garantias e Avais

Os acionistas, João Uchôa Cavalcanti Netto e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, prestaram garantias e avais para lastrear empréstimos, financiamentos e contratos de leasing firmados por nós e pelas sociedades limitadas mantenedoras de ensino superior nos Estados de Sergipe, Alagoas, Rio Grande de Norte e Amapá – SESSE, SESAL, UNEC e SESAP. O valor total dessas garantias e avais, em 31 de março de 2007, era de R\$72,9 milhões, dos quais R\$54,2 milhões referem-se a garantias e avais prestados em contratos de conta garantida e o restante para arrendamento mercantil, capital de giro e empréstimo FINAME. Em 31 de março de 2007, dessas linhas aprovadas, apenas R\$18,9 milhões estão sendo utilizados por nós e R\$4,4 milhões pela SESSE, SESAL, UNEC e SESAP.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

**ESTATUTO SOCIAL DA
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

ARTIGO 1º - ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ruy Frazão Soares, 80, Barra da Tijuca, CEP 22.793-074, podendo abrir filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, em qualquer parte do País ou do exterior, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto social (i) o desenvolvimento e/ou a administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação; (ii) a administração de bens e negócios próprios; e (iii) a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

ARTIGO 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 5º - O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 295.237.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil reais), dividido em 235.755.200 (duzentas e trinta e cinco milhões, setecentas e cinquenta e cinco mil e duzentas) ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 161.918.400 (cento e sessenta e um

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

milhões, novecentos e dezoito mil e quatrocentas) ordinárias e 73.836.800 (setenta e três milhões, oitocentas e trinta e seis mil e oitocentas) preferenciais.

PARÁGRAFO 1º - As ações ordinárias conferem aos seus titulares direito a voto nas Assembléias Gerais.

PARÁGRAFO 2º - O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, de acordo com limitação legal, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas pela Companhia.

PARÁGRAFO 3º - As ações preferenciais conferem aos seus titulares (i) prioridade na distribuição do dividendo mínimo e no reembolso de capital, (ii) direito de participação nas ofertas públicas de aquisição de ações da Companhia por valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor ofertado às ações ordinárias; e (iii) direito de voto restrito às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 ("Regulamento do Nível 2") da Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

PARÁGRAFO 4º - Todas as ações da Companhia serão escriturais e serão mantidas em nome de seus titulares em conta de depósito junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários e indicada pelo Conselho de Administração. Observado os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais serão cobrados pela instituição depositária diretamente dos acionistas.

PARÁGRAFO 5º - É vedada a emissão de partes beneficiárias.

ARTIGO 6º - O capital social poderá ser aumentado, por deliberação da Assembléia Geral, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito a voto não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas pela Companhia.

ARTIGO 7º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de deliberação em Assembléia Geral e de reforma estatutária, até que este atinja o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite de aumento de capital autorizado, os acionistas da Companhia não terão direito de preferência em eventuais emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

PARÁGRAFO 2º - A Companhia pode, dentro do limite de capital autorizado, outorgar opção de compra de ações em favor de (i) seus administradores e empregados; (ii) pessoas naturais que a ela prestem serviços; ou (iii) sociedades sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembléia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando também, nesta hipótese, o direito de preferência dos acionistas.

CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 8º - A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subseqüentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem.

PARÁGRAFO 1º - A Assembléia Geral será convocada na forma da lei, e será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por pessoa por ele escolhida.

PARÁGRAFO 2º - Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, o Presidente e o Secretário da Mesa serão escolhidos pelos acionistas presentes.

PARÁGRAFO 3º - Salvo deliberação em contrário, as atas das assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

ARTIGO 9º - Compete privativamente à Assembléia Geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou por este Estatuto Social: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) suspender o exercício de direito dos acionistas; (iii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (iv) fixar o montante global da remuneração dos

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado; (v) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (vi) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia; e (vii) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia.

ARTIGO 10 - As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

ARTIGO 11 - As pessoas presentes à assembléia deverão comprovar a sua qualidade de acionista exibindo seu documento de identidade e depositando na sede da Companhia comprovante expedido pela instituição financeira depositária com, no máximo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data de realização da assembléia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas poderão ser representados nas assembléias por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou instituição financeira, devendo a procuração ser arquivada na sede da Companhia, com, ao menos, 02 (dois) dias de antecedência da data de realização da assembléia.

ARTIGO 12 - Eventuais acionistas dissidentes poderão, nas hipóteses previstas em lei, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor de reembolso pago a eventuais acionistas dissidentes pelas suas ações será o menor entre (i) o patrimônio líquido da Companhia; e (ii) o valor econômico da Companhia.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 13 - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros eleitos pela Assembléia Geral para cumprir mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. A posse dos conselheiros em seus respectivos cargos, contudo, fica condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, sem prejuízo das demais exigências legais.

PARÁGRAFO 1º - Pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, condição esta que será expressamente declarada na ata da Assembléia Geral que os eleger. Quando, em decorrência da observância deste percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

PARÁGRAFO 2º - Para fins do disposto neste artigo, conselheiro independente caracteriza-se por (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 03 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 03 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) também serão considerados conselheiros independentes.

ARTIGO 15 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o Conselho da Administração da Companhia deverá convocar prontamente uma Assembléia Geral para deliberar a eleição de novo conselheiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para fins do disposto neste artigo, configura-se abandono quando um conselheiro deixar de comparecer, sem justa causa, a 03 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração para as quais tenha sido devidamente convocado.

ARTIGO 16 - Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou por este Estatuto Social: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remuneração; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (v) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos; (vi) deliberar aumentos de capital dentro do limite autorizado no Estatuto Social; (vii) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (viii) deliberar a emissão de debêntures não conversíveis em ações e

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

sem garantia real; (ix) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (x) autorizar a abertura e extinção de filiais, sucursais e estabelecimentos da Companhia; e (xi) escolher eventuais auditores independentes.

ARTIGO 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de seu Presidente ou de quaisquer 02 (dois) conselheiros em conjunto.

PARÁGRAFO 1º - As convocações das reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas com, pelo menos, 07 (sete) dias de antecedência, e deverão indicar, além do local, data e hora da reunião, a sua ordem do dia.

PARÁGRAFO 2º - Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais. Serão igualmente considerados presentes à reunião os conselheiros que dela participarem por intermédio de tele ou vídeo-conferência, desde que confirmem seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, *fac-símile* ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro remetente.

PARÁGRAFO 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

ARTIGO 18 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples de votos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA

ARTIGO 19 - A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 07 (sete) e no máximo 10 (dez) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Administrativo Acadêmico, 01 (um) Diretor de Ensino, 01 (um) Diretor de Mercado, 01 (um) Diretor de Operações, e os demais, se existirem, designados simplesmente Diretores.

Parágrafo 1º - É facultado ao Diretor Financeiro cumular suas funções com as atribuições de Diretor de Relações com Investidores, nos termos da regulamentação aplicável e conforme for definido pelo Conselho de Administração. Contudo, a cumulação de cargos da Diretoria não dará direito à duplicação de votos em eventuais deliberações da Diretoria.

PARÁGRAFO 2º - Os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para cumprir mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. A posse dos Diretores em seus respectivos cargos, contudo, fica condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, sem prejuízo das demais exigências legais.

ARTIGO 20 - Em caso de vacância em qualquer dos cargos da Diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, o Conselho da Administração da Companhia deverá prontamente deliberar a eleição de novo diretor.

ARTIGO 21 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais competirá a qualquer dos diretores, individualmente, ou a procurador, legalmente constituído.

PARÁGRAFO 2º - Os atos e operações de administração dos negócios sociais que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonere de obrigações para com terceiros, incluindo mas não se limitando à assinatura de escrituras de qualquer natureza, títulos de crédito, ordens de pagamento e contratos, deverão ser obrigatoriamente assinados por (i) 02 (dois) diretores em conjunto, ou (ii) por um procurador investido de especiais e expressos poderes.

PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

PARÁGRAFO 4º - As procurações em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por 02 (dois) diretores, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

ARTIGO 22 - Sem prejuízo das demais competências atribuídas aos diretores por lei, regulamentação, pelo presente Estatuto Social e pelo Conselho de Administração, compete privativamente:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(a) ao Diretor Presidente: (i) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (ii) dirigir e supervisionar as políticas estratégica organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;

(b) ao Diretor Financeiro: (i) a gestão financeira e do sistema de custos da Companhia; (ii) a elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração e Superintendente Geral, por meio de Carta Diretriz Anual; (iii) o controle das obrigações tributárias e fiscais; (iv) o planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de projetos e investimentos, análise do ambiente macro-econômico e projeções de longo prazo; (v) a condução da auditoria interna; e (vi) o apoio às unidades educacionais mantidas, seja no Brasil ou no exterior, definindo os indicadores de desempenho financeiro e avaliando os resultados obtidos;

(c) ao Diretor de Relações com Investidores: representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações à Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsa de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e no exterior, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação pertinente;

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(d) ao Diretor Administrativo: (i) a gestão da tecnologia da informação, incluindo o desenvolvimento e manutenção dos sistemas administrativos, financeiros e de gestão dos alunos, garantia da consistência das informações, aprimoramento da arquitetura de sistema, desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica; (ii) a gestão administrativa de apoio ao segmento de educação, incluindo atividades de recursos humanos (seleção, integração, capacitação e desenvolvimento), análise organizacional, suprimentos, relacionamento administrativo com prestadores de serviços terceirizados; e (iii) o planejamento, programação e gerenciamento das atividades de assessoria jurídica;

(e) ao Diretor de Administração Acadêmica: (i) a implementação das normas e procedimentos oficiais para o reconhecimento e avaliação dos cursos mantidos; (ii) o desenvolvimento do relacionamento com os órgãos oficiais da área educacional visando à promoção da qualidade do ensino; (iii) a coordenação dos trabalhos de planejamento acadêmico semestral; (iv) a participação na elaboração de manuais, normas e rotinas técnicas; (v) o acompanhamento do processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos ou unidades educacionais; (vi) a coordenação e acompanhamento das bibliotecas; e (vii) a observância e o cumprimento de todas as normas e procedimentos oficiais, inclusive planos e projetos didático-pedagógicos, comissões próprias de avaliação, indicadores e critérios oficiais de reconhecimento e avaliação de cursos;

(f) ao Diretor de Ensino: (i) o desenvolvimento das linhas de serviços educacionais da graduação, pós-graduação e extensão; (ii) a implementação de novos programas educacionais, incluindo o

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

“Ensino à Distância” em todas as modalidades de serviços educacionais; (iii) a coordenação das atividades acadêmicas complementares, curriculares ou não, inclusive estágios e oportunidades de emprego aos alunos; (iv) a promoção de novas modalidades de serviços educacionais; (v) a coordenação das atividades de apoio aos docentes (processo seletivo, capacitação e avaliação); (vi) o apoio e acompanhamento às atividades de pesquisa, dentre eles a promoção da captação de fundos de financiamento às pesquisas governamentais e em parceria com a iniciativa privada; e (vii) a coordenação e acompanhamento do desempenho dos cursos mantidos;

(g) ao Diretor de Operações: (i) a gestão das unidades educacionais mantidas; (ii) a promoção das melhores práticas e otimização das despesas; (iii) a formalização e monitoramento constante dos processos operacionais, inclusive a determinação de indicadores de desempenho e painel de controle operacional; (iv) o planejamento da utilização da capacidade instalada e priorização de ações; (v) a implementação dos programas de atendimento ao aluno; (vi) a condução das atividades de captação; (vii) a programação e coordenação das atividades de suporte físico às instalações; e (viii) a manutenção do sistema de laboratórios educacionais;

(h) ao Diretor de Mercado: (i) a definição das políticas comerciais; (ii) o planejamento comercial geral, inclusive a definição e a gestão da política de preços dos serviços prestados; (iii) a coordenação e acompanhamento dos programas periódicos de captação e retenção de alunos; (iv) a gestão da publicidade; (v) a gestão da marca e padronização visual; (vi) o estabelecimento e monitoramento de processos regulares de captura de informações do mercado; (vii) o

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

desenvolvimento e manutenção de programas de relacionamento e convênios; e (viii) a formalização e implementação do plano de *marketing* institucional.

ARTIGO 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação do Diretor Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As resoluções da Diretoria, que constarão de atas lavradas no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate nas deliberações, o voto de qualidade.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 24 - O Conselho Fiscal da Companhia, que somente será instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, será composto de no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. A posse dos conselheiros em seus respectivos cargos, contudo, fica condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, sem prejuízo das demais exigências legais.

ARTIGO 25 - O funcionamento e a competência do Conselho Fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 26 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 27 - Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos.

ARTIGO 28 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 29 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 1º - A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

PARÁGRAFO 2º - Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

ARTIGO 30 - Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo primeiro deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

ARTIGO 31 - A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

ARTIGO 32 - Os dividendos, sejam anuais ou intermediários, serão pagos pela Companhia à instituição financeira depositária, que será responsável pela sua entrega aos titulares das ações depositadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo disposição contrária da Assembléia Geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

ARTIGO 33 - O Conselho de Administração poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio nos termos do artigo 9º, §7º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação e regulamentação pertinentes, cujos valores poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO IX - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 34 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembléia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à Assembléia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em Lei.

CAPÍTULO X - ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DESCONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NÍVEL 2

ARTIGO 35 - A Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Nível 2 da Bovespa; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Nível 2 da Bovespa.

ARTIGO 36 - A alienação de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 37 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direito relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; (ii) em caso de alienação do controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à Bovespa o valor atribuído à Companhia em tal alienação e anexar documentação que o comprove; ou (iii) quando um acionista da Companhia adquirir o poder de controle da mesma em razão de contrato particular de compra de qualquer quantidade de ações celebrado com o acionista controlador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na ocorrência da hipótese (iii) descrita no *caput* deste artigo, o acionista adquirente também estará obrigado a ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

ARTIGO 38 - Sem prejuízo das demais obrigações impostas por lei, pelo Regulamento do Nível 2 da Bovespa e pelo presente Estatuto Social, após uma operação de alienação de controle da Companhia, o comprador restará obrigado a, quando aplicável, tomar todas as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do poder de controle.

ARTIGO 39 - O cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia está condicionado à realização de uma oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, conforme o caso, por um preço

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

mínimo correspondente ao valor econômico da Companhia apurado em laudo elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e seu acionista controlador, além de o laudo satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações da Companhia em circulação presentes naquela assembléia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações da Companhia em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações da Companhia em circulação. Os custos de elaboração do referido laudo, contudo, deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O perito ou a empresa avaliadora escolhida pela Assembléia Geral deverá apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e comparecerá à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas. Não obstante, o avaliador continuará responsável, perante a Companhia, os acionistas e terceiros, pelos danos que lhes causar por culpa ou dolo em sua avaliação, sem prejuízo da responsabilidade penal em que tenha incorrido.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 40 - A Companhia poderá descontinuar o exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa a qualquer tempo, desde que tal decisão seja (i) aprovada previamente em Assembléia Geral; e (ii) comunicada à Bovespa por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa não implicará para a Companhia a perda da condição de companhia aberta registrada na Bovespa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa não eximirá a Companhia, os administradores e o acionista controlador de cumprir as obrigações e atender as exigências decorrentes do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa, do Regulamento do Nível 2 da Bovespa, da Cláusula Compromissória e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado que tenham origem em fatos anteriores à descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa por um período mínimo de 02 (dois) anos contados da data em que tiver sido formalizada a descontinuidade, salvo se a Companhia tiver o seu controle acionário alienado após a formalização da referida descontinuidade.

ARTIGO 41 - A descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para que as ações da Companhia passem a ter registro fora do Nível 2 obriga o acionista controlador a efetivar uma oferta pública

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista no artigo 39 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à Bovespa e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral que houver aprovado a referida descontinuidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste artigo caso a Companhia tiver descontinuado as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa em razão da assinatura do contrato de participação da Companhia no segmento especial da Bovespa denominado Novo Mercado.

ARTIGO 42 - A descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa em razão de cancelamento de registro de companhia aberta dispensa a aprovação da Assembléia Geral, devendo, contudo, observar todos os demais procedimentos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à realização da oferta pública prevista no artigo 39 deste Estatuto Social.

ARTIGO 43 - A descontinuidade no exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa que vier a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja classificada como detentora desse mesmo nível de governança corporativa, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico das ações, a ser apurado na forma prevista no artigo 39 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Bovespa e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral que houver aprovado a referida reorganização.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste artigo caso a companhia resultante da operação de reorganização societária estiver registrada no segmento especial de negociação da Bovespa denominado Novo Mercado no prazo previsto para a realização da oferta pública.

ARTIGO 44 - Para fins do disposto neste Estatuto Social: (i) 'acionista controlador' significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle da Companhia; (ii) 'acionista controlador alienante' significa o acionista controlador quando este promove a alienação de controle da Companhia; (iii) 'ações da Companhia em circulação' significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria; (iv) 'alienação do poder de controle' ou 'alienação do controle' significa a transferência a terceiro, a título oneroso, do bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do poder de controle da Companhia; (v) 'comprador' significa aquele para quem o acionista controlador alienante transfere o poder de controle da Companhia; (vi) 'poder de controle' significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ('grupo de controle') que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO XI – ARBITRAGEM

ARTIGO 45 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Nível 2 da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da Bovespa.

* * *

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá

A Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá tem como principais concorrentes no município em que atua as seguintes organizações privadas, definido pela quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação (Censo de 2005/MEC):

	Qtd. Matrículas
UNIP	106.877
UNIVERSO - RJ	58.247
PUC - MG	35.525
UNIVERCIDADE - RJ	31.443
UNIVALI - SC	25.803
UNIVERSIDADE CATOLICA DE GOIAS	21.690
UNISUAM - RJ	19.230
UNISUL-SC	18.545
GAMA FILHO - RJ	16.653
NEWTON PAIVA - MG	13.344
FUMEC - MG	12.330
PUC - RJ	10.948
UNI-BH	10.687
UNIDERP - MS	10.628
VEIGA DE ALMEIDA - RJ	10.241

(Fonte: MEC/INEP/Deaes - Censo 2005 - <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
1	Ativo Total	230.087	0	0
1.01	Ativo Circulante	102.478	0	0
1.01.01	Disponibilidades	40.931	0	0
1.01.02	Créditos	59.314	0	0
1.01.02.01	Clientes	56.006	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	3.308	0	0
1.01.02.02.01	FIES	1.886	0	0
1.01.02.02.02	Adiantamentos	1.422	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	2.233	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	127.609	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	452	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	452	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	127.157	0	0
1.02.02.01	Investimentos	227	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	227	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	126.930	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
2	Passivo Total	230.087	0	0
2.01	Passivo Circulante	117.429	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	695	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	12.093	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	8.930	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	93.941	0	0
2.01.06.01	Mensalidades Antecipadas	25.836	0	0
2.01.06.02	Obrigações Trabalhistas	68.105	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.770	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	22.411	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	12.704	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	124	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	12.580	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	9.707	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	90.247	0	0
2.04.01	Capital Social Realizado	12.113	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	78.133	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -	5 -
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	270.642	0	0
3.01.01	Graduação	223.238	0	0
3.01.02	Politécnico	34.854	0	0
3.01.03	Outras	12.550	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(94.329)	0	0
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudo	(82.320)	0	0
3.02.02	Devolução/Canc. Mensalidades e Taxas	(694)	0	0
3.02.03	Descontos Concedidos	(5.432)	0	0
3.02.04	Impostos	(5.883)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	176.313	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(100.114)	0	0
3.05	Resultado Bruto	76.199	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(51.182)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(3.265)	0	0
3.06.01.01	Créditos de Realização Duvidosa	(3.265)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(49.434)	0	0
3.06.02.01	Gerais	(49.634)	0	0
3.06.02.02	Provisões para Contingências	200	0	0
3.06.03	Financeiras	1.517	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.745	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.228)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	25.017	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	(2.157)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	22.860	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(4.204)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	18.656	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	11.750	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,58774	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	23.370	44.193	67.563
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	12.113	(4.027)	0	(5)	(8.081)	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.656	18.656
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	4.028	0	54.768	(54.768)	4.028
5.08.01	Transferência p/ Reserva de Lucro	0	0	0	54.768	(54.768)	0
5.08.02	Constituição de Reserva de Capital	0	4.028	0	0	0	4.028
5.09	Saldo Final	12.113	1	0	78.133	0	90.247

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

Sociedade de Ensino Superior do Ceará

A Sociedade de Ensino Superior do Ceará tem como principais concorrentes no município em que atua as seguintes organizações privadas, definido pela quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação (Censo de 2005/MEC):

	Qtd. Matrículas
Universidade de Fortaleza - UNIFOR	22.554
Faculdade Sete de Setembro - FA7	2.167
Faculdade Christus	2.180
Farias Brito - FB	1.134
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	1.374

(Fonte: MEC/INEP/Deaes - Censo 2005 - <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
1	Ativo Total	22.847	0	0
1.01	Ativo Circulante	9.130	0	0
1.01.01	Disponibilidades	2.582	0	0
1.01.02	Créditos	5.489	0	0
1.01.02.01	Clientes	5.051	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	438	0	0
1.01.02.02.01	FIES	0	0	0
1.01.02.02.02	Adiantamentos	438	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	1.059	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	13.717	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.124	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.124	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.124	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	11.593	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	11.593	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
2	Passivo Total	22.847	0	0
2.01	Passivo Circulante	12.950	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.009	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.250	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	563	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	7.960	0	0
2.01.06.01	Mensalidades Antecipadas	2.634	0	0
2.01.06.02	Obrigações Trabalhistas	5.326	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.168	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.761	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	724	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	588	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	59	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	77	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	2.037	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	7.136	0	0
2.04.01	Capital Social Realizado	6.897	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	238	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -	5 -
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	20.774	0	0
3.01.01	Graduação	19.913	0	0
3.01.02	Politécnico	861	0	0
3.01.03	Outras	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.461)	0	0
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudo	(1.956)	0	0
3.02.02	Devolução/Canc. Mensalidades e Taxas	(125)	0	0
3.02.03	Descontos Concedidos	(941)	0	0
3.02.04	Impostos	(439)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	17.313	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.187)	0	0
3.05	Resultado Bruto	8.126	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.262)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(199)	0	0
3.06.01.01	Créditos de Realização Duvidosa	(199)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.341)	0	0
3.06.02.01	Gerais	(2.341)	0	0
3.06.02.02	Provisão para Contingências	0	0	0
3.06.03	Financeiras	278	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	569	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(291)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.864	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	12	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.876	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.983)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.893	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	6.897	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,56445	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5	3.257	0	238	33	3.533
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	6.892	(5.172)	0	0	(1.720)	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	3.893	3.893
5.07	Destinações	0	0	0	0	(2.206)	(2.206)
5.07.01	Lucros Distribuídos Antecipadamente	0	0	0	0	(2.206)	(2.206)
5.08	Outros	0	1.916	0	0	0	1.916
5.08.01	Constituição de Reserva de Capital	0	1.916	0	0	0	1.916
5.09	Saldo Final	6.897	1	0	238	0	7.136

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco

A Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco tem como principais concorrentes no município em que atua as seguintes organizações privadas, definido pela quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação (Censo de 2005/MEC):

	Qtd. Matrículas
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	12.335
F. MAURÍCIO DE NASSAU	2.227
FAC. INTEGRADAS BARROS DE MELO	1.634
FACULDADE BOA VIAGEM	1.311
INST. PERNAMBUCANO DE ENS. SUPERIOR	1.230

(Fonte: MEC/INEP/Deaes - Censo 2005 - <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
1	Ativo Total	9.587	0	0
1.01	Ativo Circulante	3.130	0	0
1.01.01	Disponibilidades	148	0	0
1.01.02	Créditos	2.864	0	0
1.01.02.01	Clientes	2.632	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	232	0	0
1.01.02.02.01	FIES	232	0	0
1.01.02.02.02	Adiantamentos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	118	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.457	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.309	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.309	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.309	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	5.148	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.137	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	11	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
2	Passivo Total	9.587	0	0
2.01	Passivo Circulante	4.395	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	697	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	334	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	359	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	2.568	0	0
2.01.06.01	Mensalidades Antecipadas	197	0	0
2.01.06.02	Obrigações Trabalhistas	2.371	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	367	0	0
2.01.08	Outros	70	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	55	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	55	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	55	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	5.137	0	0
2.04.01	Capital Social Realizado	3.727	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	1.409	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -	5 -
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.083	0	0
3.01.01	Graduação	8.640	0	0
3.01.02	Politécnico	0	0	0
3.01.03	Outras	443	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.861)	0	0
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudo	(961)	0	0
3.02.02	Devolução/Canc. de Mensalidades e Taxas	(122)	0	0
3.02.03	Descontos Concedidos	(364)	0	0
3.02.04	Impostos	(414)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.222	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.781)	0	0
3.05	Resultado Bruto	3.441	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.169)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(156)	0	0
3.06.01.01	Créditos de Realização Duvidosa	(156)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.156)	0	0
3.06.02.01	Gerais	(1.148)	0	0
3.06.02.02	Provisão para Contingências	(8)	0	0
3.06.03	Financeiras	143	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	315	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(172)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	2.272	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	2.272	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(771)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.501	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	3.727	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,40274	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5	1.289	0	1.409	330	3.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	3.722	(2.023)	0	0	(1.699)	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.501	1.501
5.07	Destinações	0	0	0	0	(132)	(132)
5.07.01	Lucros Distribuídos Antecipadamente	0	0	0	0	(132)	(132)
5.08	Outros	0	735	0	0	0	735
5.08.01	Constituição de Reserva de Capital	0	735	0	0	0	735
5.09	Saldo Final	3.727	1	0	1.409	0	5.137

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

Sociedade Tecnopolitana da Bahia

A Sociedade Tecnopolitana da Bahia tem como principais concorrentes no município em que atua as seguintes organizações privadas, definido pela quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação (Censo de 2005/MEC):

	Qtd. Matrículas
UCSAL	16.414
Jorge Amado	8.484
FTC	7.631
UNIFACS	6.383
CAIRU	4.110

(Fonte: MEC/INEP/Deaes - Censo 2005 - <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
1	Ativo Total	23.444	0	0
1.01	Ativo Circulante	12.183	0	0
1.01.01	Disponibilidades	1.112	0	0
1.01.02	Créditos	10.753	0	0
1.01.02.01	Clientes	9.945	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	808	0	0
1.01.02.02.01	FIES	808	0	0
1.01.02.02.02	Adiantamentos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	318	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	11.261	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.153	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.804	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.804	0	0
1.02.01.03	Outros	349	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	9.108	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	9.108	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
2	Passivo Total	23.444	0	0
2.01	Passivo Circulante	6.133	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.111	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	594	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	4.234	0	0
2.01.06.01	Mensalidades Antecipadas	185	0	0
2.01.06.02	Obrigações Trabalhistas	4.049	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	194	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.407	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.370	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	1.092	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	278	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	2.037	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	13.904	0	0
2.04.01	Capital Social Realizado	3.371	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	10.532	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -	5 -
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	17.654	0	0
3.01.01	Graduação	17.310	0	0
3.01.02	Politécnico	0	0	0
3.01.03	Outras	344	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.223)	0	0
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudo	(1.047)	0	0
3.02.02	Devolução/Canc. Mensalidades e Taxas	(82)	0	0
3.02.03	Descontos Concedidos	(1.327)	0	0
3.02.04	Impostos	(767)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	14.431	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.095)	0	0
3.05	Resultado Bruto	6.336	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(3.747)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(1.317)	0	0
3.06.01.01	Créditos de Realização Duvidosa	(1.317)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.773)	0	0
3.06.02.01	Gerais	(2.173)	0	0
3.06.02.02	Provisão para Contingências	(600)	0	0
3.06.03	Financeiras	343	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	463	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(120)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	2.589	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	2.589	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.072)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	1.517	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	3.371	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,45001	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5	2.056	0	10.532	184	12.777
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	3.366	(3.010)	0	0	(356)	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.517	1.517
5.07	Destinações	0	0	0	0	(1.345)	(1.345)
5.07.01	Lucros Distribuídos Antecipadamente	0	0	0	0	(1.345)	(1.345)
5.08	Outros	0	955	0	0	0	955
5.08.01	Constituição de Reserva de Capital	0	955	0	0	0	955
5.09	Saldo Final	3.371	1	0	10.532	0	13.904

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

Sociedade de Ensino Superior do Pará

A Sociedade de Ensino Superior de Pará tem como principais concorrentes no município em que atua as seguintes organizações privadas, definido pela quantidade de alunos matriculados nos cursos de graduação (Censo de 2005/MEC):

	Qtd. Matrículas
UNAMA	13.693
CESUPA	3.731
FACI	2.957
ESMAC	1.649
FEAPA	1.353

(Fonte: MEC/INEP/Deaes - Censo 2005 - <http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
1	Ativo Total	9.175	0	0
1.01	Ativo Circulante	4.605	0	0
1.01.01	Disponibilidades	2.076	0	0
1.01.02	Créditos	2.220	0	0
1.01.02.01	Clientes	1.805	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	415	0	0
1.01.02.02.01	FIES	415	0	0
1.01.02.02.02	Adiantamentos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	309	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.570	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.461	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.461	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.461	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	2.109	0	0
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	2.063	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0	0
1.02.02.04	Diferido	46	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2007	4 -	5 -
2	Passivo Total	9.175	0	0
2.01	Passivo Circulante	1.754	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	219	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	143	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	1.379	0	0
2.01.06.01	Mensalidades Antecipadas	57	0	0
2.01.06.02	Obrigações Trabalhistas	1.322	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	13	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	291	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	291	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	291	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	7.130	0	0
2.04.01	Capital Social Realizado	964	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	6.165	0	0
2.04.04.01	Legal	0	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2007	4 -	5 -
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.921	0	0
3.01.01	Graduação	4.886	0	0
3.01.02	Politécnico	0	0	0
3.01.03	Outras	35	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(759)	0	0
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudo	(480)	0	0
3.02.02	Devolução/Canc. Mensalidades e Taxas	(17)	0	0
3.02.03	Descontos Concedidos	(132)	0	0
3.02.04	Impostos	(130)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	4.162	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.727)	0	0
3.05	Resultado Bruto	1.435	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(885)	0	0
3.06.01	Com Vendas	(104)	0	0
3.06.01.01	Créditos de Realização Duvidosa	(104)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(918)	0	0
3.06.02.01	Gerais	(918)	0	0
3.06.02.02	Provisão para Contingências	0	0	0
3.06.03	Financeiras	137	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	149	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(12)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	550	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	550	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(177)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	373	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/03/2007 a 31/03/2007	4 -	5 -
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	964	0	0
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,38693	0,00000	0,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	5	783	0	6.165	35	6.988
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	959	(959)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	373	373
5.07	Destinações	0	0	0	0	(408)	(408)
5.07.01	Lucros Distribuídos Antecipadamente	0	0	0	0	(408)	(408)
5.08	Outros	0	177	0	0	0	177
5.08.01	Constituição de Reserva de Capital	0	177	0	0	0	177
5.09	Saldo Final	964	1	0	6.165	0	7.130

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

O Nível 2, conforme explicação detalhada abaixo, é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Em 2000, a BOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Adotamos as seguintes práticas de governança corporativa, dentre as quais se encontram, inclusive, algumas recomendadas pelo referido código, conforme demonstrado abaixo:

- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total dependência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- Fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Dispersão de ações (*free float*), visando a liquidez dos títulos;
- Composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos com a companhia e com o acionista controlador);
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e
- Previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

Adesão ao Nível 2

Com o propósito de manter elevado padrão de governança corporativa, a Companhia, o Acionista Controlador e os Administradores celebraram um contrato com a BOVESPA visando a cumprir com os requisitos de listagem do Nível 2, tendo este sido firmado por ocasião da Oferta. As companhias que ingressam no Nível 2 submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação, (ii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais e (iii) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos. A adesão ao Nível 2 se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BOVESPA, além da adaptação do Estatuto Social da Companhia para as regras contidas no Regulamento do Nível 2.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Nível 2, as quais visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como mais direitos para os acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Nível 2 são sucintamente descritas a seguir, às quais a Companhia aderente também está sujeita.

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Nível 2 deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Adoção Nível 2 e adaptar seu Estatuto Social às cláusulas mínimas exigidas pela BOVESPA. Ações representando 25% do capital social devem ser mantidas em circulação pela companhia.

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Nível 2 deve ser composto por no mínimo cinco membros, eleitos pela assembléia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da Companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adoção Nível 2, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Nível 2.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Nível 2, destacamos: (i) se tiverem emitido ações preferenciais, conferir direito de voto a essa espécie de ações, no mínimo, nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção Nível 2; (ii) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Nível 2; (iii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iv) extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia, e extensão de 80% do valor pago ao controlador na venda de suas ações para os detentores de ações preferenciais; (v) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (vi) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vii) a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Em decorrência da edição da Resolução CMN nº 2829/01, e posteriores alterações, que estabeleceram novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos a negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja de Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BOVESPA, podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da Resolução CMN nº 2829/01 e posteriores alterações, um investimento importante e atraente para as entidades fechadas de previdência privada, que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro.

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Nível 2 que as demonstrações financeiras da companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir a demonstração do fluxo de caixa a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Nível 2 que após o encerramento de cada exercício social a companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em reais ou em dólares americanos, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS).

De acordo com o Regulamento do Nível 2 a divulgação dessa informação deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção, pela companhia, de autorização para negociação de ações de emissão da companhia no Nível 2.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

A companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Ver “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais”.

Esta apresentação de Informações deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes e deverá ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais - ITR

O Regulamento do Nível 2 estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a Demonstração do Resultado Consolidado e o Comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Nível 2 a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico “Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais” nas Informações Anuais da Companhia no quadro “Outras Informações consideradas importantes para melhor entendimento da Companhia”. Ver “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais”.

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Nível 2 estipula que pelo menos uma vez ao ano, a companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

O Nível 2 determina que a companhia e os administradores devem enviar à [BOVESPA](#) e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à [BOVESPA](#). Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à [BOVESPA](#) e divulgadas imediatamente.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Nível 2, a companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, entre a companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da companhia.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alteração na seção 18 – Estatuto Social. Mudança no artigo 5.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	8
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	9
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	10
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	10
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	11
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	12
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	13
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	13
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	14
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	14
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	15
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	15
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	16
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	17
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	26
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	57
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	58
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	60
14	02	INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS	61
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	105
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	135
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	136
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	137
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	138
18	01	ESTATUTO SOCIAL	141
		SOC. DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	164
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	165
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	166

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	167
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	169
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007	171
		SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	172
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	173
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	174
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	176
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007	178
		SOC. DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	179
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	180
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	181
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	183
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007	185
		SOC. TECNOPOLITANA DA BAHIA	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	186
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	187
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	188
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	190
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007	192
		SOC. DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	193
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	194
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	195
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	197
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 30/03/2007 A 31/03/2007	199
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	200
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	205